

Giselda Patrícia Marques Barata

O Pinhal Interior Norte em perfil

Um estudo exploratório acerca do desenvolvimento territorial

Dissertação de Mestrado em Intervenção Social, Inovação e
Empreendedorismo, apresentada à Faculdade de Economia e à Faculdade
de Psicologia e de Ciências da Educação sob orientação do
Professor Doutor Pedro Hespanha.

Coimbra, 2014



Capa Original

O desenvolvimento é isso. Não é uma coisa abstrata. É uma mudança real na vida de pessoas reais – de milhões e milhões de homens, mulheres e crianças, ansiosos por melhorar a sua vida, se lhes for dada uma oportunidade de o fazer.

Kofi Annan

AGRADECIMENTOS

A todos aqueles que, nas últimas décadas, trabalham diária e arduamente pelo desenvolvimento dos territórios rurais;

A todos aqueles que aceitaram colaborar nesta investigação, e à Sr.^a Liliana Lopes, representante do Jornal Correio da Beira Serra, cujo contributo foi também relevante;

A todos que me auxiliaram (direta ou indiretamente) neste processo de construção de conhecimento e de crescimento pessoal, especialmente ao Eber Quiñonez e à Tatiana Pinto;

Ao Professor Doutor Pedro Hespanha, pelo apoio na construção deste trabalho e pelo conhecimento partilhado generosamente e que me proporcionou enriquecedoras aprendizagens;

A todos os professores do Mestrado Intervenção Social, Inovação e Empreendedorismo (MISIE);

Aos meus colegas e amigos do MISIE, por todos os bons momentos partilhados;

Aos meus amigos; especialmente à Susana, Carlos e Pequena Maria, família do coração;

À minha família, especialmente aos meus pais;

À minha avó Maria Alice que não viveu o suficiente para que lhe pudesse dizer “Avó terminei o meu mestrado”;

À minha avó Alice sem a qual nada nunca teria sido possível. A si dedico este mestrado avó e tudo o que eu vier a fazer;

Ao Sandro, meu parceiro de caminhada. Obrigada por nunca teres desistido e por seres o meu ombro amigo, cúmplice e a minha CASA.

RESUMO

Nas últimas décadas diversas políticas e programas nacionais e europeus visaram promover o desenvolvimento das regiões do interior de Portugal. As intervenções foram diversificadas e heterogéneas ao abrigo de várias *janelas* de oportunidade, aproveitando especialmente os Fundos Europeus e a multiplicidade de Programas disponibilizados, que foram tendo impactos no *local*, mas facto é que apesar do investimento e recursos materiais, imateriais e humanos alocados não foi possível resolver o desequilíbrio entre as diferentes regiões do país. A litoralização, enquanto concentração de serviços, pessoas, atividades, centros de decisão e oportunidades, continua a representar a realidade assimétrica portuguesa, enquanto os territórios do interior se debatem com dificuldades que podem colocar em risco a sua sustentabilidade e por, ausência de escala, a própria sustentabilidade do país. A investigação realizada põe em evidência a prevalência de condições favoráveis nas zonas urbanas do litoral do país (embora não isentas de dificuldades) e o hiato existente entre estas e as zonas do interior, demonstrando que o equilíbrio na organização espacial e a coesão territorial são metas ainda não alcançadas, mas necessárias. A partir do estudo do Pinhal Interior Norte apontámos estratégias de superação baseadas na visão *Pinhal Interior Norte - um território para viver, para investir e para visitar*, tendo em conta os recursos naturais, culturais, patrimoniais e ambientais do Território, mas também o capital institucional existente e relacionámo-los com as condicionantes contextuais (positivas ou negativas) da atualidade. Denunciámos, ainda, a partir dos discursos dos atores institucionais participantes, a ausência de concordância entre algumas políticas públicas e as necessidades de desenvolvimento do território. Em suma, trata-se de um estudo exploratório que pretende aprofundar a reflexão acerca da problemática dos espaços de baixa densidade e contribuir para investigações e intervenções futuras de maior amplitude, que possam representar uma mudança qualitativa neste perfil de território e especialmente no PIN.

PALAVRAS-CHAVE

Pinhal Interior Norte, Território, Desenvolvimento Territorial, Atores Institucionais, Políticas de Desenvolvimento.

ABSTRACT

During the last decades, several European and national based policies and programs have been established to promote a sustained development in the rural inland regions of Portugal. Subsequent interventions under the framework of different European Funds have been ineffectual, providing occasional local results but failing to effectively dissolve the striking development discrepancies that persist between different national regions. Coastal developed regions continue to congregate services, population, activities, decision centers and opportunities, accounting for the Portuguese asymmetrical spatial development landscape. On the opposite side, inland rural regions strive against difficulties that threaten their sustainability and consequentially the national sustainability.

The results of the present research focus on this dichotomy, emphasizing the prevalent favorable conditions present in coastal developed regions, but scarce in inland areas. Hence this study demonstrates that the equilibrium in the national spatial organization and the territory cohesion, despite necessary, are still elusive.

Using the area of Pinhal Interior Norte (PIN) as the subject of our study, we have contributed by suggesting possible empowering strategies funded on the vision: *Pinhal Interior Norte – a region to live in, invest in and visit*, but similarly considering it's natural, cultural, patrimonial and environmental resources, existing institutional capital and the current conjuncture. We further report the lack of convergence between some of the public policies and the local developmental needs, as expressed by the participating institutional actors.

To summarize, this is an exploratory study aiming to foster the discussion about the low density regions and to contribute for future research and broader interventions which may effectively alter this spatial profile, particularly within PIN.

KEY WORDS

“Pinhal Interior Norte”, Territory, Spatial Development, Institutional Actors, Development Policies.

RESUMEN

En las últimas décadas, diversidad de políticas y programas, nacionales y europeos, permitieron promover el desarrollo de las regiones ubicadas al interior de Portugal. Las intervenciones fueron diversas y heterogéneas al abrigo de varias *ventanas* de oportunidades, aprovechando especialmente los Fondos Europeos y la multiplicidad de Programas disponibles, que fueron teniendo impacto en el contexto *Local*, sin embargo, a pesar de la inversión y de los recursos materiales, inmateriales y humanos disponibles, no fue posible resolver el desequilibrio existente entre las diferentes regiones del país. La “litoralização”, en cuanto concentración de servicios, personas, actividades, centros de decisión y oportunidades, continua a representar la realidad asimétrica portuguesa, en cuanto los territorios del interior se debaten con dificultades que pueden colocar en riesgo su sustentabilidad y la propia sustentabilidad del país. La investigación realizada pone en evidencia la prevalencia de condiciones favorables en las zonas urbanas del litoral del país (aunque no exentas de dificultades) y la brecha existente entre estas y las zonas del interior, demostrando que el equilibrio en la organización espacial y la cohesión territorial son metas aun no alcanzadas, pero continúan a ser necesarias. Partiendo del estudio de “Pinhal Interior Norte” apuntamos estrategias de superación basadas en la visión *Pinhal Interior Norte – un territorio para vivir, para invertir y para visitar*, tomando en cuenta los recursos naturales, culturales, patrimoniales y ambientales del Territorio, pero también el capital institucional existente y lo relacionamos con las condicionantes contextuales (positivas o negativas) de la actualidad. Denunciamos también, a partir de los discursos de los actores institucionales participantes, la ausencia de coherencia entre algunas políticas públicas y las necesidades de desarrollo del territorio. En concreto, tratase de un estudio exploratorio que pretende profundizar la reflexión acerca de la problemática de los espacios de baja densidad y contribuir para investigaciones e intervenciones futuras de mayor amplitud, que puedan representar un cambio cualitativo en este perfil del territorio y especialmente en PIN.

PALABRAS-CLAVES

Pinhal Interior Norte, Territorio, Desarrollo Territorial, Actores Institucionales, Políticas de Desarrollo

REGISTO DE SIGLAS

| | |
|--------|--------------------------------------------------------------------------------|
| AAPIM | Associação de Agricultores para Produção Integrada de Frutos de Montanha |
| ACES | Agrupamentos de Centro de Saúde |
| ADESA | Associação de Desenvolvimento Regional da Serra do Açor |
| ADIBER | Associação de Desenvolvimento Integrado da Beira Serra |
| ADIP | Associação de Desenvolvimento Integrado de Poiães |
| ADL | Associação de Desenvolvimento Local |
| ADSICO | Associação de Municípios da Serra de Sicó |
| ADXTUR | Agência de Desenvolvimento Turístico |
| AIBT | Ações Integradas de Base Territorial |
| AMPIN | Associação de Municípios do Pinhal Interior Norte |
| A21L | Agenda 21 Local |
| ANIMAR | Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local |
| APREN | Associação de Energias Renováveis |
| CCDR | Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional |
| CBE | Centro de Biomassa para a Energia |
| CCDRC | Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro |
| CCE | Comissão das Comunidades Europeias |
| CE | Comunidade Europeia |
| CEARTE | Centro de Formação Profissional do Artesanato |
| CEE | Comunidade Económica Europeia |
| CEMAT | Conferência Europeia dos Ministros Responsáveis pelo Ordenamento do Território |
| CIM | Comunidades Intermunicipais |
| CIMPIN | Comunidade Intermunicipal do Pinhal Interior Norte |
| CLAS | Conselho Local de Ação Social |
| CLE | Conselho Local de Educação |
| CRP | Constituição da República Portuguesa |
| CSH | Ciências Sociais e Humanas |
| DGERT | Direção Geral do Emprego e das Relações de Trabalho |
| DGOT | Direção Geral do Ordenamento do Território |
| DRAPC | Direção Regional de Agricultura e Pescas do Centro |

| | |
|----------|---------------------------------------------------------------------------------------|
| DOP | Denominação de Origem Protegida |
| DPP | Departamento de Prospectiva e Planeamento e Relações Internacionais |
| DUECEIRA | Associação de Desenvolvimento do Ceira e Dueça |
| EEC | Estratégias de Eficiência Colectiva |
| EDEC | Esquema de Desenvolvimento do Espaço Comunitário |
| EFA | Educação e Formação de Adultos |
| ENDS | Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável |
| EPL | Escola Profissional da Lousã |
| EPTOLIVA | Escola Profissional de Tábua, Oliveira do Hospital e Arganil |
| ESTGOH | Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Oliveira do Hospital |
| ETPSicó | Escola Tecnológica e Profissional de Sicó |
| ETPZP | Escola Tecnológica e Profissional da Zona do Pinhal |
| FEADER | Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural |
| FEDER | Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional |
| FEOGA | Fundo Europeu de Orientação e Garantia Agrícola |
| FSE | Fundo Social Europeu |
| GAL | Grupos de Ação Local |
| IDH | Índice de Desenvolvimento Humano |
| IDS | Índice de Desenvolvimento ajustado aos Sexos |
| I&D | Investigação e Desenvolvimento |
| IEADR | Instituto das Estruturas Agrárias e do Desenvolvimento Rural |
| IEFP | Instituto do Emprego e Formação Profissional |
| IFOP | Instrumento de Financiamento de Orientação das Pescas |
| IGP | Indicação Geográfica Protegida |
| IGT | Instrumentos de Gestão Territorial |
| IMTT | Instituto da Mobilidade e dos Transportes Terrestres |
| INE | Instituto Nacional de Estatística |
| IPSS | Instituições Particulares de Solidariedade Social |
| LBPOTU | Lei de Bases da Política de Ordenamento do Território e do Urbanismo |
| MAOTDR | Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional |
| MIT | Massachusetts Institute of Technology |
| MPS | Medida de Participação ajustada aos Sexos |
| NUTS | Unidades Territoriais para Fins Estatísticos (nível II ou nível III) |
| ODM | Objetivos de Desenvolvimento do Milénio |

| | |
|----------|------------------------------------------------------------------------|
| ODS | Objetivos de Desenvolvimento Sustentável |
| ONG | Organização Não Governamental |
| ONU | Organização das Nações Unidas |
| PAC | Política Agrícola Comum |
| PAL | Planos de Ação Local |
| PDL | Planos de Desenvolvimento Local |
| PDM | Planos Diretores Municipais |
| PIB | Produto Interno Bruto |
| PIC | Programa de Iniciativa Comunitária: Ligação Entre Ações de |
| LEADER | Desenvolvimento da Economia Rural” |
| PIN | Pinhal Interior Norte |
| PME | Pequenas e Médias Empresas |
| PMOT | Planos Municipais de Ordenamento do Território |
| PNB | Produto Nacional Bruto |
| PNPOT | Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território |
| PNUD | Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento |
| PRODER | Programa de Desenvolvimento Rural |
| PRODERAM | Programa de Desenvolvimento Rural para a Região Autónoma da Madeira |
| PROT | Planos Regionais de Ordenamento do Território |
| PRORURAL | Programa de Desenvolvimento Rural da Região Autónoma dos Açores |
| PROVER | Programa de Valorização dos Recursos Endógenos |
| QCA | Quadro Comunitário de Apoio |
| QREN | Quadro de Referência Estratégico Nacional |
| RAN | Reserva Agrícola Nacional |
| RDH | Relatório do Desenvolvimento Humano |
| REN | Reserva Ecológica Nacional |
| RVCC | Sistema de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências |
| SAP | Serviço de Atendimento Permanente |
| SPI | Sociedade Portuguesa de Inovação |
| SUB | Serviços de Urgência Básica |
| SWOT | Strengths Weaknesses Opportunities and Threats |
| TDT | Televisão Digital Terrestre |
| TCP | Entidade Regional de Turismo do Centro de Portugal |

ÍNDICE GERAL

| | |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| AGRADECIMENTOS | I |
| RESUMO | II |
| ABSTRACT | III |
| RESUMEN | IV |
| REGISTO DE SIGLAS | V |
| INTRODUÇÃO | 1 |
| CAPÍTULO 1 | |
| A Questão dos Territórios do Interior em Portugal | 3 |
| CAPÍTULO 2 | |
| Em torno dos Conceitos de Desenvolvimento e de Território. Uma perspetiva a partir dos Territórios. | 7 |
| 2.1 - Contributos para a Compreensão do Conceito de Desenvolvimento | 7 |
| 2.1.1 - Todo o desenvolvimento é desenvolvimento regional: | 7 |
| 2.1.2 - O desenvolvimento é para todas as pessoas onde elas estão. | 11 |
| 2.1.3 - O desenvolvimento é o <i>fim último</i> : | 15 |
| 2.1. 4- Todo o desenvolvimento é sustentável: | 18 |
| 2.1. 5 – A Fileira da Participação e da Cidadania | 20 |
| 2.2 - Desenvolvimento & Território | 27 |
| 2.2.1 - Observando as Assimetrias | 27 |
| 2.2.2- Desenvolvimento & Ordenamento do Território | 32 |
| 2.2.2.1 - Evolução das Iniciativas de Ordenamento do Território no Contexto da União Europeia | 32 |
| 2.2.2.2-O Ordenamento do Território em Portugal | 35 |
| CAPÍTULO 3 | |
| MODELO DE ANÁLISE E PLANO METODOLÓGICO | 39 |
| 3.1 – O Modelo de Análise: Objetivos e Hipóteses | 39 |
| 3.2 – Metodologia | 40 |
| CAPÍTULO 4 | |
| Pinhal Interior Norte em Perfil – Contributos para o Desenvolvimento Territorial | 45 |
| 4.1 – Pinhal Interior Norte – uma Caracterização a partir de Dados Secundários | 45 |
| 4.2 - Potencialidades, Desvantagens e Caminhos de Superação: | 62 |

| | |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------|
| Pinhal Interior Norte – Um território de excelência para viver, para investir e para visitar | 62 |
| 4.3- Atores institucionais - explorando os contributos para o desenvolvimento territorial | 92 |
| 4.4 - Estarão as políticas públicas a responder às necessidades do território? Uma discussão a partir dos discursos dos atores institucionais. | 100 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 107 |
| BIBLIOGRAFIA GERAL | XI |
| ANEXO 1 – GUIÃO DE ENTREVISTA | XXIV |
| ANEXO 2 – Algumas singularidades dos concelhos que compõem o Pinhal Interior | XXIX |

ÍNDICE DE FIGURAS

| | |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| Figura 1 - Pinhal Interior Norte – morfologia territorial | 45 |
| Figura 2 – Distribuição dos equipamentos sociais no Pinhal Interior Norte, dados referentes a 2005 e 2012. | 58 |

ÍNDICE DE GRÁFICOS

| | |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| Gráfico 1 – Distribuição da população com 15 ou mais anos, em 2011, por local de residência segundo o grau de ensino – sem qualquer grau de ensino completo e com pelos menos o 3.º ciclo do ensino básico completo (%) | 52 |
| Gráfico 2 – Distribuição da população com ensino superior completo por local de residência, em 2011. | 53 |
| Gráfico 3 - Distribuição do número de empresas por localização da sede no Pinhal Interior Norte (2011). | 56 |

ÍNDICE DE TABELAS

| | |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| Tabela 1: O Pinhal Interior Norte: localização e composição do território. | 46 |
| Tabela 2: População residente no Pinhal Interior Norte por local de residência e densidade populacional. | 49 |
| Tabela 3: Índice de Envelhecimento e Índice de Dependência Total no Pinhal Interior Norte por Local de Residência. | 51 |
| Tabela 4: Distribuição da população segundo a situação face ao emprego e sector de atividade, por local de residência, em 2011. | 54 |
| Tabela 5: Proporção da população empregada no sector terciário por atividade no Pinhal Interior Norte, em 2011 (%). | 55 |
| Tabela 6: Estabelecimentos de Ensino na Região do Pinhal Interior Norte. | 57 |
| Tabela 7: A saúde e o PIN – número de médicos, enfermeiros e farmácias por cada 1000 habitantes em 2012. | 59 |
| Tabela 8: Pinhal Interior Norte e as tipologias de Territórios segundo os fenómenos inclusão/exclusão. | 61 |
| Tabela 9: Áreas de investimento estratégico e nichos a explorar no Pinhal Interior Norte identificados pela CIMPIN (2011). | 70 |
| Tabela 10: O Pinhal Interior Norte - Forças, Fraquezas, Oportunidades e Ameaças | 90 |
| Tabela 11: Organizações Locais Participantes – Ano de Constituição, Enquadramento, Estatuto e Abrangência | 93 |
| Tabela 12: Organizações Locais Participantes – Âmbitos de Intervenção e Linhas de Intervenção Futuras. | 95 |

INTRODUÇÃO

A decisão de nos debruçarmos sobre o desenvolvimento das regiões do interior de Portugal comporta alguns riscos – não é um tema inovador, foram produzidos desde 1960 diversos estudos com a mesma finalidade, tal como diversos projetos e programas nacionais e europeus, nas últimas décadas, o tentaram promover e resolver as questões associadas à falta de desenvolvimento destes territórios. As intervenções foram diversificadas e heterogéneas ao abrigo de várias *janelas* de oportunidade, aproveitando especialmente os Fundos Europeus e a multiplicidade de Programas disponibilizados, que foram tendo impactos no território, mas facto é que apesar do investimento e recursos materiais, imateriais e humanos alocados não foi ainda possível resolver o desequilíbrio entre as diferentes regiões do país. A litoralização, enquanto concentração de serviços, pessoas, atividades, centros de decisão e oportunidades, continua a representar a realidade assimétrica portuguesa, enquanto os territórios do interior se debatem com dificuldades que podem colocar em risco a sua sustentabilidade e por, ausência de escala, a própria sustentabilidade do país.

Interessa – científica, social, política e economicamente – perceber estas dificuldades de desenvolvimento de umas regiões face a outras, especialmente quando à luz do enquadramento vigente – crise económica e social e globalização – existe um agudizar destas assimetrias, que não se circunscrevem a desigualdades territoriais, mas são também elas desigualdades sociais e de condições e qualidade de vida.

A linha de investigação que desenvolvemos neste estudo exploratório visa primordialmente contribuir para o aprofundamento da reflexão em torno dos territórios de baixa densidade, desfavorecidos ou do interior rural e do desenvolvimento que lhes não chega. Incidimos a investigação no Pinhal Interior Norte (PIN) uma NUTS III da Região Centro do País e procurámos situá-lo quanto à problemática do desenvolvimento e sustentabilidade territoriais, ou seja, procurámos evidenciar os problemas de desenvolvimento que apresenta e relacioná-los com caminhos de superação aplicáveis ao território. Para tal além da pesquisa bibliográfica e documental e da recolha de dados estatísticos, enriqueceu-se a análise com a auscultação de alguns interlocutores privilegiados - os atores institucionais locais. A partir da agregação do conhecimento recolhido procedeu-se à caracterização do PIN, denunciando as suas fragilidades, mas também as suas potencialidades e linhas de intervenção com futuro ou caminhos de superação no domínio da visão *Pinhal Interior Norte - um território para viver, investir e visitar*, buscámos ainda explorar os contributos dos atores institucionais participantes para o desenvolvimento territorial e discutir, a partir do discurso daqueles atores, a adequação das políticas públicas às necessidades do território.

Partindo do conceito de desenvolvimento, que alicerçamos nos contributos teóricos de António Simões Lopes, que “foi pioneiro dos estudos regionais em Portugal”¹ e natural do Pinhal Interior Norte (Aldeia do Colmeal, Concelho de Góis),

¹ José Reis em nota publicada no dia do falecimento de António Simões Lopes (FEUC, 2012) <http://www.uc.pt/feuc/noticias/old/2012/dez12/20121218-2> (consultada em Julho, 2013)

percorremos os vários adjetivos que lhe foram sendo acoplados, relacionando-os com o tempo histórico da sua emergência e evidenciando o carácter multidimensional, complexo e abrangente da problemática. Em seguida, dedicámo-nos à compreensão do Território - analisámos o território português caracterizado pela heterogeneidade espacial e apresentámos as dificuldades que se colocam às diferentes áreas (quer rurais, quer urbanas) e que ameaçam a sua sustentabilidade. Posteriormente, demonstrámos a evolução das iniciativas de Ordenamento do Território no contexto da União Europeia desde a Carta de Torremolinos (1983) até à atualidade e caracterizámos o ordenamento do território em Portugal, destacando os conceitos fulcrais de coesão e governança territoriais. Ao longo do trabalho demonstrámos, ainda, os problemas de desenvolvimento das áreas do interior e do PIN, que se correlacionam num ciclo vicioso e de causalidade negativa, expusemos o conceito de territórios de baixa densidade e explicámo-lo, apresentámos programas e políticas que têm sido implementados no sentido de promover o desenvolvimento territorial, discutimos a concordância de algumas decisões políticas com as necessidades das regiões do interior e do PIN e identificámos oportunidades e potencialidades, externas e internas, de desenvolvimento para estes territórios.

Este trabalho de investigação inserido no mestrado em Intervenção Social, Inovação e Empreendedorismo não ambiciona afirmar conclusões generalizáveis, trata-se contudo, de um estudo exploratório que pretende aprofundar a reflexão acerca da problemática e contribuir para investigações e intervenções futuras de maior amplitude, que possam representar uma mudança qualitativa neste perfil de território e especialmente no PIN.

CAPÍTULO 1

A Questão dos Territórios do Interior em Portugal

A problemática do Desenvolvimento territorial encontra pertinência no contexto que marca a atualidade. O despovoamento representa um desafio quer para os decisores políticos, como para os agentes económicos e para a sociedade civil. O declínio da densidade demográfica condiciona as localizações dos serviços e equipamentos, a sua qualidade e a possibilidade de futuros investimentos. A condição de acesso aumenta ou diminui em função do local de residência de cada pessoa, ou seja, gera desequilíbrio, desigualdade e exclusão territorial mas também social. Vigora um modelo de desenvolvimento económico que dá primazia às economias de aglomeração. Neste contexto, a problemática da localização assume um papel fundamental. A localização das atividades económicas está dependente, entre outros, dos custos de transporte associados. Ganham nesta equação as áreas urbanas e as economias de escala da faixa litoral do país.

Contudo, o aumento da *densidade* tem associado efeitos negativos – custos económicos, mas também sociais e ambientais que atingem as áreas urbanas, mas também as rurais, e que inevitavelmente terão de ser avaliados, reconhecidos e combatidos com urgência.

As políticas de desenvolvimento territorial prosseguem esse objetivo. Estas políticas – que apesar de diversificadas só fazem sentido se integradas entre si - enfrentam os fatores que condicionam o desenvolvimento territorial e os desafios colocados pela crise económica aos contextos nacional, europeu e mundial. São um conceito recente (1990) e representam uma intervenção pública para o desenvolvimento do território que visa alcançar a promoção do equilíbrio, coesão e sustentabilidade territorial (CEMAT, 2003 citado por CEMAT, 2011: 10, 11). Estas englobam as políticas públicas correspondentes à construção de planos territoriais específicos (como são as Políticas de Ordenamento do Território), políticas públicas sectoriais especializadas (no âmbito da saúde, da educação e formação, da ação social, por exemplo), políticas públicas construídas a partir de bases territoriais específicas (com base nas matérias primas e recursos humanos locais, por exemplo) e as políticas de desenvolvimento (como a Iniciativa Comunitária LEADER ou outras que garantam uma abordagem *bottom-up*) (Feio & Chorincas, 2009).

Facto é que, no âmbito do desenvolvimento territorial e das suas políticas, a contemporaneidade motivou vantagens *novas* – o reconhecimento do capital territorial associado aos territórios rurais; a importância atribuída à natureza, à paisagem e ao património, a necessidade de conservação da natureza e da biodiversidade, a procura de um novo estilo de vida oposto ao da cidade, o aparecimento de novas áreas de investimento e de atividade - não só os serviços relacionados com o turismo, mas também a exploração de energias renováveis, as novas práticas agrícolas (o mundo do *biológico*), as *marcas* locais de produtos endógenos e/ou tradicionais e a sua reinvenção baseada em novas utilidades e imagem - que respondem aos desejos de um segmento de

consumidores que rejeitam os produtos homogeneizados e de produção massiva e procuram produtos com *autenticidade*. Estas vantagens recentes tornam possível (a desejada) diversificação das atividades em meio rural, onde a agricultura vem perdendo a sua posição de destaque.

No entanto, as regiões têm potencial de desenvolvimento dissemelhante, porque são elas próprias diferentes entre si. O desenvolvimento territorial depende do papel que for atribuído a essas especificidades e às populações na construção de um projeto de desenvolvimento territorial comum - um *verdadeiro* projeto de território, entendido quer como um *espaço de diálogo*, que estimula cada ator local a compreendê-lo identificando as suas forças e fraquezas, oportunidades e constrangimentos, como *espaço de negociação e de confrontação*, do qual, a partir das dinâmicas de discussão e consenso, assoma uma imagem partilhada e um projeto comum; e por fim como *espaço de ação* concertada (Chappoz, 1999 citado por Pereira, 2009: 89). Este é o caminho profícuo: aquele que, seguindo a linha de desenvolvimento selecionada e aceite por todos, conduza ao desenvolvimento equilibrado e sustentável dos territórios.

Contudo, Covas (1999, citado por Figueiredo 2003:17) diz-nos: “no tempo de vertigem que vivemos, não houve tempo para conceptualizar uma verdadeira cultura do território. Fizemos, por isso, uma gestão inadequada dos territórios. De um lado, congestionámos o território, de outro, desqualificámos o território”. No tempo atual já não poderemos desprezar o facto de que o “território não é constituído por unidades estanques, o que se passa num determinado lugar vai afetar os outros lugares, estimulando ou inibindo processos de desenvolvimento” (Alves, 2001: 1). Neste sentido carece debater criticamente a continuidade de algumas políticas implementadas em anos recentes, por exemplo, aquelas que visam: “a criação artificial de pólos de desenvolvimento económico com custos elevados e poucos benefícios; a criação de raiz de cidades tecnológicas que raramente tiveram êxito devido a escassos vínculos com a região em que se localizaram e a teimosia em manter vivos sectores industriais em declínio” (Mafra & Silva, 2004: 29,30), entre outras.

Parece, assim, necessário perspetivar um novo paradigma no âmbito das políticas públicas de desenvolvimento territorial, que responda às necessidades dos territórios (Mafra & Silva, 2004) – um paradigma que apreenda todos os conhecimentos e evoluções proporcionados pela Abordagem LEADER e por outras iniciativas encorajadoras e com elevados efeitos *in loco*.

No presente cabe ao *território* assumir um papel essencial na definição dos princípios norteadores da ação do poder público. Neste contexto, a territorialização das políticas públicas é percecionada como elemento-chave para os processos de desenvolvimento, comutando a abordagem clássica *top-down*. Esta nova visão das políticas públicas prevê que se considere a dinâmica e a especificidade dos contextos em que se inserem (Feio & Chorincas, 2009). Contudo, é necessário que se efetive para além do uso discursivo e da aplicação “sem a consideração das especificidades, temporalidades e espacialidades distintas que perfazem as experiências únicas de cada território” (Gomes, 2006: 3).

É reconhecida a necessidade da ativação da sociedade civil e atores locais e da promoção da sua capacitação ao nível dos processos de *policy-making* e *decision-making*. Contudo, a capacidade de autodeterminação das estruturas locais contínua fraca, o que as restringe “a formas de relacionamento periférico com as instâncias do poder central” (Gomes, 2006:19). Ora se são os atores locais a dar conteúdo local às medidas a serem implementadas, “a secundarização dos atores locais, a par do esvaziamento das suas possibilidades de ação, traduz-se, frequentemente, na desterritorialização das intervenções a serem realizadas” (Gomes, 2006: 21).

Os resultados da *não integração* das políticas e até da sua incompatibilização com o *projeto de território* são observáveis se atendermos à *quase obsessão* pelo setor do turismo, visto como a *tábua de salvação* para estes territórios, sem que, em muitos casos, o investimento acoplado à sua promoção se traduza num ganho territorial efetivo, por exemplo ao nível da fixação de população. Estes territórios vêm-se *presos* entre diferentes modelos de desenvolvimento preconizados, por um lado, pelos atores locais (os habitantes), e por outro lado pelos visitantes e investidores exógenos, que *perseguem* as diretrizes e os financiamentos comunitários: “enquanto os primeiros pretendem sobretudo o crescimento económico da área, com a criação de emprego e serviços, os segundos salientam a necessidade de manter a área ambientalmente intacta, sugerindo apenas a construção de infraestruturas de apoio ao turismo” (Valente & Figueiredo, 2003: 2), assim, “manter a qualidade ambiental será muitas vezes apreendida como uma recusa ao desenvolvimento da área de residência de alguns, em benefício das populações urbanas que do ponto de vista dos habitantes já se encontram privilegiadas” (Valente & Figueiredo, 2003: 6). Estes factos estão relacionados com os movimentos de renaturalização, a procura de autenticidade e mercantilização das paisagens (Ferrão, 2000), e refletem as necessidades externas, o que encaminha para “uma conclusão aparentemente incontornável: o futuro dos “mundos rurais” decide-se, no essencial, em sede urbana” (Ferrão, 2000: 49). As consequências são “a perda de autenticidade do rural, a sua museificação e a perda das suas dinâmicas socioeconómicas próprias” (Figueiredo, 2003: 14). Assiste-se à *patrimonialização feliz* (Figueiredo, 2003) e à *fetichização do rural* (Pais & Gomes, 2008), muitas vezes sem que estas se traduzam na melhoria da qualidade de vida dos habitantes.

A este respeito refere Figueiredo (2003: 17):

Em Portugal temos muitíssimos exemplos de como uma política, um plano, um programa ou uma medida, efetuados e aplicados sem ter em conta os tempos das realidades sobre as quais sem pretende intervir têm produzido resultados desastrosos. No caso concreto das áreas rurais é necessário, (...) encontrar o tempo para conhecer, animar, envolver todos e cada um dos seus habitantes, visando o benefício da sociedade entendida globalmente.

Não é viável que se implementem “medidas e programas avulsos e não enquadrados em qualquer estratégia efetiva” (ibidem). É tempo de aproveitar as políticas públicas como geradoras de oportunidades de promoção de desenvolvimento *sólido* (Neto & Natário, 2009), contudo “não podem (...) ser políticas avulsas mas sim políticas integradas e coordenadas que devem assentar na intervenção simultânea e articulada, e assegurar resultados no território” (ibidem: 6), isto é, resultados

compatíveis com os interesses do território e que se traduzam em mudanças positivas para as populações.

Em simultâneo, as políticas públicas atravessam tempos de “forte pressão reformadora” (Mourato, 2011:1), quer pelo contexto vigente de redefinição e redimensionamento da administração pública que segue as diretrizes do paradigma *menos mas melhor Estado*, como pelas dificuldades de natureza financeira, isto é, as restrições orçamentais que condicionam a despesa pública, cuja conjuntura é conhecida (e sentida) por todos. Outros fatores muito relevantes terão ainda de se anexar à equação: a “crescente descredibilização social da capacidade do Estado assegurar a sustentabilidade da gestão da coisa pública” (Mourato, 2011:1), que ganha visibilidade pelo aumento da pressão social - através da contestação social constante, fruto da pobreza, do desemprego, da desigualdade e exclusão social - ou em contraste pelo “atual ciclo de indiferença, pessimismo e apatia que em diversos campos restringe e inibe o exercício dos direitos democráticos” (Estanque, 2006:3) e o assumir da *governança* na implementação das políticas.

Reveste-se da maior importância que, no contexto de crise económica mundial, não se desperdicem recursos - quer do erário público pela implementação de políticas dispersas, como dos territórios rurais cujo potencial é subaproveitado - e que se resolva o problema da sustentabilidade do território nacional.

É no enquadramento anterior que fundamentámos o nosso estudo: partindo da relação entre o território, os atores locais (especialmente as organizações) e as políticas públicas, anexando ainda as condições externas, que influem positiva ou negativamente, pretendemos discutir o desenvolvimento territorial nas áreas de baixa densidade e/ou do interior. Quais os problemas de desenvolvimento que se colocam às áreas de baixa densidade e especialmente ao Pinhal Interior Norte? Quais condições favoráveis possuem os territórios que possam ser utilizadas para resolver tais problemas? Como promover a sustentabilidade destes territórios à luz das condicionantes atuais (crise económica/social e globalização)? Qual o papel dos atores institucionais locais para o desenvolvimento e/ou para o *espessamento* territorial? As políticas públicas adequam-se às necessidades do território? As políticas e programas públicos têm perseguido a coesão territorial e governança?

Estas questões acompanharam-nos na realização deste trabalho de investigação, respondendo ao desígnio de evidenciar os problemas de desenvolvimento que as áreas do interior rural apresentam e relacioná-los com estratégias ou caminhos de superação, que à luz do enquadramento atual e do *projeto de território*, se traduzam em dinâmicas efetivas de desenvolvimento para estes territórios.

CAPÍTULO 2

Em torno dos Conceitos de Desenvolvimento e de Território. Uma perspetiva a partir dos Territórios.

2.1 - Contributos para a Compreensão do Conceito de Desenvolvimento

A partir da obra de António Simões Lopes (1995), pretendemos realizar o *estado da arte* da problemática do desenvolvimento, percorrendo os vários adjetivos que lhe foram sendo acoplados – O desenvolvimento *é regional, é humano, é social, é comunitário, é sustentável, é participativo, é local (...)*. Não é um conceito unidimensional. É um processo evolutivo e integrado.

2.1.1 - Todo o desenvolvimento é desenvolvimento regional:

“O desenvolvimento passa pelo desenvolvimento regional ou, como na realidade tem de ser visto, desenvolvimento e desenvolvimento regional são apenas uma e a mesma coisa: todo o desenvolvimento tem de ser desenvolvimento regional”.

(Lopes, 1995: 9)

Embora existam manifestações anteriores, os estudos de base regional, surgiram no pós guerra, obtendo um crescimento acelerado, que é comprovado quer pelo número de programas de ensino e investigação na área, quer pelo interesse que os governos de vários países lhes atribuíram (Lopes, 1995).

Os primeiros estudos regionais foram marcados por preocupações de crescimento, apelidado de *progresso*, e de aproveitamento integral dos espaços, o que se baseava na experiência da *Tennessee Valley Authority*. Esta estava integrada nos primeiros estudos regionais dos Estados Unidos que, no contexto da *Grande Depressão* no início dos anos 30, preconizavam o aproveitamento integral e racional dos recursos naturais, motivação que se alastrou, posteriormente, aos países europeus (Lopes, 1995).

Por todo o mundo o enfoque nos estudos regionais logo se converteu em preocupações com as assimetrias regionais à escala dos países:

É assim que na França se desperta para a consideração de Paris face ao *deserto francês*; que na Itália se avança para abordagem global dos problemas do *Mezzogiorno*; que no Brasil se atenta à problemática da Amazônia; como na Argentina se iniciam os estudos da Patagónia; que na Suécia e Noruega se procura minorar as disparidades de nível de vida internas (Lopes, 1995: 7).

A estas preocupações não estavam, contudo, alheios quer o congestionamento pelo efeito de aglomeração na região Parisiense, quer as preocupações económicas associadas ao crescimento e à escassez de emprego na Itália, bem como as disparidades do nível de vida na Suécia e Noruega, mas “estar-se-ia ainda longe das preocupações do *desenvolvimento*” (ibidem).

Nestas abordagens de economia (ou ciência) regional denotava-se a integração simultânea do tempo e do espaço como elementos de ponderação na análise económica, o que não ocorria anteriormente. De facto, a consideração da variável *espaço* surgiu tardiamente no pensamento económico (e nas ciências sociais). O desinteresse em considerá-lo foi definido por Isard, fundador da Ciência Regional, como *enviesamento anglo-saxónico* que seguiria a tradição fomentada por Alfred Marshall. Lembra-nos Simões Lopes:

No entanto a determinante espacial no desenvolvimento económico é simplesmente tão fundamental como o tempo (...) como o próprio Marshall reconhecera de resto ao afirmar que as maiores dificuldades resultam exatamente das variações espaciais e temporais que caracterizam os mercados (Lopes, 1995: 2).

Marshall defendia, contudo, que a influência da variável tempo era maior que a do espaço. Estas considerações influenciaram os teóricos do pensamento económico que o negligenciaram na construção das suas teorias e análises.

Este enviesamento teria de ser corrigido, uma vez que a homogeneidade não é característica dominante do espaço, pelo contrário: “o todo espacial é diversificado, há áreas ou regiões em que se concentra a maior parte da atividade industrial em detrimento de outras, e mesmo dentro dessas regiões há sub-regiões (...) com características muito diferentes” (Lopes, 1995: 3) e dessa diversidade advêm especificidades impossíveis de ignorar. Uma das finalidades dos estudos regionais era, assim, a promoção de uma organização espacial dominada pelo equilíbrio. Tal facto conduz-nos a duas das mais pertinentes questões no estudo desta problemática: as localizações, “que acontecem no espaço, condicionam o desenvolvimento e este é condicionado pelas localizações, isto é pelas características espaciais” (Lopes, 1995: 4) e a acessibilidade, entendida como disponibilidade de bens e serviços em condições de igualdade para todos os indivíduos, onde quer que vivam (Lopes, 1995: 18, 19), sob a qual se impõe questões de âmbito qualitativo, especialmente de justiça social.

Na promoção de uma organização espacial equilibrada importa ter em conta o fato das regiões não serem fechadas: “os tipos de relações (fluxos) de toda a ordem que estabelecem entre elas são grandemente caracterizadores do agregado espacial objeto de estudo e condicionadores da sua evolução” (Lopes, 1995: 5), assim poderemos concluir: “ importa a caracterização do *todo* (o país) sem descurar as características das *partes* (as regiões), importa conhecer as relações entre as *partes* e o *todo*, importa conhecer as relações *dentro* de cada uma das *partes*, importa conhecer as relações *entre* as *partes* ” (ibidem).

As regiões não deverão ser compreendidas como se se tratassem de *ilhas*. Elas não são espaços isolados, estão interligadas e correlacionadas com as outras regiões limítrofes ou com aquelas que, mais ou menos distantes, tenham características ou interesses similares. O desenvolvimento de uma região deverá, assim, considerar o seu enquadramento no *todo* e nas *partes*, ou colocado doutra forma, as suas interdependências ao nível vertical e ao nível horizontal. A região não está isolada, não é um sistema autónomo, antes incorpora-se num sistema de regiões. A integração e a qualidade dos fluxos que se estabelecerem entre as regiões incrementam o

desenvolvimento e o equilíbrio na organização espacial. Por outro lado, o conhecimento dos seus atributos, mas também das relações e interdependências que estabelece e do seu *lugar* no sistema são fundamentais para a compreensão e definição dos objetivos de desenvolvimento para a região. Perceber o desenvolvimento de âmbito espacial é também perceber que a região ganha valor nas trocas que consegue efetivar com outras regiões - ganha *saber* que pode posteriormente empregar e densidade (Reis, 1997). Esta forma de complementaridade entre regiões deverá conduzir por sua vez à constituição de redes de cooperação, que promovam trajetórias de inovação ampliadas da escala do local para a escala regional, e desta para a escala nacional e internacional.

Ora se as regiões não são fechadas, os sectores também não são estanques (Lopes, 1995: 5), a realidade é diversificada. A tendência atual é a de integração – não basta analisar os universos sectoriais separadamente para conseguirmos responder à complexidade dos fenómenos sociais e do mundo em que vivemos. É necessário olhá-los no seu conjunto e sob perspetivas pluridisciplinares: “tornou-se indispensável o conhecimento do tipo, da intensidade e da natureza das ligações intersectoriais” (ibidem). Há problemas sociais (ou de desenvolvimento), com aspetos económicos, sociológicos, demográficos, políticos, institucionais, técnicos ou culturais. A maior parte das vezes um problema social não respeita a apenas um destes aspetos, mas sim a vários que se relacionam e conjugam, fazendo com que a sua resolução, devido à sua complexidade, só seja possível através de uma resposta, que se baseie na integração daqueles aspetos:

Ao considerarem-se os problemas concretos (...) não pode mesmo iludir-se a necessidade de uma ligação interdisciplinar estreita que dê validade à análise e assegure o mínimo de condições de sucesso na procura das soluções dos problemas, e aí vem a Geografia, a Demografia, a Sociologia, a História, etc (Lopes, 1995: 17).

A análise que temos vindo a realizar permite-nos situar a problemática do Desenvolvimento Regional, no que concerne à sua natureza conceptual, abordando as *preocupações* da organização espacial – a consideração da variável espaço, a interdependência regional e as abordagens pluridisciplinares (Lopes, 1995: 20, 21). Passemos agora à análise dos aspetos operacionais relativos a esta problemática.

O nível operacional do Desenvolvimento Regional é explicado com mestria em Simões Lopes:

Nesse momento (na aproximação aos problemas reais e concretos) se sente a necessidade de deixar a expressão *economia regional*, procurando-se outra mais adequada; e se não é só a *análise* – os juízos de facto – que está em causa, mas se está em causa também a formulação de juízos de valor e particularmente a definição de linhas de ação, de estratégias, que conduzam à correção dos factos (Política Regional), através do estudo e implementação das ações tendentes a controlar a evolução do sistema face a determinados objetivos que normalmente serão de desenvolvimento (Planeamento Regional), então de um termo mais globalizante se vai ter necessidade: Desenvolvimento Regional tem sido esse termo (Lopes, 1995: 18).

Em síntese, poderemos descrever o plano operacional do Desenvolvimento Regional nestes termos: no início deveremos observar os factos, entendê-los na sua integração espacial e multisectorial, compreendê-los na sua complexidade; as conclusões que obtivermos levarão à seriação das necessidades e sob elas se elaborará a política, que pretenderá, através das suas linhas de ação, atender aos objetivos fixados;

depois debruçar-nos-emos sob os meios (que serão os recursos mas também as condicionantes do contexto) e elaboraremos os planos, que levarão à intervenção (Lopes, 1995).

Todo o desenvolvimento é, assim, desenvolvimento regional, uma vez que, tanto as políticas como o planeamento não ocorrem no abstrato – mas ocorrem no *espaço*, nas regiões. O autor esclarece: “não há política que na prática aconteça fora do contexto regional (...) Tudo começa nas regiões e termina nas regiões, porque há a necessidade da política se aproximar das pessoas” (Lopes, 1995: 276) e o planeamento “só pode ter lugar a uma escala regional suficientemente pormenorizada para possibilitar o diagnóstico dos problemas, sempre diferenciados, e para permitir a identificação dos fatores que os condicionam e que têm de ser tidos em conta na procura de soluções” (Lopes, 1995: 275).

Chegados aqui importa clarificar a noção de *região* e de *espaço*.

Os elementos que compõem a região têm de localizar-se de forma contígua (Lopes, 1995: 29). A região:

Para alguns é uma entidade real, objetiva, concreta, que pode ser facilmente identificada, quase que uma região natural, para outros não é mais do que um artifício para classificação, uma ideia, um modelo que vai facilitar a análise permitindo diferenciar espacialmente o objeto de estudo (Lopes, 1995: 31)

Na determinação das regiões verificamos dois momentos. No primeiro momento era objetivo construir regiões formais, que seriam áreas geográficas dotadas de homogeneidade num atributo ou variável primeiramente de carácter físico, evoluindo depois para atributos de ordem económica e posteriormente de ordem social e política. Num segundo momento surgiram as regiões funcionais, no contexto de integração de Portugal na União Europeia (UE) e numa época em que era fundamental que se operacionalizassem as condições para a produção de informação estatística. Assomavam, assim, as Unidades Territoriais para Fins Estatísticos (NUTS), através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/ 86² e posteriormente no Decreto-lei n.º 46/89 de 15 de Fevereiro que a revogou. A pertinência da constituição das NUTS enquadra-se tanto numa perspetiva de intervenção e formulação de políticas e do planeamento, como na atribuição dos Fundos Estruturais e de Coesão da União Europeia.

Por outro lado, o espaço (ou território) não é uma realidade exterior, passiva, não é neutro, ele é um elemento ativo e atuante no processo, que influencia – positiva ou negativamente - o desenvolvimento. É necessário assumir as relações dinâmicas que se estabelecem entre o processo de desenvolvimento e o espaço. Este “tem uma definição geográfica, tem uma definição histórica, tem uma definição económica, tem uma definição social” (Lopes, 1995: 23). O espaço é um produto material que se relaciona com o Homem: “entre eles, espaços e homens, estabelecem-se relações sociais determinadas que os influenciam e dão ao espaço formas, funções e significado social”

² http://www.drapc.min-agricultura.pt/base/legislacao/files/resolucao_cm_34_86.htm, consultado em 5/04/2012

(Lopes, 1995: 24). Esta visão representa um corte epistemológico na ciência regional, uma vez que lhe atribui identidade própria e capacidade de autotransformação (Lopes, 2001). Como referimos, na tradição dos estudos regionais o espaço era visto apenas como uma entidade de acolhimento de iniciativas empresariais, sem dinâmica própria (Lopes, 2001). As novas abordagens centram-se na compreensão das dinâmicas endógenas do território, entendido como: “entidade geradora de novos recursos através de complexas formas organizacionais de génese local propiciadoras de múltiplas interações entre os atores locais, bem como entre estes e outros atores situados noutros pontos” (Lopes, 2001: 103).

2.1.2 - O desenvolvimento é para todas as pessoas onde estão.

“Ninguém tem tido coragem para negar no discurso que o desenvolvimento é para as pessoas, e que é para as pessoas *onde estão*, porque não é legítimo que sejam sempre e só as pessoas a deslocarem-se para procurar o desenvolvimento que lhes não chega”.

(Lopes, 2006: 45)

Neste contributo é demonstrada a conceção do desenvolvimento como *acesso*.

Para o autor o *acesso* agrega duas perspetivas – a dimensão física, medida pela distância que uma pessoa, a partir da sua residência, tem de percorrer para usufruir de um bem ou serviço, e a dimensão económica, medida pela possibilidade de acesso económico-financeiro a esse bem ou serviço. Esta dupla perspetiva leva-nos a perceber um duplo constrangimento – pode o bem ou serviço localizar-se perto da residência mas a pessoa não ter condições financeiras para usufruir dele ou a pessoa pode possuir tais condições, que lhe permitam beneficiar de um bem ou serviço, mas este encontrar-se muito distante da sua zona de residência, o que lhe restringe o uso.

Como acesso físico, encontramos-nos novamente perante a problemática da localização, que é, segundo Simões Lopes (1995: 138), “a base da organização espacial num mundo de recursos escassos”. Não há localização que aconteça ao acaso (Lopes, 1995) – as localizações são fruto de um processo de decisão, no qual se pretende encontrar o local *ótimo* onde se possa maximizar uma condição ou valor e minimizar gastos materiais e de esforço/tempo, com vista à maximização do proveito a obter com elas. A regra é simples: pretende-se maximizar os benefícios e diminuir os custos e riscos associados, o que é determinante numa perspetiva de eficiência e poderemos acrescentar, de competitividade e sustentabilidade territorial. Isto parece claro, mas complexifica-se quando percebemos que nem todos os territórios partem de condições iguais para promoverem as suas localizações.

Se refletirmos, por exemplo, acerca dos fatores a considerar na localização de uma empresa - os custos de transporte e a proximidade às fontes de matérias-primas (ou dos *pontos de entrada* das importações), a proximidade ao mercado, a mão-de-obra (disponibilidade, qualificação e custo), a existência de um meio industrial (o que lhes

permite aproveitar economias externas de aglomeração), a dotação de infraestruturas (autoestradas, estações de comboios, proximidade de aeroportos e/ou de portos), os incentivos fiscais ou apoios públicos com vista à fixação/atração de pessoas e empresas e outros aspetos (por exemplo a pertença ao local) - damo-nos conta que muitas regiões não oferecem estas condições, ou seja, terão dificuldades em cativar a localização de novos empreendimentos.

Por outro lado, a existência de equipamentos terciários é uma via fundamental para a promoção da localização, contudo, também eles são condicionados por fatores de ordem económica (de eficiência), o que conduz aos encerramentos (e às deslocalizações) a que quotidianamente se assiste em Portugal³, e que desnudam os territórios em que a procura, pelos efeitos do despovoamento, é diminuta.

O que verificamos é que as cidades possuem uma lógica *predadora* em relação à fixação de pessoas, bens e serviços, uma lógica que vai encontrando campo favorável no âmbito das reformas dos últimos governos constitucionais, consequência do regime de austeridade imposto por via da crise económica e financeira atual, nomeadamente com o encerramento de serviços, e que favorece as cidades, especialmente as grandes áreas metropolitanas do país. A respeito deste assunto dizia-nos Simões Lopes:

Se em vez de liberdade há servidão, não é mais desenvolvido o “senhor” que o seu “servo”, pois que a abastança do primeiro fica a dever-se à exploração do outro. Em termos territoriais, se Lisboa é referida como a região mais desenvolvida do país, porque são nela mais elevados os níveis médios de poder de compra, e se esses níveis mais elevados ficam a dever-se a relações de interdependência desiguais em seu favor, isto é, se o seu progresso acontece à custa de outras regiões, então será no mínimo questionável chamar desenvolvida à região de Lisboa (Lopes, 2006: 44).

O ideal seria que as cidades tivessem, numa perspetiva não monocêntrica, uma lógica propulsora capaz de servir os ideais de desenvolvimento equilibrado do espaço nacional (Carmo, 2008b).

Ademais, deveremos lembrar uma das falácias do desenvolvimento (Lopes, 2006) – *é preciso produzir antes para se distribuir depois*, é preciso algumas regiões enriquecerem mais para depois se tornar possível, que de alguma forma, esse enriquecimento influa nas restantes e torne as regiões mais equilibradas. A este respeito ensina-nos Simões Lopes (2006: 49): “quando a imagem mais básica e elementar da justiça social impõe que comece por distribuir-se bem o que já se produz (...) porque já se produz”. Isto é tão verdade para os territórios como o é para os indivíduos.

Por outro lado, as desigualdades entre regiões correspondem também a assimetrias sociais. Num estudo publicado em 2010 pelo Instituto Nacional de Estatística (INE)⁴, os agregados domésticos privados residentes em áreas pouco

³ A Comunicação Social não tem sido alheia a este fenómeno. Salientamos a notícia *Mais Valia Fecharem o Interior* do Jornal Público (28/06/2012) <http://www.publico.pt/sociedade/noticia/mais-valia-fecharem-o-interior-1552444>

⁴ Estudo intitulado: “*Sobre a pobreza, sobre as desigualdades e a privação material em Portugal*” do INE, I.P. (2010), onde é partilhada uma análise descritiva dos resultados do Inquérito às Condições de Vida e Rendimento, no período 2004-2009.

http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_publicacoes&PUBLICACOESpub_boui=100334100&PUBLICACOESmodo=2 consultado a 10/04/2012

povoadas ou intermédias, em 2008, apresentavam um risco de pobreza significativamente superior aos que habitavam em áreas densamente povoadas (INE, 2010: 59). Renato Miguel do Carmo (2008a: 6) esclarece: “a distinção entre espaços urbanos e rurais não corresponde somente uma mera categorização territorial, na verdade, ela significa, antes de mais, uma forte assimetria socioeconómica que tende a persistir na sociedade portuguesa” e aponta algumas razões que a explicam: os baixos rendimentos tanto ao nível dos salários como das reformas e défices de qualificação escolar e profissional.

As assimetrias regionais estão incrustadas no espaço nacional (Lopes, 1995; Carmo 2008a) há muito tempo e não são coerentes com os princípios do desenvolvimento – acesso aos bens e serviços básicos e a oportunidades em situação de igualdade – exigindo-se intervenção neste domínio. Se procurarmos perceber a razão das desigualdades entre regiões encontramos fatores primários e secundários que lhes dão enquadramento. Os fatores primários são a estrutura económica de cada região e a sua orientação para sectores estagnados ou em declínio e conseqüentemente escassez de emprego; localização periférica (aumento do custos de transporte, preços mais elevados e/ou lucros mais baixos); acesso limitado a mercados; inexistência de economias de escala; condições naturais desfavoráveis (montanhas, solos pobres, clima), entre outros. As economias externas, os aspetos demográficos e a rigidez dos custos e dos preços constituem-se como fatores secundários (Cabugueira, 2000: 111). A este respeito, afirmou Simões Lopes: “Tem vindo a assistir-se há decénios e tem-se denunciado o depauperamento progressivo de certas regiões do país (...) porque o desenvolvimento não lhes chega e as populações emigram à sua procura, do que resulta um processo cumulativo de desequilíbrio” (Lopes, 2006: 52).

É importante compreendermos as conseqüências deste processo. A emigração e as migrações para as cidades são soluções que rapidamente as populações de regiões desprovidas (de emprego, de serviços, de oportunidades) encontram e conseqüentemente o despovoamento (ou desertificação humana) dessas áreas geográficas torna-se incontornável. Com um número sempre decrescente de potenciais utilizadores e com base nos princípios de racionalização e eficiência os serviços encerram, o que conduz, por sua vez, a mais migrações, especialmente de pessoas em idade ativa. Deparamo-nos com os fenómenos do envelhecimento e do isolamento e com o fenómeno (que também é um sentimento) de abandono. As aldeias tornam-se paisagem, desertificam-se. Os idosos isolados estão mais vulneráveis a burlas e roubos. Os problemas das vias de acesso às cidades médias, à sede de concelho ou de distrito permanecem – vias em condições deficitárias e inseguras, inexistência de vias de tráfego rápido e insuficiência ou mesmo inexistência de rede de transportes públicos são alguns exemplos. Sem serviços de saúde, de apoio ao cidadão, escolas e serviços culturais e sem acessos físicos que promovam a mobilidade de pessoas, bens e mercadorias dificilmente se consegue fixar novos habitantes e novas empresas (e reter os que *ainda* lá vivem): “Na verdade, a via linear do encerramento (...) pode a curto prazo beneficiar as contas públicas, mas, no futuro, poderá comprometer ainda mais o desenvolvimento do interior e das respetivas vilas e cidades” (Carmo, 2008a: 8).

Esta situação facilmente se percebe como um ciclo vicioso, que no caso português é inquestionável face à existência de grandes desequilíbrios regionais, o agravamento no tempo desses desequilíbrios e a cumulatividade do processo de desequilíbrio (Lopes, 1995). Com efeito, defende Simões Lopes (1995: 337) “a questão regional foi no nosso país sempre polarizada em torno dos desequilíbrios regionais”, explicitando que, já no Plano de Médio Prazo (1977-80), se postulava, com base nos custos sociais gerados, a necessidade de corrigir a dualidade presente no território nacional – por um lado o crescimento anárquico de determinadas regiões, que provocava congestionamento, poluição, carências habitacionais, por outro o despovoamento de outras regiões e consequentemente o subaproveitamento dos seus recursos.

Não devemos, contudo, deixar de acrescentar uma outra ideia na análise deste contributo: como acesso, o desenvolvimento abrange as oportunidades, “constituindo-se como processo de alargamento e aprofundamento das liberdades das pessoas” (Amartya Sen, 1999, citado por Lopes, 2006: 46). Portanto, o desenvolvimento age no sentido da extinção das causas da falta de liberdade. A causa primeira é a pobreza, outras serão a impossibilidade de acesso aos serviços públicos e a intolerância nos Estados não democráticos, por exemplo. A este respeito acrescenta Sen (1999, citado por Lopes, 2006: 47): “O problema das desigualdades se amplia enormemente quando passamos do rendimento à distribuição das liberdades substantivas e das capacidades”.

Esta linha de pensamento dá enquadramento ao conceito de Desenvolvimento Humano, que postulado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), é entendido como um processo de desenvolvimento que visa proteger ou alcançar a liberdade efetiva que permita a cada pessoa prosseguir os fins que deseja. Assim, o desenvolvimento é um processo de majoração das oportunidades a que as pessoas têm acesso, enquanto, no inverso “a pobreza é (...) entendida não só como a falta de bens e serviços essenciais, mas também como a falta de oportunidades para escolher uma mais plena, mais satisfatória e valiosa existência” (Cabugueira, 2001:138). Na atualidade, o conceito de desenvolvimento humano não é dissociável das noções de liberdade, igualdade de oportunidades, segurança e sustentabilidade, o que nos é descrito de forma perentória em Moreira e Crespo (2010). Também não poderá ser separado da luta contra a pobreza, pois a pobreza é a forma *primária* de ausência de desenvolvimento humano.

É neste contexto que surge a Cimeira de Copenhaga em 1995, organizada pelas Nações Unidas, que foi a 1.^a Conferência Mundial sobre o Desenvolvimento Social⁵ e “permitiu à comunidade internacional formular os princípios de uma abordagem integrada para um desenvolvimento centrado na pessoa humana”. Versou sobre o respeito dos direitos humanos, a igualdade entre homens e mulheres, a redução da pobreza e das desigualdades, o aumento do emprego, o respeito dos direitos fundamentais dos trabalhadores e a integração dos grupos desfavorecidos e inseriu-se no conjunto de conferências consagradas, naquele período, ao tema do desenvolvimento

⁵ Comunicação da Comissão ao Conselho e ao Parlamento Europeu: Acompanhamento pela União Europeia da Cimeira Mundial sobre o Desenvolvimento Social. Bruxelas 14/02/1997. <http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=COM:1996:0724:FIN:PT:PDF> consultado a 02/04/2012

humano.⁶ O desenvolvimento social – conceito que emana desta Conferência – é entendido como um processo de garantia de condições sociais mínimas, bem como de promoção da dimensão social do bem-estar (Moreira & Crespo: 2010).

Sob este enquadramento assoma a Declaração do Milénio, adotada em 2000, por todos os 189 Estados Membros da Assembleia Geral das Nações Unidas. A aprovação dos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM)⁷ pela comunidade internacional, originou um processo decisivo de cooperação global e de promoção do Desenvolvimento.

2.1.3 - O desenvolvimento é o *fim último*:

“Considera-se que ao desenvolvimento (...) interessa o crescimento, mas ter-se-á sempre presente que este apenas interessa como meio ou instrumento ao serviço daquele e não como objetivo em si”. (Lopes, 1995: 7, 8)

“O fim último é o desenvolvimento (...)” (Lopes, 1995: 228, 229)

O período após a Segunda Guerra – contexto em que se situa a emergência do Desenvolvimento como campo de estudo – é uma época histórica marcada pelos processos de independência das antigas colónias europeias, que desejavam para além da emancipação política, obter a prosperidade e riqueza que reconheciam nos países Europeus. Este contexto motivou que as ações no âmbito do desenvolvimento visassem promover a resolução dos *problemas e vícios do desenvolvimento* (Amaro, 2003: 40).

Nos processos de *ajuda e cooperação para o desenvolvimento* eram propostos (ou impostos) modelos de desenvolvimento, baseados no crescimento económico, na industrialização e na modernização, que já tinham sido testados nos países mais desenvolvidos (Amaro, 2003). Os conceitos de modernização e de industrialização, eram usados como sinónimos de desenvolvimento.

No contexto da modernização o objetivo era “substituir as estruturas arcaicas e tradicionais do subdesenvolvimento (...) pelas lógicas modernas e progressistas do desenvolvimento” (Amaro: 2003: 48), ou seja, pela industrialização, assim os países desenvolvidos eram países industrializados. A industrialização constituía-se como *one best way* para o desenvolvimento. Estes postulados servem de base à teoria de Rostow - enquadrada na Escola da Modernização - que sob uma perspectiva evolucionista, na obra *The Stages of Economic Growth: A Non-Communist Manifesto*, publicada em 1960, postula o desenvolvimento por etapas de crescimento (os países menos desenvolvidos estariam num estágio anterior no percurso de desenvolvimento).

⁶ Conferências: Rio de Janeiro, (Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, 1992), Viena (Conferência Mundial Sobre os Direitos Humanos, 1993), Cairo (Conferência Internacional Sobre População e Desenvolvimento, 1994) e Pequim (IV Conferência Mundial Sobre as Mulheres, 1995).

⁷<http://www.instituto-camoes.pt/cooperacao/cooperacao-para-desenvolvimento/objectivos-de-desenvolvimento-do-milenio-dp1> consultado a 2/04/2012

O crescimento económico era, à época, o elemento fulcral da análise e do processo de desenvolvimento. Este corresponde ao primeiro mito⁸ em que assentou o *desenvolvimento*, segundo Roque Amaro (2003: 46), o mito do economicismo: o crescimento *significava* desenvolvimento, o que tinha como consequência direta: “considerar-se frequentemente o crescimento económico (...) como a condição necessária e suficiente (*sine qua non*) do desenvolvimento” (Amaro, 2003: 48).

Contudo as limitações deste modelo não tardaram a surgir, especialmente pelo reconhecimento de que as políticas inicialmente assumidas reforçavam o hiato que separava os países mais desenvolvidos e influentes dos restantes. O contributo dos técnicos da ONU e das Organizações Não Governamentais (ONG) que atuavam no terreno foi fulcral para que se percebesse que os modelos que levavam, não só não promoviam processos de autonomização e desenvolvimento, como conduziam à emergência de novos problemas (por exemplo reforçavam e estimulavam a dependência e a subordinação dos habitantes em relação *ao que vem de fora*). Surge nos anos 60, e impulsionado por aqueles técnicos, o desenvolvimento comunitário, como método alternativo e pragmático de promoção do desenvolvimento, partindo de uma perspectiva de valorização das comunidades locais e das suas aspirações e capacidades.

Por outro lado, percebeu-se que mesmo dentro dos países desenvolvidos aumentavam os desequilíbrios e desigualdades entre regiões: “mesmo nos países mais desenvolvidos, onde o crescimento económico e o progresso tecnológico, apesar de espetaculares, não só não resolveram todos os problemas de desenvolvimento e bem-estar das populações, como criaram novos *mal-estares* e impasses” (Amaro, 2003: 50, 51) que conduziram ao ambiente de contestação e agitação social da segunda metade da década de 60, como são exemplo as revoltas estudantis (Maio 1968 em França, Maio de 1969 em Itália). O *mal-estar* prolonga-se nos anos 70 e 80 e resulta na emergência de novas formas de pobreza e de um conceito novo – a exclusão social. Na perspectiva de Roque Amaro (2003: 53) o mal-estar social sentido deve-se aos “custos sociais dos modelos de desenvolvimento adotados”.

Seers (1979: 953) diz-nos que:

Um governo pode dificilmente reivindicar estar a promover o “desenvolvimento” do país se apenas estiver a expandir o sistema educacional, a estabelecer a ordem política ou a decretar restrições à poluição sonora, mas se simultaneamente a fome, o desemprego e as desigualdades forem significativas ou crescentes, ou sem perspectiva de diminuição.

Completamos esta ideia revendo Simões Lopes (1995:8):

É tempo de assentar em que a evolução das sociedades não deve medir-se pela quantidade bruta, global, indiscriminada dos bens e serviços que produz (...), mas há aspetos qualitativos e de distribuição que têm de ser considerados também como caracterizadores do grau de evolução social, além de que já não é cedo para acautelar o meio ambiente e a qualidade da vida numa sociedade que os tem sacrificado em favor da produção como objetivo.

⁸ O autor acrescenta ainda os mitos de produtivismo, consumismo, industrialismo, quantitativismo, tecnologismo, racionalismo, urbanicismo, antropocentrismo, etnocentrismo e uniformismo. Todos “marcaram fortemente o conceito, as práticas e as expectativas de desenvolvimento” (Amaro: 2003: 46, 47).

Para se aferirem os níveis de desenvolvimento eram utilizadas medidas baseadas no crescimento, através da análise do Produto Interno Bruto (PIB) ou do Produto Nacional Bruto (PNB) ou ainda do *Rendimento per Capita*. Estas medidas incluem somente os aspetos materiais do bem-estar com expressão no mercado, não medem o bem-estar social, mas são, no entanto, indicadores objetivos, o que serviu de justificação para a sua utilização.

Da verificação da insuficiência destes indicadores – antes que se desse a “impressão de que se prefere evitar encarar os verdadeiros problemas do desenvolvimento” (Seers, 1979: 949) - e exigindo-se abordagens mais abrangentes, outros aspetos, nunca antes considerados, emergiram, acrescentando à análise indicadores que permitiam medir a qualidade de vida (saúde, alimentação, nutrição e educação), a qualidade ambiental, a equidade (por exemplo entre sexos ou grupos sociais), a participação democrática e liberdade política e o respeito pelos Direitos Humanos. A este respeito Lúcio Craveiro da Silva (1979, citado por Cabugueira, 2001: 139) afirma:

O desenvolvimento económico, por mais urgente e necessário que seja, não é nunca um fim em si, mas um meio de promoção humana. Não se trata propriamente de desenvolver economias, mas sim de promover os povos, todo o desenvolvimento económico deve também considerar o homem na sua realidade cultural, social, moral; doutro modo seria mutilá-lo.

Neste contexto, a partir dos anos 80, iniciou-se o uso de indicadores compósitos, que são indicadores agregados num conjunto e que detêm uma perspetiva diferente de desenvolvimento. Este, de fenómeno unidimensional, torna-se multidimensional (Moreira & Crespo, 2010), e amplia-se absorvendo os conceitos de qualidade de vida e bem-estar.

A Organização das Nações Unidas, espelhando esta conjuntura, lançou, em 1990, o Relatório do Desenvolvimento Humano (RDH), através do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Este tem formulação anual e incorpora o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)⁹, que permite quantificar o desenvolvimento muito para além do PIB ou do PNB. A medição do desenvolvimento continua a perspetivar-se como um empreendimento árduo – não é fácil aferir a justiça social ou quantificar a liberdade e a autoestima, contudo, não devemos insistir “na pretensa objetividade do que é quantificável para ignorar ou, pelo menos, menosprezar o que não o seja” (Lopes, 2006: 44).

Importa compreender que o ecletismo da conceção (ou conceções) de desenvolvimento implica que os indicadores usados para a medir acompanhem e absorvam esses *desenvolvimentos*, por exemplo com a criação de novos índices – a introdução do Índice de Desenvolvimento ajustado aos Sexos (IDS) e a Medida de Participação ajustada aos Sexos (MPS), introduzidas no RDH de 1995 provam-no.

Contudo, os indicadores compósitos têm também demonstrado limitações (Moreira & Crespo, 2010).

⁹ http://hdr.undp.org/en/media/HDR_2011_PT_Summary.pdf, consultado em 02/04/2012

Não podemos deixar, no entanto, de demonstrar a posição defendida por Seers (1979: 952): “as questões a pôr sobre o desenvolvimento de um país são então as seguintes: qual tem sido a evolução 1) da pobreza, 2) do desemprego, 3) das desigualdades de rendimento?”. Neste âmbito residem os benefícios da medição do desenvolvimento, defende Seers (1979: 952): “um plano de desenvolvimento que não tenha como objetivos reduzir a pobreza, o desemprego e a desigualdade, dificilmente pode ser considerado de desenvolvimento”, e completa “é então necessário expressar os objetivos do planeamento em termos de indicadores que quantifiquem a pobreza, o emprego e a distribuição de rendimento, especificando algumas das dimensões estruturais da sociedade que se pretende atingir no futuro” (Seers: 1979: 964).

Os resultados da medição de desenvolvimento são assim contributos valiosos para que possamos compreender o desenvolvimento (ou falta dele) num local determinado, e são cruciais para a determinação dos objetivos de desenvolvimento (e a partir destes das políticas e programas de desenvolvimento).

2.1. 4- Todo o desenvolvimento é sustentável:

“Parece supérflua a adjetivação do desenvolvimento como sustentável, porque se ele não for sustentável não é desenvolvimento”.

(Lopes, 2006: 51)

As preocupações ambientais (e do desenvolvimento) surgiram na década de 70, com o aparecimento do conceito de ecodesenvolvimento. Este conceito nasce, por sua vez, na sequência da Primeira Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento, realizada em Estocolmo em 1972 e do estudo encomendado pelo Clube de Roma, a uma equipa do *MIT* chefiada por Donella Meadows, sobre a compatibilidade das reservas de recursos estratégicos com os ritmos do crescimento – estudo que originou o Relatório *The limits of growth*, publicado também em 1972. O conceito de ecodesenvolvimento, desenvolvido por Ignacy Sachs, compreendia a dimensão económica e a dimensão ecológica - a satisfação das necessidades poderia fazer-se mediante a utilização racional dos recursos existentes, com vista à diminuição dos desperdícios e a evitar a degradação ambiental (Moreira & Crespo: 2010).

Este conceito evoluiu para o conceito de desenvolvimento sustentável, que desde a apresentação do *Relatório Brundtland* da ONU *Our Common Future*, em 1987 e da Conferência do Rio de Janeiro em 1992, se tem vindo a difundir e interiorizar. Este ideal segundo João Reis Machado “representa hoje, o aperfeiçoamento máximo a que chegou o conceito de Desenvolvimento” (Machado, 2000, citado por Julião, 2001: 18).

Em Simões Lopes encontramos indicações relativamente ao conceito:

Torna-se cada vez mais premente avaliar corretamente as interações entre o sistema socioeconómico e o meio ambiente, porque os efeitos da degradação deste não são confináveis dentro das fronteiras administrativas e o seu custo cairá sobretudo sobre as gerações futuras, tal como são estas a pagar os resultados de uma exploração desregrada dos recursos existentes (Lopes, 1995: 20,21).

Assim, o desenvolvimento sustentável é aquele que permita às gerações atuais satisfazerem as suas necessidades sem que as consequências dessa satisfação coloquem em risco a satisfação das necessidades das gerações vindouras. A questão da sustentabilidade do processo de desenvolvimento tem, portanto, tripla aceção: trata-se de um processo que promove a solidariedade intergeracional, tem que ver com a gestão dos recursos naturais e fundamenta-se numa relação nova a (re)criar com a natureza.

Em 1992, da Conferência do Rio, emanou, resultado de um amplo acordo entre os governantes envolvidos, que representavam 178 países, a Agenda 21 – Programa das Nações Unidas, um programa multinível (global, nacional, local) que se propunha a estabelecer a coordenação das ações conducentes à obtenção de um modelo de desenvolvimento sustentável para o século XXI (Sousa, 2009). A primeira referência à Agenda 21 Local surge no Capítulo 28 da Agenda 21 onde é reforçada a imprescindibilidade da participação e envolvimento das administrações locais e dos movimentos de base local na promoção do desenvolvimento sustentável:

Cada autoridade local deve iniciar um diálogo com os seus cidadãos, organizações locais e empresas privadas e elaborar uma Agenda 21 local. Através de consulta e de consenso, as autoridades locais ouvirão os cidadãos e as instituições locais, cívicas, comunitárias, organizações empresariais e industriais, a fim de adquirir os conhecimentos necessários para formular as melhores estratégias (UNCED, 1992, citado por Sousa, 2009: 14).

Deste modo, a Agenda 21 Local (A21L), segundo o International Council for Local Environmental Initiatives, *é um processo participativo, multisectorial, que visa atingir os objetivos da Agenda 21 ao nível local, através da preparação e implementação de um Plano de Ação estratégico de longo prazo dirigido às prioridades locais para o desenvolvimento sustentável*¹⁰. A operacionalização, na Europa, da Agenda 21 Local fez-se com a Carta e os Compromissos de Aalborg, que procedem das Conferências das Cidades e Vilas Sustentáveis da Europa, realizadas na cidade de Aalborg (Dinamarca) em 1994 e 2004, respetivamente (Pereira, 2010; Sousa, 2009). O desenvolvimento da A21L exhibe, contudo, uma aplicação diferenciada, tendo apresentado uma maior adesão por parte dos países da Europa do Norte no início dos anos 90, e uma adesão crescente pelos países da Europa do Sul a partir de 2000. Em Portugal a implementação da Agenda 21 Local fez-se de forma lenta, mas em anos recentes, especialmente desde 2005, tem existido um interesse renovado na sua aplicação que se denota pelo aumento do número de municípios com processos A21L (Sousa, 2009).

Ainda na sequência da Conferência do Rio, realizou-se a Conferência de Joanesburgo em 2002, onde se enfatizou a visão tridimensional da sustentabilidade, na qual a viabilidade económica, a preservação ambiental e a coesão social afloram como os três pilares do Desenvolvimento Sustentável.

Em Junho de 2012 ocorreu no Brasil a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (ou Rio + 20), marcando o 20º aniversário da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento e o 10º aniversário da

¹⁰ http://www.cidadessustentaveis.info/index.php?option=com_content&view=article&id=41&Itemid=66 consultado a 21/10/2013

Conferência Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, que resultou num documento oficial final – *O Futuro que Nós Queremos*¹¹.

O Secretário-Geral das Nações Unidas, Ban Ki-moon, ao comentar os resultados da Rio+20, afirmou que esta contribuiu para renovar e reforçar o compromisso político para o desenvolvimento sustentável, equilibrando as visões de 193 Estados-Membros das Nações Unidas e para o reconhecimento da pobreza como o maior desafio para o bem-estar económico, social e ambiental. Salientou ainda que os Estados-Membros concordaram em lançar um processo para estabelecer objetivos universais de desenvolvimento sustentável, os ODS, que estarão ancorados nos avanços alcançados no âmbito dos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio. Segundo Ban Ki-moon, o documento *O Futuro que Nós Queremos* enfatiza ainda a valia da igualdade de género e do *empowerment* da mulher; bem como a importância das parcerias e da participação ativa e apoio de todos os principais grupos da sociedade civil, incluindo o sector privado e a *necessidade de ir além do produto interno bruto [PIB] como uma medida do progresso*, reconhecendo o papel que a economia verde pode desempenhar na redução da pobreza, no crescimento económico e na preservação ambiental¹².

2.1. 5 – A Fileira da Participação e da Cidadania

“Nesta encruzilhada do desenvolvimento só a democracia nos pode valer, e temo-la. Há que torná-la mais efetiva, há que fazê-la funcionar melhor.

(Lopes, 2006: 60)

Neste contributo a análise incide, usando uma terminologia de Roque Amaro (2003, 57), na fileira das pessoas e das comunidades (ou na fileira da participação e da cidadania (ibidem), focando o desenvolvimento participativo e o desenvolvimento local.

O desenvolvimento participativo, cujos contributos teóricos mais significativos foram de Friedmann e Korten, consiste: “na luta política pelo *empowerment* dos indivíduos, o que remete para a ideia de cidadania e, portanto, democracia ativa e permanente” (Friedmann, 1996, citado por Moreira & Crespo, 2010: 829), bem como “reforço de capacidades, competências ou poder, sendo, simultaneamente, uma pré-condição para a participação e o exercício da cidadania e um processo de formação e de aquisição de poder, que deles resulta em permanência” (Friedmann, 1996, citado por Amaro, 2003: 58). Trata-se de tornar as pessoas e as comunidades protagonistas do desenvolvimento e pressupõe a adoção da metodologia participativa, onde as ações são concebidas, decididas, executadas, acompanhadas e avaliadas com o contributo efetivo da comunidade local. A participação ocorre quando as populações são chamadas a intervir no diagnóstico, na definição das prioridades e objetivos de desenvolvimento, na criação e implementação de iniciativas e programas e na concertação destes no âmbito

¹¹ http://www.onu.org.br/rio20/img/2012/03/Rio+20_Futuro_que_queremos_guiia.pdf consultado a 19/09/2012

¹² <http://www.onu.org.br/rio20/declaracao-de-ban-ki-moon-a-assembleia-geral-da-onu-sobre-os-resultados-da-rio20/> consultado a 19/09/2012

da estratégia definida e na avaliação dos resultados e impactos das ações. Relaciona-se com o conceito de Desenvolvimento endógeno, a partir de baixo ou *bottom-up*, e *people-centered* (por oposição a *growth-centered*). Max-Neef (1994, citado por Cabugueira, 2001: 145) sublinha:

Um desenvolvimento orientado para a satisfação das necessidades humanas não pode, por definição, estruturar-se de cima para baixo. Não pode impor-se por lei nem por decreto. Só pode emanar diretamente das ações, aspirações e consciência criativa e crítica dos próprios atores sociais que, de serem tradicionalmente objetos de desenvolvimento, passam a assumir o seu papel protagónico de sujeitos.

Portanto, como defende Cabugueira (2000: 130): “é importante sublinhar que não há desenvolvimento sem que as coletividades locais manifestem a vontade de assumir o seu próprio futuro”. Deste modo, o processo de participação “tem de estender-se às outras instâncias participativas, aos níveis inter-regional, regional e local, para que a eficácia e a validade possam ser asseguradas” (Lopes, 1995: 285).

Estas questões levam a que um outro conceito de desenvolvimento seja reconhecido – o desenvolvimento local, que se fundamenta na reformulação teórica dos paradigmas do Desenvolvimento Regional (do domínio da corrente *top-down* para a corrente *bottom up*), mas também de inúmeras experiências de terreno (Amaro, 2003) e segue os princípios do Desenvolvimento Comunitário. Poderá ainda enquadrar-se no contexto das leis de descentralização de 1981 em França, que conjuntamente com as dificuldades económicas daquele período, demonstraram a necessidade de promover novos processos de valorização das economias locais (Lopes, 2012). O impacto positivo que esses processos tiveram em França e a importância que este país detinha na Europa conduziram à disseminação dos princípios do desenvolvimento local (*ibidem*).

Acerca do Desenvolvimento Local deveremos reter os seguintes princípios: atribui importância acrescida aos recursos e capacidades endógenos da região (embora não despreze os exógenos); implica a participação efetiva das populações como agentes ativos, responsáveis e críticos, apostando na sua capacitação; pressupõe a descentralização na aplicação dos planos de desenvolvimento, através de agências intermédias, nomeadamente as ADL – Associações de Desenvolvimento Local e de outras organizações provenientes do Terceiro Sector; promove uma perspectiva integrada na abordagem às problemáticas e na formulação dos planos, defende políticas públicas feitas à medida da região (adequação das políticas aos contextos) e promove a lógica de parceria: “uma dinâmica de trabalho conjunto da parte de instituições formais ou informais, de empresas, cidadãos e administração pública, com um empenhamento e participação direta de todos os intervenientes e com impacto tendencial em toda a comunidade” (Moreira & Crespo, 2010: 829).

Com o desenvolvimento local “substitui-se o desenvolvimento por desenvolvimentos” (Figueiredo, 2003: 5), que assentam em territorialidades diversas. Esta conceção ao atribuir responsabilidade aos agentes de desenvolvimento locais – poder político, sector económico e sociedade civil formal ou informalmente organizada – torna-os arquitetos dos seus próprios modelos de desenvolvimento.

Julgamos resumir os ideais subjacentes ao desenvolvimento local atribuindo-lhe o significado de processo de conquista de autonomia pelas populações (Cabugueira, 2000).

Em Portugal, pela relevância que detêm no domínio do desenvolvimento local, é imprescindível enunciar a criação, em 1993, da ANIMAR - Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local em Meio Rural e da MANifesta – Assembleia e Feira do Desenvolvimento Local (1994).

Importa ainda, neste contexto, demonstrar a importância da Iniciativa Comunitária LEADER. Atentemos.

Nas décadas de 70 e 80 do Séc. XX os países da Europa Ocidental foram abrangidos por medidas que, no âmbito da Comunidade Económica Europeia (CEE), pretendiam comutar os problemas do meio rural, nomeadamente as disparidades regionais, o despovoamento e o empobrecimento (Moreno, 2003). A partir do final da década de 80 é notória a mudança no entendimento do desenvolvimento rural traduzido nas políticas europeias. Nesta conjuntura surge a comunicação europeia sobre o “Futuro do Mundo Rural” em 1988 e o Tratado de Maastricht em 1992, onde era evidenciada a necessidade de novas políticas de desenvolvimento rural (Rover & Henriques, 2006), que promovessem a introdução de dinâmicas de descentralização e a procura de novas relações de poder contrastantes com o tradicional centralismo dos Estados; que incentivassem a responsabilização de “indivíduos e coletividades sobre o futuro dos territórios em que se integram” (Moreno, 2003: 1) e estimulassem o aproveitamento dos recursos locais e do potencial endógeno, obedecendo a uma lógica de *diferenciação* dos espaços locais (Henriques, 2001). Sob este contexto os programas tenderiam a ser cada vez mais territorializados e integrados (Moreno, 2003).

O território Europeu passou a ser entendido na sua diversidade e para o efeito foram estabelecidos diferentes objetivos arrolados a medidas de política específicas:

Os fundos estruturais, FEDER¹³, Fundo Social Europeu (FSE), Fundo Europeu de Orientação e Garantia Agrícola (FEOGA), Instrumento de Financiamento de Orientação das Pescas (IFOP) e o Fundo de Coesão constituíram-se como suporte de financiamento e de implementação das reformas estruturais no sentido de reduzir as assimetrias dos territórios no espaço europeu (Lopes, 2012: 35).

Acrescenta ainda J. M. Lopes (2012: 35, 36), que, complementarmente, a Comissão Europeia criou as Iniciativas Comunitárias, cujo princípio fundamental seria: “o seu carácter de rutura e de inovação associado a uma área específica, onde a experimentação se assume como vetor metodológico de intervenção”. Assim, é no âmbito deste entendimento das políticas e intervenções, que defendia a autonomia dos territórios e dos atores sociais locais, que assoma em 1991 e como experiência piloto o PIC LEADER, no qual “ a política de desenvolvimento rural assume (...) uma importância central e constitui elemento chave da coesão económica e social” (Henriques, 2001: 3).

¹³ Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional

O Programa LEADER detinha como ambição a revitalização de zonas específicas com dimensões demográficas entre 5.000 e 100.000 habitantes e visava a comunicação e cooperação entre atores, de modo a promover novas transferências de saber e a sua aplicação na reestruturação económica e na qualidade de vida ao nível local. Tinha como princípios um “perfil integrador de políticas, atores, ações e projetos locais; a sua abordagem de desenvolvimento endógeno ou de baixo para cima; bem como a sua orientação no sentido de garantir a valorização do conhecimento e autonomia locais” (Henriques, 2002 citado por Rover e Henriques, 2006: 118).

Os candidatos aos fundos provenientes do PIC LEADER foram associações, de âmbito local, que estavam capacitadas para promover a inovação social em meio rural (Moreno, 2003). No caso português, previram-se cerca de uma dezena de candidaturas, contudo totalizaram quarenta e nove. No entanto, como os recursos eram limitados, obrigou a “todo um trabalho de harmonização de intenções, compatibilização de projetos [e territórios abrangidos] e reorganização de atividades» (IEADR, 1995 citado por Moreno, 2003). Por fim, em Agosto de 1991, foram apresentados vinte projetos de ação local ao Organismo Nacional Intermediário, responsável pela gestão da Subvenção Global LEADER atribuída ao país (Henriques, 2001), que deu sequência à sua aprovação em Bruxelas.

Foi durante a vigência do LEADER I (1991-1994) que surgiu a maior parte das Organizações e Iniciativas de Desenvolvimento Local em Portugal, o que gerou em alguns territórios um contra-ponto de poder às lógicas já institucionalizadas (Rover & Henriques, 2006; Moreno, 2003). A chegada das Associações de Desenvolvimento Local (ADL) relacionou-se diretamente, segundo Henriques, com o lançamento do Programa LEADER, mas também com as evoluções da política agrícola e com a emergência de políticas autónomas de desenvolvimento rural no quadro europeu: “uma política europeia de desenvolvimento rural que valorizasse o rural, promovesse os elementos diferenciadores, contra a homogeneização e especialização a que a política agrícola se tinha reduzido, tinha de ter uma base local — carecia, portanto, de interlocutores organizados” (Henriques, 2001: 4). As ADL são definidas como:

Organizações de mediação entre o Estado, o mercado e a sociedade, através das quais se instrumentaliza a estratégia de desenvolvimento local. São órgãos intermédios, capazes de recolher os impulsos abaixo-acima e transformá-los em atuações que têm em conta todos os condicionalismos do meio (Vázquez Barquero, 1993 citado por Cabugueira, 2000: 132).

Poderemos acrescentar ainda que os profissionais das ADL são:

Capazes de apoiar as iniciativas e os projetos dos atores locais no plano técnico (...), bem como no plano das relações de comunicação interpessoal e interinstitucional. (...) Estes profissionais asseguram as funções de informação, apoio técnico, animação, mediação, formação e avaliação (Cabugueira, 2000: 134).

Ainda, no âmbito do LEADER I desenvolveram-se iniciativas ligadas ao turismo rural e ao artesanato, que não só criaram novas *dinâmicas de organização* como responderam às necessidades dos consumidores urbanos.

Posteriormente, em 1994, a Comissão das Comunidades Europeias aprovou a continuidade e aprofundamento dessa iniciativa através do LEADER II (1995-2001).

Este contou com 19 Grupos de Ação Local (GAL) de continuidade e 29 constituídos durante o seu período de vigência. Os GAL representavam parcerias organizadas entre entidades públicas e privadas que entre si, acordaram uma estratégia comum de intervenção para o território. Praticamente todo o território rural português estava sob a sua influência. Deste modo, no LEADER II, as principais entidades envolvidas como promotoras dos projetos foram as Câmaras Municipais e as Associações de Desenvolvimento Local, seguidas por empresas, Juntas de Freguesia e outras entidades. É de realçar o envolvimento diferenciado das distintas entidades, em estreita dependência com as próprias especificidades regionais (Moreno, 2003) e o facto do sector público continuar a deter um papel determinante (Diniz & Nogueira, 2002).

Com base no relatório de Execução Anual de 1999 do LEADER II, Diniz e Nogueira (2002) registam como pontos fortes do programa a diversificação de atividades, um forte incremento do número de projetos, o envolvimento da população e a criação de espaços para a comercialização de produtos endógenos, entre outros. Como pontos fracos são salientados pelos autores a burocracia, a reduzida disponibilidade financeira face ao elevado número de candidaturas e a necessidade de dotação dos GAL com meios técnicos e humanos.

A análise, alargada ao contexto Europeu, efetuada ao PIC LEADER I e II permitiu concluir que as suas principais vantagens foram a “mobilização dos agentes locais que tomam a cargo o futuro dos respetivos territórios; abordagem territorial descentralizada, integrada e ascendente; intercâmbio e transferência de experiências entre territórios rurais, mediante a constituição de redes; capacidade de assumir operações de dimensão modesta, aptas a apoiar promotores de pequenos projetos”, enquanto as principais debilidades dos programas terão sido: “atrasos na seleção dos beneficiários e, por conseguinte, no arranque dos programas, estabelecimento de parcerias frágeis, ou acumulação de procedimentos diversos e dispersão dos recursos financeiros”¹⁴.

No entanto, o balanço das duas fases do Programa revelaram-se, no cômputo geral, bastante positivas (Henriques, 2001) - pelo efeito catalisador indutor de desenvolvimento e do aparecimento de iniciativas locais privadas, bem como pelo reforço do papel das ADL e do alargamento do perfil das suas intervenções (Pais & Gomes, 2008) - levando à aprovação, em 2000, de uma nova fase: o PIC LEADER +, que pretendia responder às dificuldades que afetavam o mundo rural, nomeadamente: “as mutações do sector agrícola na sequência da reforma da Política Agrícola Comum (PAC), as crescentes exigências dos consumidores, a pressão ambiental, a divulgação acelerada das novas tecnologias, o envelhecimento da população e o êxodo rural”¹⁵.

Com o LEADER + (2001-2006) passaram a estar abrangidos pela abordagem LEADER cinquenta e dois territórios. O programa integrou alterações resultantes da avaliação crítica das edições anteriores e, segundo o artigo 3.º do Decreto-lei n.º 244/2001 de 8 de Setembro, assentou em três vetores primordiais: apoio a estratégias

¹⁴ http://europa.eu/legislation_summaries/regional_policy/provisions_and_instruments/g24208_pt.htm
consultado em 21/09/2012

¹⁵ http://europa.eu/legislation_summaries/regional_policy/provisions_and_instruments/g24208_pt.htm
consultado em 21/09/2012

territoriais de desenvolvimento rural, integradas e de carácter piloto, assentes na abordagem ascendente e na parceria horizontal; apoio à cooperação entre territórios rurais nacionais e/ou transnacionais e colocação em rede do conjunto dos territórios rurais da Comunidade Europeia, bem como de todos os agentes de desenvolvimento rural (Pais & Gomes, 2008). Segundo o Relatório Anual de Execução de 2006 dos projetos aprovados, 96 visaram a preservação do ambiente, 3 o investimento em energias renováveis, 222 incidiram na proteção, requalificação e renovação do ambiente natural e 35 eram projetos transnacionais, como os “Caminhos de Santiago”, o “Festival Europeu de Jardins” ou as “Aldeias de Tradição” (Pais & Gomes, 2008). O LEADER + pretendeu estimular os agentes rurais a pensarem o potencial de desenvolvimento dos respetivos territórios numa perspetiva de longo prazo, visou fortalecer as práticas de cooperação e de consolidação de redes e conduziu ao aperfeiçoamento da capacidade organizacional da comunidade¹⁶.

Os projetos LEADER tiveram como incidência prioritária, considerando tanto o número como o investimento acoplado, a realização de obras (edifícios, caminhos, parques, jardins, margens de cursos de água, lavadouros ou mobiliário urbano). Considerando o investimento incidiram no lazer, recreio e desporto, bem como no turismo, nos equipamentos, na cultura e na agricultura (Moreno, 2003). A diferença entre projetos e as distinções espaciais de alocação de recursos “emanam das mais importantes especificidades regionais, resultantes do encontro entre as condições ambientais, estruturais e socioculturais e as orientações dos grupos LEADER” (Moreno, 2003: 17).

Os Fundos Comunitários destinados ao LEADER foram atribuídos às ADL credenciadas para a gestão local dos Planos de Ação Local (PAL), no LEADER I e II e Planos de Desenvolvimento Local (PDL) no LEADER +, com base em convenções locais de financiamento (Rover & Henriques, 2006).

O Programa LEADER deteve uma enorme importância, porquanto colocou de certo modo na prática um conjunto de saberes já adquiridos:

Apesar de os estudos rurais há muito chamarem a atenção para a construção de ações de desenvolvimento que assinalem as especificidades locais, socorrendo-se de mecanismos de valorização de produtos tradicionais e de recursos produzidos e irrepetíveis (...) estas questões só foram incorporadas no discurso oficial em Portugal por influência das políticas de integração europeia (Henriques, 2002 citado por Rover & Henriques, 2006: 118).

Como Rover e Henriques (2006: 118) defendem, com a introdução da abordagem LEADER na década de 90 “as perspetivas territoriais para o desenvolvimento local (...) ganham perfil de políticas públicas (...) e obtêm recursos financeiros para a sua realização em toda a Europa.” O Programa LEADER tornou-se, por todo este conjunto de práticas, incontornável no âmbito das políticas de desenvolvimento territorial, mas também pela promoção de uma intervenção constituída numa perspetiva *bottom-up*; adoção do regime de parceria e de rede de cooperação; *defesa* da multifuncionalidade do espaço rural, apostando na diversificação das atividades económicas nos territórios e

¹⁶ http://europa.eu/legislation_summaries/regional_policy/provisions_and_instruments/g24208_pt.htm consultado em 21/09/2012

no desenvolvimento de novas atividades e fontes de emprego; apoios às Pequenas e Médias Empresas (PME); valorização da qualidade e da especificidade locais; combate à infoexclusão, com a utilização “alargada” de novas tecnologias de informação; confiança e responsabilidade atribuída aos atores locais e pelo facto de se direcionar para as regiões mais débeis (Henriques, 2001).

No âmbito deste Programa detiveram importante destaque os conceitos de inovação, demonstrabilidade e transferibilidade (Henriques, 2001:3).

Para o período de programação 2007-2013, a Comissão Europeia decidiu que o ciclo de experimentação e de intervenção como Iniciativa Comunitária LEADER se encontrava realizado, e que a sua metodologia de intervenção deveria passar para o quadro das políticas de apoio ao desenvolvimento rural de cada Estado membro a ser financiadas pelo FEADER (Lopes, 2012).

Neste âmbito, na sua página web, a *Federação Minha Terra*, que representa 53 Associações de Desenvolvimento Local, esclarece:

Após três gerações do Programa de Iniciativa Comunitária LEADER, cujos resultados são reconhecidos a nível internacional, nacional e local, a abordagem LEADER, caracterizada pela inovação, participação, descentralização, multi-sectorialidade, parceria territorial, cooperação e trabalho em rede, é integrada no seio dos programas de desenvolvimento rural (...) ¹⁷.

Assim, em Portugal, com as aprovações finais dos programas nacionais PRODER (Continente), PRODERAM (Madeira) e PRORURAL (Açores), ficou sob o cunho da abordagem LEADER a implementação do “Eixo 3 - Dinamização das Zonas Rurais” daqueles programas numa agenda em medidas de apoio que perfazem um valor superior a 460 milhões de euros (Lopes, 2012). Foram reconhecidos 53 GAL, que iniciaram a implementação dos programas supramencionados em 2009, após a aprovação de toda a regulamentação específica associada (Lopes, 2012).

Subjacente quer ao desenvolvimento participativo, quer ao desenvolvimento local e à Abordagem LEADER está o ideal democrático.

A democracia não é só um regime político, mas também uma forma de viver as relações sociais. O ideal que lhe está subjacente é o da liberdade e o da igualdade, numa sociedade inclusiva. De acordo com esta perspetiva um dos conceitos base é da cidadania, que postula direitos iguais para todos (Fernandes, 2005: 1).

Este ideal, contrariamente ao desejado, não foi ainda realizado (Fernandes, 2005).

¹⁷ <http://www.minhaterra.pt/spip.php?rubrique18>, consultado em 02/2012

2.2 - Desenvolvimento & Território

2.2.1 - Observando as Assimetrias

O Desenvolvimento Territorial assume grande importância no contexto atual, enquanto processo abrangente, multidimensional e integrado, que não visa apenas o crescimento económico dos territórios, mas a sua sustentabilidade social, ambiental, económica e cultural, o que lhe confere uma dimensão fortemente qualitativa. É, ainda, o objetivo primordial das políticas públicas de desenvolvimento, exigindo uma elevada coerência na conceção e implementação dessas políticas (CEMAT, 2011).

Embora tenham sido promovidas várias e abrangentes políticas apoiadas pelos Fundos Comunitários vivemos uma situação de profundo desequilíbrio entre regiões, com consequências gravosas tanto para as regiões urbanas como para as regiões rurais, e no seu conjunto para o país que, como resultado, vê perigar a coesão social e territorial e a sua própria *sustentabilidade*.

O território nacional não é homogéneo, o que se comprova pela *oposição Litoral e Interior* ainda muito presente nos discursos e na memória coletiva. Foi o processo de modernização que, a partir dos anos 60, deu origem a “um Portugal dual” (Ferrão, 2002: 154), uma dicotomia que se estendeu aos aspetos sociais, territoriais e económicos: “O Portugal urbanizado, industrializado, infraestruturado e demograficamente dinâmico – o litoral – destaca-se do Portugal rural, agrícola, subdesenvolvido, demograficamente repulsivo – o interior” (ibidem). O Interior era excluído do processo de modernização, sofrendo um intenso processo de perda de centralidade económica, social e simbólica (Ferrão, 2000; Ferrão, 2002). Afirma Carmo (2008: 6): “Enquanto no litoral a muralha urbana se agigantou, no interior o mundo rural continuou rural, basicamente, porque não se desenvolveu e se despovoou brutalmente”.

Contudo, a ruralidade não era entendida como realidade una e realçava-se o facto de “nem todas as áreas rurais estarem condenadas aos processos de agonia do “velho” mundo tradicional” (Ferrão, 2000: 47). As áreas rurais eram diferenciadas em relação à proximidade física, mas também socioeconómica e funcional, com os principais centros urbanos: “A diferenciação entre áreas rurais “centrais”, “periféricas” e “marginais” ou ainda a designação de “áreas rurais profundas” evidenciam, com clareza, esta nova situação” (Ferrão, 2000: 47). Entre os centros urbanos e os espaços rurais *centrais* e *periféricos* denotavam-se relações de complementaridade, embora assentes em relações de poder assimétricas, contudo mesmo estas relações eram debeladas na interação com o rural *marginal* ou *profundo*. Estes territórios não despertavam interesse aos urbanos (Ferrão, 2000).

Na atualidade, o *Portugal pós moderno* define-se pela crescente terciarização da economia, pela adesão (e suas implicações) à União Europeia e pelo impacto das novas tecnologias da informação e comunicação. A visão dualista do país é substituída por outra mais complexa, caracterizada pela identificação de pontos de urbanização quer no litoral, quer no interior do país – estamos em presença de um *sistema urbano em arquipélago* (Ferrão, 2002; Carmo, 2008b). As lógicas de distribuição da população e do emprego, antes muito condicionadas pela precariedade das vias de trânsito que

inviabilizavam as deslocações longas, conduzindo ao êxodo definitivo para as cidades, foram alteradas pela nova geração de infraestruturas rodoviárias, pelo desenvolvimento das telecomunicações e ampliação quer dos serviços de transporte público, quer do parque automóvel privado (Ferrão, 2002). Estes – transportes e comunicações –, “estão a alterar substancialmente as dinâmicas de relação entre espaços de alta e baixa concentração populacional” (Pacheco, 2003: 173), tornando possível a ligação dos diferentes territórios: “o país torna-se globalmente mais *pequeno* e interativo. E a expansão dos processos de periurbanização torna mais complexa (...) a distinção dicotómica entre espaços urbanos e rurais. A geometria desta alteração é, no entanto, muito desigual” (Ferrão, 2002: 157), opondo *territórios ganhadores* e *territórios perdedores*: ganham os núcleos urbanos internacionalizados e áreas limítrofes integradas em dinâmicas de natureza urbana (Ferrão, 2002).

Neste contexto emerge um novo desafio aos territórios: a integração em redes internacionais e/ou globais. A sua resposta marcará os contornos do arquipélago territorial português (Ferrão, 2002), mas é certo que os territórios não possuem iguais condições de partida para enfrentarem este desafio. Para além dos fatores geográficos, das condições edafo-climáticas e estruturais, outros fatores, especialmente os económicos, influenciam o desenvolvimento (ou a falta dele) nas regiões desfavorecidas¹⁸ (CEMAT, 2011), e a sua (in)capacidade no enfrentamento das mudanças demográficas, económicas e sociais da atualidade, o que gera o despovoamento, abandono de aldeias, encerramento de serviços e equipamentos e subaproveitamento do capital territorial e interfere negativamente com a qualidade de vida dos residentes. Mas é evidente que nos próprios territórios rurais existem muitas vezes dinâmicas de resistência à mudança, que bloqueiam os esforços de desenvolvimento:

Não caímos na tentação de conceber o “local” como um idílico “paraíso natural” ameaçado por males exteriores, a conservar a todo o custo no seu estado primitivo. Há no “local” paroquialismo, individualismo, cedência à exploração oportunista de recursos, compadrios, resistência a novos conhecimentos e experiências (ANIMAR, 1998: 4).

Contudo, também os territórios urbanos apresentam problemas, nomeadamente aqueles que resultam da ocupação urbana extensiva, generalizada em Portugal nos anos 90. Traduz-se em deslocações cada vez *mais intensas, mais longas, diversificadas e aleatórias*, o que tem consequências no consumo de combustíveis, no congestionamento das vias de trânsito, mas principalmente nos níveis de poluição (aumento dos gases com efeito estufa) e outras questões ambientais, como a destruição de ecossistemas naturais pela transformação do solo em áreas habitacionais (Ferrão, 2002; Pereira, 2009). O limite à extensão urbana é apenas condicionado pelo tempo máximo aceitável para as

¹⁸ “As regiões desfavorecidas são regiões com um nível relativamente baixo de desenvolvimento económico. Essa situação pode resultar da sua localização geográfica, especialmente nas regiões periféricas ou remotas, das condições naturais e climáticas (...) das características da sua população (...) ou de constrangimentos em termos de acessibilidade (...). As regiões caracterizadas por estruturas económicas obsoletas (...) são também, em regra, consideradas como regiões desfavorecidas” (CEMAT, 2011: 27).

deslocações diárias, o que promove o desperdício urbano¹⁹ e o abandono de *áreas*, por exemplo os centros das cidades, esvaziados de população e serviços que se degradam e *marginalizam*. A expansão urbana parece fazer-se em *mancha de óleo*²⁰ (urban sprawl), onde o crescimento não planeado e ordenado são dominantes.

Noutros territórios a máxima da *dispersão* é substituída pela concentração excessiva de população (Ferrão, 2002). Neste contexto:

A concentração da população nas cidades; o crime e a violência; a degradação paisagística e ambiental; a decadência das infraestruturas; o declínio da economia industrial; o aumento do desemprego; o trânsito e o estacionamento; a falta de habitação e a marginalidade; todos eles, e cada um à sua maneira, são fatores recorrentemente apontados como sintomas da crise das cidades (Peixoto, 2010: 5).

Todavia, o estudo “Prospetivas de Urbanização do Mundo”, do Departamento dos Assuntos Económicos e Sociais das Nações Unidas, projeta que, em 2025, 45.3% da população portuguesa viverá na Grande Lisboa, na Área Metropolitana do Porto habitará 23.9% do total da população e nas outras áreas urbanas vão viver 8.3% dos portugueses. Se tais dados se confirmarem, em 2025, apenas 22,5% da população portuguesa residirá em zonas rurais (Quesado, 2011: 1)²¹. Estes dados demonstram inequivocamente uma organização espacial desequilibrada e assimétrica.

Por outro lado, deparamo-nos com o envelhecimento evidente da população, ao qual também não é alheia a redução generalizada das taxas de fecundidade e de natalidade e a estabilização dos níveis de mortalidade nas faixas etárias mais baixas, prolongando a esperança média de vida dos cidadãos (INE, 2011). Os desafios em termos de sustentabilidade demográfica, visíveis na análise àqueles indicadores, são mais expressivos para os territórios mais afetados pelo envelhecimento da população. A nível nacional, o índice de envelhecimento tem aumentado de forma persistente (INE, 2011), especialmente no Interior continental, Norte e Centro. Por outro lado, no documento do INE (2011), *Retrato Territorial de Portugal 2009*, confirma-se que o aumento da população idosa foi acompanhado por uma diminuição na densidade populacional das regiões do interior.

Deste modo, as “forças do mercado tendem a aumentar e não a diminuir as desigualdades entre as regiões. (...) O processo cumulativo beneficia as regiões em crescimento em prejuízo das mais atrasadas” (Cabugueira, 2000: 111), portanto tem vindo, progressiva e cumulativamente, a beneficiar os territórios situados no litoral. A questão é mais complexa quando verificamos que a dissemelhança entre espaços urbanos e rurais não é somente uma categorização territorial, mas significa, uma forte (e persistente) assimetria socioeconómica (Carmo, 2008: 6), como já referimos.

¹⁹ Proliferação de infraestruturas com o mesmo fim, muitas vezes subaproveitadas, abandono de equipamentos, etc.

²⁰ A expansão urbana em mancha de óleo caracteriza-se por múltiplos padrões de uso do solo, como o zonamento monofuncional, as comunidades dependentes do automóvel, (...) e a falta de diversidade em termos de conceção, criando, por vezes, a sensação de um ambiente urbano uniforme (CEMAT, 2011: 14).

²¹ Na Europa a população residente em áreas urbanas era de 72% em 2007, estimando-se que passe para 84% em 2050 (Pereira, 2009).

Porém, ao longo da faixa interior do país existem cidades que têm demonstrado níveis de crescimento importantes, por exemplo as capitais de distrito, que ao contrariarem as dinâmicas regressivas dos territórios envolventes, servem de barreira aos fluxos migratórios e conseguem fixar população (Carmo, 2008b), assim é possível afirmar que: “esta dinamização urbana (...) é responsável pela constituição em certas regiões do interior de sistemas urbanos tendencialmente organizados em arquipélago, nos quais despontam focos circunscritos (mas diversificados) de urbanização” (Carmo, 2008: 6).

Para Carmo (2008) o desenvolvimento destas cidades é, contudo, pouco sustentável, uma vez que cresceram pela via da terciarização da economia, nomeadamente através do comércio e do sector do turismo, e pela implementação de serviços públicos como Hospitais, Estabelecimentos de Ensino, Pólos de I&D. São cidades pouco industrializadas que raras vezes conseguem inverter ou estabilizar as tendências mais marcantes de despovoamento dos territórios envolventes (Carmo, 2008). No entanto, numa lógica claramente policêntrica, atribui-se-lhes o papel de motores de desenvolvimento das regiões em que se integram: “a perspectiva vai no sentido de que estas “ilhas” urbanas (...) se dotem dos mecanismos necessários para poderem cooperar entre si, criando uma série de competências que se complementem e que propiciem o intercâmbio regional e (...) internacional” (Carmo, 2008b: 786). Subjacente a esta lógica policêntrica das políticas de ordenamento do território está também uma certa subalternização do desenvolvimento dos espaços rurais a favor do desenvolvimento das cidades (Carmo, 2008b). Como já alertámos, a realidade é que muitas cidades mantiveram uma lógica monocêntrica, resultando na *predação territorial* (de âmbito demográfico, económico, de serviços e oportunidades) sob as aldeias e as vilas limítrofes, muito distinta da lógica propulsora idealizada (Carmo, 2008b).

O âmago da questão poderá não ser apenas a consolidação de redes entre cidades, obedecendo ao princípio do policentrismo. Assume-se como fulcral destacar o *princípio da relação ou da boa parceria* estabelecida entre espaços urbanos e rurais, incrementando novas plataformas de relacionamento entre as cidades e entre as cidades e as suas áreas rurais limítrofes (Carmo, 2008b). Como já aludimos, os territórios são interdependentes: não são apenas os espaços rurais que dependem dos urbanos, os espaços urbanos também necessitam dos rurais, sob pena de verem limitado o âmbito da sua influência territorial, que da extensão regional passa a circunscrever-se à sua malha urbana (Carmo, 2008b), desperdiçando a oportunidade de usufruírem dos recursos e potencialidades das zonas rurais. Refere Pereira (2009: 86):

As tradicionais visões hierárquicas dos territórios estão ultrapassadas. Os territórios do futuro terão de ser policêntricos, estruturados em rede e baseados na diversidade e na complementaridade das respetivas especificidades, em que a articulação entre as áreas urbanas e as áreas rurais deve merecer atenção acrescida e medidas concretas de valorização. A cooperação territorial tem, pois, de ser promovida de forma intensa e a diferentes escalas.

Atualmente, a problemática dos espaços rurais profundos tem sido abordada sob uma nova perspectiva – *os espaços de baixa densidade*. Esta baixa densidade não é

apenas física ou demográfica devido ao despovoamento veloz, mas é também uma baixa densidade relacional que é identificada por Ferrão, (2000: 48) deste modo:

Populações envelhecidas, empresas de reduzida dimensão e com funcionamento atomizado, ausência de movimentos significativos de associativismo ou ainda instituições públicas pouco dinâmicas transformam estas áreas em espaços sem a “espessura” social, económica e institucional necessária para suportar estratégias endógenas de desenvolvimento sustentadas no tempo.

Transformaram-se em *territórios de exclusão*, mas não estão sozinhos nessa classificação, são acompanhados pelos centros das cidades (Pereira, 2009).

Carmo (2008:6) interpreta a realidade territorial existente em Portugal como uma *situação de incrustamento*:

O nosso território parece que se trancou sobre si próprio: o interior que teima em desertificar-se, independentemente da dinâmica de algumas cidades médias; os subúrbios a litoral que continuam a se densificar de pessoas e de construção; os centros das maiores cidades que não conseguem cessar a sangria populacional.

As políticas públicas carecem de responder rápida e energicamente a esta problemática, não descurando que os territórios estão em permanente transformação. Assim, promover o desenvolvimento dos territórios, de modo integrado e sustentável, é atualmente uma prioridade generalizada. Para tal, e no âmbito das políticas de desenvolvimento territorial, é necessário reduzir as disparidades regionais, apoiar o desenvolvimento policêntrico equilibrado, revitalizar regiões em declínio demográfico, aumentar a eficiência das redes de transporte, prevenir e reduzir danos provocados por riscos naturais, proteger e melhorar o meio ambiente, apoiar práticas agrícolas e florestais sustentáveis, promover o equilíbrio entre a preservação do património cultural existente, a atração de novos investimentos e o apoio às comunidades residentes e trabalhadoras nas regiões e aumentar a participação generalizada nos processos de desenvolvimento territorial (CEMAT, 2011).

2.2.2- Desenvolvimento & Ordenamento do Território

2.2.2.1 - Evolução das Iniciativas de Ordenamento do Território no Contexto da União Europeia

A Carta Europeia do Ordenamento do Território (ou *Carta de Torremolinos*) aprovada em 1983, pela Conferência Europeia dos Ministros Responsáveis pelo Ordenamento do Território (CEMAT), constituiu-se como a formalização da discussão que se realizava na Europa acerca do Ordenamento do Território. Este era entendido como: “uma disciplina científica, uma técnica administrativa e uma política que se desenvolve numa perspectiva interdisciplinar e integrada tendente ao desenvolvimento equilibrado das organizações e à organização física do espaço segundo uma estratégia de conjunto” (DGOT²², 1988: 9), tendo como principais objetivos: o desenvolvimento socioeconómico equilibrado das regiões, a melhoria da qualidade de vida *pela escolha da localização que permita uma utilização ótima do espaço* (DGOT, 1988: 11), a gestão responsável dos recursos naturais e a proteção do ambiente, e a utilização racional do território. Pressupunha a participação da população: “toda a política de ordenamento do território, qualquer que seja o seu nível, deve ser baseada na participação ativa dos cidadãos” (DGOT, 1988: 13) e a integração e coordenação intersectorial (DGOT, 1988: 12). Traduzia, ainda, a exigência de uma revisão crítica dos princípios orientadores da organização espacial, de modo “a evitar que sejam inteiramente determinados por objetivos económicos de curto prazo, sem ter em conta, de forma adequada os aspetos sociais, culturais e ambientais” (DGOT, 1988: 7).

O Ordenamento do Território constitui-se, então, como problemática fundamental no contexto da Comunidade Europeia: “nos últimos anos verificou-se uma tendência persistente e sustentada para discutir a necessidade de introduzir, de forma sistemática, o planeamento espacial transnacional no debate político sobre a construção do projeto europeu” (Ferrão, 2004: 44), o que demonstram as ações, que, neste âmbito, foram efetivadas a partir dos anos 80. Das quais destacamos o Esquema de Desenvolvimento do Espaço Comunitário (EDEC), aprovado em 1999, e algumas das ações que lhe sucederam.

O EDEC apresenta os três princípios correspondentes aos objetivos das políticas comunitárias: a coesão económica e social, o desenvolvimento sustentável, e a competitividade equilibrada do espaço europeu. Tem, ainda, como conceitos estruturantes: o desenvolvimento espacial policêntrico e uma nova relação cidade-campo; a equidade no acesso às infraestruturas e ao conhecimento e a gestão prudente do património natural e cultural (Ferrão, 2004; Ramos & Correia, 2010). É objetivo do EDEC:

Disponibilizar um referencial estratégico para o desenvolvimento do espaço europeu que permita, em simultâneo, orientar a elaboração de políticas comunitárias e a aplicação dos fundos estruturais, ao nível da União Europeia, e garantir uma maior coerência e complementaridade entre políticas nacionais e regionais através da sua integração espacial, ao nível dos vários estados- membros (Ferrão, 2004: 50).

²² Direção Geral do Ordenamento do Território

Em 2000, estabelecem-se os Princípios Orientadores para o Desenvolvimento Sustentável do Continente Europeu na Conferência de Hanôver, a saber: Promover a coesão territorial através de um desenvolvimento social e económico mais equilibrado das regiões e de uma maior competitividade; Incentivar o desenvolvimento gerado pelas funções urbanas e melhorar a relação cidade-campo; Promover uma acessibilidade mais equilibrada; Desenvolver o acesso à informação e ao conhecimento; Reduzir os danos ambientais; Valorizar e proteger os recursos naturais e o património natural; Valorizar o património cultural como fator de desenvolvimento; Explorar os recursos energéticos com segurança; Incentivar um turismo sustentável e de grande qualidade e Minimizar o impacto das catástrofes naturais (Ramos & Correia, 2010; Pereira, 2009).

Mais recentemente, foi adotada, em 2007 em Leipzig, a Agenda Territorial da União Europeia – *para uma Europa mais competitiva e mais sustentável baseada na diversidade das regiões*, que assume como objetivo o reforço da coesão territorial, através do desenvolvimento territorial policêntrico, entendido como meio para uma melhor utilização dos recursos existentes nas regiões e a criação de *clusters* regionais inovadores. A tarefa de preparar o Primeiro Programa de Ação para a implementação da Agenda Territorial foi entregue a Portugal. Neste âmbito adotaram-se, com vista a “uma Europa cultural, social, ambiental e economicamente sustentável” (p. 9)²³, cinco princípios orientadores: solidariedade entre as regiões e os territórios, governança multiníveis, integração das políticas, cooperação nos assuntos territoriais e subsidiariedade, cuja aplicação resulta numa melhor coordenação entre as políticas territoriais dos Estados – Membros.

Posteriormente, em 2008, foi publicado o Livro Verde sobre a Coesão Territorial Europeia – *Tirar partido da Diversidade Territorial*, onde podemos ler que um “desenvolvimento mais equilibrado e sustentável, implícito na noção de coesão territorial, facilitaria a utilização mais equilibrada e sustentada dos recursos (...) e beneficiaria o ambiente e a qualidade de vida” (CCE, 2008: 5).

Neste sentido, as respostas necessárias podem encontrar-se em três frentes de ação: na concentração – na qual se valoriza o papel das cidades de pequena ou média dimensão, que deverão estabelecer uma forte rede entre si e com as áreas rurais, que promova a utilização sustentável dos recursos e o aumento da produtividade e que lhes permita *oferecer* às zonas rurais circundantes infraestruturas e serviços que contribuam para evitar situações de desertificação; na interligação: “hoje em dia, para interligar territórios é preciso mais do que assegurar boas ligações por transportes intermodais. Tem que haver acesso adequado à saúde e à educação, é preciso energia sustentável, Internet por banda larga, redes de energia fiáveis e há que estabelecer boas ligações entre as empresas e os centros de investigação” (CCE, 2008: 6,7); e na cooperação que envolve a co-responsabilização de intervenientes de todos os sectores: “o crescimento económico na economia globalizada é cada vez mais promovido por estruturas múltiplas de cooperação entre diferentes atores públicos e privados. É o caso particular das políticas de inovação que devem ser alargadas a novos círculos e incluir

²³ Reunião Informal de Ministros do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional (2007). 1.º Programa de Ação para a Implementação da Agenda Territorial da União Europeia.

intervenientes externos ao mundo empresarial” (CCE, 2008: 8), e de todos os níveis (local, regional, nacional, e internacional), tornando-se cooperação territorial:

(...) a natureza do trabalho moderno também exige parcerias muito estreitas entre zonas que anteriormente se consideravam a si próprias entidades descontínuas e separadas. O desenvolvimento económico, os transportes públicos, o acesso aos cuidados de saúde, ao ensino superior e a formação – tudo ultrapassa as fronteiras regionais (Comissão Europeia: 2008, 5).

No livro verde é firmado outro argumento que vem ganhando *velocidade*: “o argumento de que precisamos de um contraponto territorial para as políticas sectoriais à escala da UE (...) tal como o facto de que a política necessita de ser adaptada a nível local para funcionar bem” (Comissão Europeia, 2008: 7). A ênfase é colocada quer na participação, como na decisão política, de base local. Assim, alguns programas regionais transferem os orçamentos globais diretamente para as regiões e envolvem-nas na conceção e execução dos projetos. Por outro lado, considera-se que o planeamento das políticas sectoriais deve considerar o impacto que elas terão nas regiões.

No documento em análise ainda é reforçada a cooperação como forma de robustecer os territórios e a necessidade de se abandonarem os estereótipos criados em torno da dicotomia *rural vs urbano*: “algumas cidades estão com dificuldades, algumas zonas rurais estão em expansão e a cooperação territorial deve procurar juntar as duas para oferecer a oportunidade às regiões de melhorar a vida das pessoas que aí vivem a todos os níveis” (Comissão Europeia, 2008: 7).

2.2.2.2-O Ordenamento do Território em Portugal

Não ignorando algumas iniciativas políticas anteriores, para a compreensão do Ordenamento do Território português focar-nos-emos nas iniciativas originadas a partir dos anos 80 do Séc. XX, época em que entramos numa “nova era em termos de planeamento e ordenamento do território” (Ramos & Correia, 2010: 317), o que poderemos antever pela criação dos Planos Diretores Municipais (PDM)²⁴, da Reserva Agrícola Nacional (RAN)²⁵; dos Planos Regionais de Ordenamento do Território (PROT)²⁶ e da Reserva Ecológica Nacional (REN)²⁷, (Ramos & Correia, 2010).

No entanto, e como ressaltam Ramos e Correia (2010), o contexto da época, marcado pelo crescimento urbanístico desregrado, levou a que o carácter destas iniciativas “fosse mais proibitivo do que propositivo” (Ramos & Correia, 2010: 317), e que estes diplomas fossem percebidos por muitos *stakeholders* como entraves ao desenvolvimento.

Em 1998, o surgimento da Lei de Bases da Política de Ordenamento do Território e do Urbanismo (LBOTU²⁸) insere-se num contexto (anos 80 e 90) onde “a profusão de leis foi intensa mas dispersa” e se assistiu a “várias mudanças na estrutura interna dos ministérios”, culminando num “sistema de planeamento complexo, intrincado, muitas vezes difícil de operacionalizar (...) face à dispersão e sobreposição de competências entre os diferentes sectores” (Ramos & Correia, 2010: 318), “a tónica era colocada na elaboração dos planos, estando omissas ou subestimadas as condições associadas à sua operacionalização. A monitorização e a avaliação eram também fases do processo de planeamento não acauteladas” (Pereira & Pisco, 2008: 2), e a lógica do planeamento sectorial dominava a prática do planeamento (*ibidem*).

A promulgação da Lei de Bases deu coerência ao sistema de planeamento existente, clarificando o âmbito, princípios, fins e objetivos da política de ordenamento do território e de urbanismo e do sistema de gestão territorial. Contudo, fruto do contexto já identificado, não teve efeitos imediatos: “Não só nem todos os instrumentos eram existentes, como não estavam criadas as condições para a sua imediata operacionalização” (Ramos & Correia, 2010: 319).

Assim, só em 2007 se procedeu à publicação do Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT), que, tendo como referências fundamentais o EDEC e as orientações da *Estratégia de Lisboa* (2000), aponta uma visão estratégica para o país num horizonte alargado (2025). O PNPOT, concebido em concordância com a Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável²⁹ (ENDS), tornando-se um dos instrumentos-chave na sua implementação, foi aprovado pela Lei n.º 58/2007 de 4 de

²⁴ Decreto-Lei n.º 208/82, de 26 de Maio

²⁵ Visava a proteção dos solos com capacidade agrícola.

²⁶ Decreto-Lei n.º 338/83, de 20 de Julho

²⁷ Visava a proteção dos ecossistemas de maior relevo.

²⁸ Lei n.º 48/98 de 11 de Agosto, que sofre alterações com a Lei n.º 54/2007 de 31 de Agosto.

²⁹ A ENDS foi aprovada pela Resolução de Conselho de Ministros n.º 109/2007. Recuperado em http://www.dpp.pt/pt/ENDS2015/Documents/ENDS_2015-ParteI_Estrategia.pdf

Setembro, na qual foram integrados o seu Relatório e Programa de Ação. Neste diploma é definido, no art.1º, como:

Um instrumento de desenvolvimento territorial de natureza estratégica que estabelece as grandes opções com relevância para a organização do território nacional, consubstancia o quadro de referência a considerar na elaboração dos demais instrumentos de gestão territorial e constitui um instrumento de cooperação com os demais estados membros para a organização do território da União Europeia.

O PNPOT, à luz dos princípios da ENDS, põem em evidência:

O contributo das políticas de ordenamento do território para que Portugal seja um espaço sustentável e bem ordenado, uma economia competitiva, integrada e aberta, um território equitativo em termos de desenvolvimento e bem-estar e uma sociedade criativa e com sentido de cidadania (MAOTDR, 2007a: 132).

Para que estes objetivos se concretizem é necessário que o modelo territorial e o programa de políticas sigam as opções estratégicas delineadas, nos documentos mencionados, das quais são exemplo: a) preservar o quadro natural e paisagístico; b) articular o sistema de “espaços abertos” de natureza ambiental e paisagística com o sistema urbano e as redes de infraestruturas; c) reforçar a integração do território continental através de uma organização *mais* policêntrica do sistema urbano, d) estruturar sistemas urbanos sub-regionais de forma a constituir pólos regionais de competitividade e e) valorizar a diversidade dos territórios e a articulação dos centros urbanos com as áreas rurais (MAOTDR, 2007b: 6).

Ressalta da análise do programa de políticas no âmbito do PNPOT, o facto do campo de ação estabelecido ter grande abrangência: engloba diversos domínios (ambiental, económico, social e cultural), bem como as diferentes dimensões do ordenamento e do desenvolvimento territorial (competitividade, coesão, sustentabilidade, qualidade de vida), e incide sobre vários recursos territoriais (MAOTDR, 2007b). Salienta-se ainda uma visão do território que vai para além da componente física, definindo-o como: “espaço de iniciativa e de coordenação institucional, de exercício de soberania e de desenvolvimento sustentável” (MAOTDR, 2007b: 61) e a defesa do “dever de ordenar o território como uma missão fundamental do Estado e das Autarquias locais” (ibidem).

Carece ainda esclarecer que a execução do PNPOT depende da sua articulação com outros instrumentos políticos de carácter estratégico, especialmente com o Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) 2007-2013 bem como da sua relação com os Instrumentos de Gestão Territorial (IGT) (MAOTDR, 2007b: 65-70), sob os quais prevalece (art. 4.º PNPOT).

É inteligível na análise que temos vindo a concretizar que a política de Ordenamento do Território em Portugal assume os princípios e mecanismos que advêm das decisões da União Europeia. É marcada, assim, pelo princípio da *sustentabilidade* e pelos conceitos de *governança* e *coesão territorial*, que em seguida explicitaremos.

Os conceitos referidos são explicados na Agenda Territorial da UE: a coesão territorial é “um processo contínuo e de cooperação envolvendo os vários atores e partes interessadas no desenvolvimento territorial a nível político, administrativo e técnico”

(p.1)³⁰, que só poderá ser alcançado com “um diálogo ativo e permanente entre todas as partes interessadas no desenvolvimento territorial (...). Este processo de cooperação é o que chamamos governança territorial” (p. 2). Os diferentes sectores (sector privado, a comunidade científica, o sector público e as organizações não-governamentais) devem agir em conjunto. A governança apoia-se quer nas *parcerias urbano-rurais*, quer na *cooperação política num contexto regional funcional* (p. 6).

A governança territorial tem um marco relevante na publicação do Livro Branco Sobre Governança Europeia em 2001. Refere Ferrão (2010): o PNOT, os PROT do Alentejo, Algarve e do Oeste, a Política de Cidade Polis XXI³¹ e a Iniciativa Bairros Críticos³², que marcam a segunda metade da 1.ª década do Séc. XXI em Portugal fundamentam-se nas ideias chave dos processos de governança - descentralização, responsabilização, participação, coordenação, cooperação, parcerias, contratualização, entre outras. Estas ideias-chave ganham também relevo como requisitos de candidatura ou critérios de avaliação em Programas no âmbito do QREN 2007-2013 (ibidem).

Ferrão defende que a importância atribuída à governança no âmbito das políticas de Ordenamento do Território reflete uma visão mais estratégica e colaborativa dessas políticas e “a consagração da governança territorial como um elemento essencial de modelos de governação que pressupõem uma maior cooperação entre atores e uma melhor coordenação entre políticas, tanto de base territorial como sectorial” (Ferrão, 2010: 134). No entanto, algumas dificuldades persistem na associação dos mecanismos de governança às políticas de Ordenamento do Território, por exemplo: as desigualdades (de poder) entre as entidades envolvidas (sector público, privado e associativo), a natureza oportunista de algumas parcerias constituídas apenas para responder aos requisitos de candidaturas ou de avaliação de projetos e a “dificuldade de gestão sustentável de soluções de governança em contextos marcados pela persistência de culturas institucionais e organizacionais centralizadas, verticalizadas e sectorializadas” (Ferrão, 2010: 135).

Em relação à coesão e à equidade social e territorial, a Constituição da República Portuguesa (CRP) defende:

A coesão económica e social de todo o território nacional, orientando o desenvolvimento no sentido de um crescimento equilibrado de todos os sectores e regiões e eliminando progressivamente as diferenças económicas e sociais entre a cidade e o campo e entre o litoral e o interior” (CRP, 1976 citado por Pereira & Pisco, 2008: 2).

A LBOTU prossegue os mesmos objetivos, procurando atenuar as assimetrias regionais existentes e assegurar a igualdade de oportunidades dos cidadãos no acesso às infraestruturas, equipamentos e serviços.

O Livro Verde da Coesão Territorial refere que a mesma:

(...) procura alcançar o desenvolvimento harmonioso de todos estes territórios e facultar aos seus habitantes a possibilidade de tirar o melhor partido das características de cada um deles. Nessa

³⁰ Reunião Informal de Ministros do Desenvolvimento Urbano e Coesão Territorial (2007). Agenda Territorial da União Europeia.

³¹ Consultar em <http://www.dgotdu.pt/pc/documentos/POLISXXI-apresentacao.pdf>

³² Consultar em <http://www.portaldahabitacao.pt/pt/ibc/apresentacao/>

medida, a coesão territorial é um fator de conversão da diferença em vantagem, contribuindo, assim, para o desenvolvimento sustentável de toda a UE (CCE, 2008: 3).

A coesão territorial deve traduzir-se na manutenção (existência) dos serviços públicos e dos equipamentos coletivos. No entanto temos assistido à reestruturação das redes de equipamentos instaladas. Pereira e Pisco salientam a este respeito um estudo de Teresa Sá Marques, onde esta conclui que em Portugal em:

Matéria de serviços essenciais, designadamente nas áreas da educação e da saúde, passamos de um Estado-assistencialista frágil, que não garante uma oferta de equipamentos suficiente e eficiente, para um Estado minimal, que vai passando competências para a esfera local e privada. De uma organização dos serviços que reflete a estrutura sectorial do Estado, podemos passar para uma rede fragmentada e desarticulada que pode não garantir os serviços mínimos às populações residentes, sobretudo às populações mais carenciadas (Marques, 2004 citado por Pereira & Pisco, 2008: 7).

Cabe-nos alertar que “em momentos de incerteza, como o atual, deve guardar-se prudência e sensatez na aplicação de critérios que parecem veicular uma eficácia/eficiência imprescindível à melhoria do serviço mas que, na maioria das vezes, escondem uma racionalidade sectorial que pode não corresponder à equidade territorial desejada” (Pereira & Pisco, 2008: 8), e que condiciona a qualidade de vida dos habitantes e põe em risco a sobrevivência dos territórios “ao eliminar suportes mínimos de serviço para certas comunidades locais excluídas/marginalizadas das novas tendências do progresso” (Pereira & Pisco, 2008: 8). Este é um processo abrangente que envolve perdas materiais (de serviços e equipamentos concretos) mas também o é de perdas simbólicas (por exemplo a escola, que é muito mais que o edifício), cujas consequências afetarão as gerações vindouras.

Reparemos ainda no elevado investimento implicado na construção dos equipamentos e infraestruturas abandonadas após os processos de reestruturação, e que nem sempre são de fácil reconversão – são valores desaproveitados num tempo de escassez como o que vivemos. Carece refletir acerca desta problemática, uma vez que a localização dos equipamentos coletivos é fundamental no ordenamento do território e no âmbito dos processos de desenvolvimento territorial.

Poderemos concluir que:

Os acontecimentos económicos, sociais e políticos que marcam a primeira década do século XXI são inequívocos quanto ao agudizar da incerteza e da turbulência nas dinâmicas e mutações dos territórios e quanto à fragilidade das respostas dadas pelas estruturas político-administrativas e pelos instrumentos de planeamento e gestão a velhos e novos problemas de incidência territorial (Pereira, 2009: 77)

E o que ocorre na prática é que “as abordagens sectoriais mantêm a liderança das intervenções públicas, sem que os resultados obtidos correspondam ao que era (é) esperado” (ibidem), o PNPT é ignorado e os objetivos que foram traçados desde a década de 80 na União Europeia e em Portugal continuam por alcançar.

Pereira (2009: 80) lança a esperança percecionando este momento de crise económica e de incerteza como “uma oportunidade para redefinir os objetivos do ordenamento do território, atualizar o seu conteúdo e, sobretudo, consensualizar as

modalidades da sua operacionalização e o envolvimento e co-responsabilização dos atores na execução das ações”.

Alguns desafios são colocados às políticas de Ordenamento do Território na atualidade (Pereira, 2009). Como Portugal apresenta uma economia *pequena, aberta e muito vulnerável*, as políticas de ordenamento devem apostar na valorização do capital e identidade territorial como fator de diferenciação. A falta de escala e de diversidade funcional sugerem a cooperação entre territórios, numa lógica intermunicipal e de rede e numa perspetiva de integração sectorial – público, privado e terceiro sector.

Assistimos a uma crescente imprevisibilidade das atividades económicas e do emprego, com as mudanças tecnológicas, a intensificação da concorrência e a deslocalização das empresas, o que poderá *surpreender* alguns territórios menos preparados. A capacidade de reação dos territórios pode revelar-se determinante para a sua recuperação e readaptação a um novo contexto económico e social. Assim, a diversificação da base económica e a flexibilidade dos recursos humanos constituem-se como objetivos a promover pelas políticas de ordenamento do território.

Para respondermos aos desafios colocados hoje aos territórios é necessário:

Um ordenamento do território inteligente, capaz de garantir uma gestão criteriosa de recursos, em benefício dos territórios e das comunidades aí residentes, (...) que promova a passagem do plano-produto ao plano-processo, invertendo a atual prática de sobrevalorizar o plano³³ (...) Que valorize as intervenções *bottom up*, agarradas às especificidades de cada realidade, tirando partido das identidades e combatendo as soluções padronizadas (...) e que estimule soluções criativas (...) Uma Administração inteligente, isto é, pró-ativa, mobilizadora de vontades, construtora de consensos, com liderança (...) que ajude a criar uma cultura de território (...) Que trabalhe no fortalecimento das estruturas de articulação (...) e de concertação e na transparência dos processos (...) Comunidades inteligentes, isto é, capazes de ter uma influência efetiva e persistente na configuração dos seus espaços de vida que (...) contribuam para a construção de um projeto territorial (...) (Pereira, 2009: 97,98).

Um elemento fulcral na resposta aos desafios é a existência de um projeto para o território, construído com recurso à análise prospetiva e de cenarização (Pereira, 2009), a um atento e integrado diagnóstico de recursos e necessidades, e ao envolvimento e participação de toda a população. Um projeto de território que reúna múltiplos intervenientes desde a fase de conceção até à fase de avaliação, e que sirva a emergência de um destino coletivo uno, transformando o território num espaço criativo de negociação e co-construção, onde diferentes atores e forças cooperem com vista à sua organização e desenvolvimento.

³³ “No seio de quem se dedica ao urbanismo e ao ordenamento do território é crescente o sentimento de que o país não está ordenado, embora planificado. Ao olharmos para o país a sensação é estranha, o que se destaca de positivo, de ordenado e qualificado, na sua grande maioria tem mais de cem anos quando não existia a obrigatoriedade de planificar. Podemos então entrever que quando não era obrigatório tínhamos Planeamento, quando passou a ser de Lei passámos a ter Instrumentos de Planeamento” (Mateus, 2011: 1).

CAPÍTULO 3

MODELO DE ANÁLISE E PLANO METODOLÓGICO

3.1 – O Modelo de Análise: Objetivos e Hipóteses

Sendo nosso intento contribuir, através da apresentação deste estudo exploratório, para o desenvolvimento de territórios rurais do interior de Portugal, o nosso objetivo geral de investigação é posicionar um dado território face aos pressupostos do Desenvolvimento Territorial, enquanto processo evolutivo e complexo, ou seja, evidenciar os problemas de desenvolvimento que as áreas do interior rural apresentam, relacionando-os com estratégias de superação, que à luz do enquadramento atual e de um projeto de território co-construído por todos os atores locais, possam ser implementadas. Para operacionalizarmos este desígnio dividimo-lo em três objetivos específicos, que fizemos acompanhar de algumas hipóteses indutivas que, resultando das observações da investigadora, servem o intento de orientar o processo de recolha de dados (Coutinho, 2011:49):

Objetivo específico 1- Aprofundar o conhecimento acerca de um território do interior procedendo à sua caracterização e integrando as componentes física, administrativa, social, económica, ambiental e cultural.

Hipótese 1 - O território estudado apresenta as características dos territórios rurais do interior do país, também designados de territórios de baixa densidade ou desfavorecidos.

Hipótese 2 – O território estudado exhibe indicadores (demográficos, económicos e sociais) que não favorecem um processo de desenvolvimento e sustentabilidade territoriais.

Hipótese 3 - Apesar do quadro negativo que ronda este perfil, o território estudado apresenta um conjunto de potencialidades que poderão ser utilizadas para reverter a sua situação de desvantagem.

Hipótese 4 – As virtualidades que o território estudado apresenta como localização de excelência para viver, para investir e para visitar constituem oportunidades de desenvolvimento integral.

Objetivo específico 2 – Avaliar o papel positivo das dinâmicas dos atores institucionais, das suas funções e atividades e das suas redes de cooperação na promoção do desenvolvimento territorial e no incentivo à participação e capacitação das populações.

Hipótese 5 – O território estudado detém uma gama de instituições privadas, públicas e do terceiro sector que contribuem para o desenvolvimento do território.

Hipótese 6 – Apesar da incidência territorial e das preocupações transversais com o desenvolvimento, as organizações locais são heterogêneas e dissemelhantes em funções, âmbitos de ação, relação com os poderes local e central e com as políticas públicas.

Hipótese 7 – As instituições locais privilegiam o trabalho de cooperação em rede e em parceria com outras, intra e extra território, como estratégia de superação de constrangimentos à intervenção.

Hipótese 8 – Os atores locais são parceiros e *co-produtores* da intervenção das organizações, numa lógica de participação e *empowerment*.

Objetivo específico 3 – Discutir a adequação das políticas públicas implementadas no território estudado.

Hipótese 9 – As organizações locais consideram que as políticas públicas implementadas no território são compatíveis com os objetivos de desenvolvimento deste e com as necessidades dos habitantes.

Hipótese 10 – Os atores institucionais têm um papel ativo na construção da política com incidência territorial.

Hipótese 11 – Os atores institucionais mantêm com as administrações local, regional e central uma relação de parceria e colaboração.

3.2 – Metodologia

Dedicamos esta secção à demonstração dos aspetos teórico-metodológicos que conduziram a nossa investigação. É nossa finalidade, como indica Coutinho (2011: 219), “dar informação sobre os procedimentos gerais usados na pesquisa empírica, os instrumentos utilizados e relatar a maneira como os dados foram recolhidos”, para tal recorreremos à literatura específica, nomeadamente Coutinho (2011), Flick (2005), Quivy & Campenhoudt (1992) e Silvestre e Araújo (ORG., 2012).

A investigação em Ciências Sociais e Humanas (CSH) visa contribuir para explicar e compreender os fenómenos sociais (Coutinho, 2011), e reflete e problematiza as dificuldades que advém da prática. A metodologia qualitativa ou interpretativa é aquela que, no âmbito da investigação em CSH, conduz este estudo. As principais características da abordagem qualitativa podem resumir-se nas *ideias base* seguintes: complexidade, subjetividade, descoberta, lógica indutiva, não linearidade, interatividade entre as fases do processo de investigação, circularidade e índole prática (Coutinho, 2011; Flick, 2005).

A abordagem qualitativa é adequada aos objetivos de investigação que formulámos – a investigação foi conduzida num contato intenso [não só físico, mas também de questionamento, busca e reflexão permanentes] com a “situação real” do território e da problemática em estudo; o instrumento de recolha de dados não é estandardizado; os dados foram recolhidos *desde dentro*, partindo dos discursos dos atores locais, e depois agregados a outras fontes de conhecimento (dados documentais,

bibliográficos e estatísticos relevantes); os dados originais tomaram a forma de palavras, e foram analisados procurando *não desvirtuar nunca a originalidade dos mesmos* e o intento da investigadora foi conseguir uma visão holística, um retrato sistemático e integrado do contexto e da problemática em estudo (Coutinho, 2011: 288, 289).

A constituição da amostra foi intencional. Deste modo, a amostra não é representativa da população e também não é probabilística, o que significa que não podemos determinar a probabilidade de um sujeito pertencer a uma dada população. O denominador comum a todas as amostras não probabilísticas é o fato de se basearem em “critérios pragmáticos e teóricos em vez de critérios probabilísticos” (Bravo, 1992, citado por Coutinho, 2011: 91). Por sua vez, Flick (2005) coloca o ênfase entre *amostras cuja estrutura são determinadas à priori e as amostras cuja estrutura é definida gradualmente no processo de investigação*. No contexto da nossa investigação é o segundo grupo que detém maior adequação. Corroborando o referido, também este tipo de amostras não garante representatividade e não se baseia em critérios da amostragem estatística: “os indivíduos, grupos, etc, são antes selecionados de acordo com o nível (esperado) de gerarem novas ideias para a elaboração da teoria, face ao seu grau de elaboração presente. As decisões da amostragem visam reunir (...) o material que promete as melhores perspectivas” (Flick, 2005: 66).

Flick, recorrendo a Morse (1998), refere ainda que as qualidades de um bom informante são: possuir conhecimentos e experiências do assunto ou objeto em questão; capacidade de reflexão e articulação; tempo e disposição para participar no estudo (Flick, 2005: 71).

Pretendemos que na nossa amostra estivessem representados pólos de atores diversificados, embora todos eles relevantes para o desenvolvimento do território estudado. Avançamos desde já que este território é o Pinhal Interior Norte, cuja apresentação e caracterização mais fina será realizada na secção seguinte. Não incluímos os atores *dominantes e tradicionais* (Guerra, 2003), embora não descuremos a sua importância. Facto é que a atualidade tem demonstrado a sua ineficácia para solucionar os problemas da sociedade, o que tem conduzido à experimentação de novas formas de governação, ao aparecimento de novos utensílios de análise e de novos conceitos e ao reconhecimento da relevância de distintos atores, cada vez mais importantes para a ação territorial: “Na medida em que os atores dominantes não são suficientes para estruturar a ação, ela depende cada vez mais de uma miríade de atores, esforçando a administração para reinventar valores consensuais capazes de fundamentar ação e deixando-se levar nesse jogo conjuntural” (Guerra, 2003: 289). De facto, assistimos atualmente à *retirada progressiva do Estado Central da intervenção local* (Guerra, 2003: 291), à incapacidade pública em suportar os custos crescentes da exigência de bens e serviços; ao questionamento da (in) adequação das políticas tradicionais e à crescente necessidade de uma gestão e ação de base territorial que se coadune com a rapidez e flexibilidade exigidas pela sociedade atual e ao “reconhecimento de que o espaço público é construído - e apropriado - por uma miríade de atores com interesses e lógicas de ação diferentes cujos recursos são indispensáveis à

orientação da mudança social” (Guerra, 2006: 16). É importante captarmos assim a intenção e ação desses atores *não tradicionais*.

Definimos *atores* como *protagonistas de um projeto de sociedade* e como afirmaria Touraine *elementos produtores de sociedade* (Guerra, 2006: 20). Guerra (2006: 21) explica: “nos projetos de desenvolvimento local, estamos perante coligações de grupos sociais que representam interesses coletivos e não de atores individuais, razão por que os apelidamos de atores institucionais”. Na verdade, estamos em presença de diversos atores, representações e interesses, diferentes escalas territoriais, tipos orgânicos e estatutos diferentes. No entanto, como refere a autora: “Divergindo por vezes profundamente no sentido da ação, estes movimentos e associações têm em comum a congregação em torno de objetivos comuns que dão corpo a formas organizativas diversas e sempre mutáveis” (Guerra, 2006: 22). No fundo, convergem (ou deverão convergir) num projeto coletivo, que visa o *futuro desejado* e implica a autonomia e a intencionalidade dos diferentes atores e a definição de uma vontade que alcança sentido coletivo (Guerra, 2006) e que serve, não os interesses individuais, mas os interesses do território de pertença.

Na nossa investigação compuseram a *população acessível* os atores locais que lograssem ser bons informantes no domínio dos objetivos definidos, ou seja, todos os atores institucionais relevantes, não públicos, que intervêm no Território Pinhal Interior Norte promovendo o seu desenvolvimento (quer direta ou indiretamente) – por exemplo:

- i. As Associações de Desenvolvimento Local (ADL);
- ii. As Associações Locais (Coletividades com campos de ação variados, de âmbito cultural, desportivo, recreativo, de promoção do “local”, defesa do ambiente, etc.);
- iii. Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS), que respondem às necessidades sociais dos residentes no território;
- iv. As Empresas ou Empreendimentos ligados ao ramo do Turismo, da Cultura, das Energias Renováveis ou outro que seja diferenciador e crie valor acrescentado para o Território, ou outras entidades privadas ligadas à produção e comercialização de produtos de base local e ao desenvolvimento económico local;
- v. Meios de Informação de carácter local;
- vi. Outras entidades com demonstrada relevância no território.

Pretendeu-se que o grupo de intervenientes no estudo fosse bastante heterogéneo e que abrangesse as diferentes entidades identificadas nos pontos anteriores. Procurou-se, ainda, que o grupo fosse minimamente representativo da realidade institucional do PIN. Contudo, pela natureza exploratória do estudo e as condicionantes de tempo e recursos colocadas a este trabalho académico nem todos os atores que perfazem o quotidiano do Território e são protagonista do seu desenvolvimento puderam estar representados.

Posto isto, a seleção das organizações a serem contactadas, sob a égide de critérios de conveniência e acessibilidade e segundo a sua *mais-valia* potencial para a

investigação, fez-se através de pesquisa na web e nos jornais locais. Do grupo de organizações selecionadas constavam: três ADL, três meios de informação (jornal ou rádio) locais; duas IPSS no âmbito do apoio social, uma associação empresarial, uma organização sem fins lucrativos ligada à promoção turística e defesa do ambiente, uma organização relacionada com a Bioeconomia e uma organização no âmbito de um programa específico de desenvolvimento turístico. O primeiro contacto com estas entidades foi realizado através do envio de uma missiva, via correio eletrónico, onde se explicava e contextualizava a investigação em curso e solicitava a sua colaboração através da realização de uma entrevista. Em seguida, com exceção de uma entidade da qual recebemos logo resposta afirmativa, procedemos à realização de contactos por telefone de modo a incentivar a participação, reiterando, por exemplo, a importância da inclusão da organização no estudo. Na maioria dos casos foram realizados vários contactos (telefónicos e por correio eletrónico), tornando-se evidente que não estariam disponíveis para participar, embora não tenha, até ao momento, existido uma resposta negativa formal. Conseguimos obter a confirmação da participação de cinco organizações, das quais três acederam a colaborar através de entrevista presencial nas suas sedes, uma realizou a entrevista através do Programa *Skype* e a restante preferiu fazê-lo através de resposta escrita ao questionário enviado.

No caso das entrevistas, cada organização indicou pelo menos uma pessoa, habilitada a tratar o tema de pesquisa, que se disponibilizou a participar na investigação, das quais quatro fazem parte da direção destas Organizações e dois são colaboradores e/ou técnicos. Foram sempre resguardados os interesses dos entrevistados, sendo que as entrevistas foram agendadas com antecedência e segundo disponibilidade destes; foi elucidado oralmente e por escrito, antes e no momento da entrevista os objetivos da investigação, tal como os direitos que assistem aos participantes. Foi pedida ainda autorização para proceder à gravação áudio da entrevista. O Consentimento Informado foi declarado oralmente pelos participantes, após todos os esclarecimentos necessários e no início de cada entrevista.

Quanto à recolha de dados, o estudo recorreu a várias técnicas adequadas à investigação qualitativa. A aplicação desses instrumentos constitui uma forma de obtenção de dados de tipologias diferentes, que permitem a possibilidade de cruzamento ou triangulação de informação (Coutinho, 2011). No estudo apresentado assume grande importância o inquérito, enquanto processo que visa a obtenção de respostas expressas pelos participantes no estudo, assumindo a forma de entrevista ou de questionário, mas também a pesquisa documental, utilizada para validar evidências ou acrescentar novas informações (Coutinho, 2011).

Usufruímos das facilidades concedidas pela internet como meio de comunicação, tanto ao nível dos contatos com as organizações, envio e receção do questionário, realização de entrevista através do programa *Skype*, como no acesso a dados documentais e estatísticos relevantes.

No domínio da recolha de dados originais privilegiámos a entrevista (o questionário surgiu como medida de recurso para viabilizar a participação daquele ator institucional), nomeadamente recorreremos à entrevista semiestruturada, uma vez que

pretendemos *focar um objeto específico e captar o melhor possível o seu significado* (Flick, 2005), ou seja: “Quando o objetivo da coleta de dados são afirmações concretas sobre um assunto o meio mais eficiente é a entrevista semiestruturada (...)” (Flick, 2005: 95), com uso de guião de entrevista. Este foi organizado por: “tópicos que orientam o pesquisador ajudando-o a não se esquecer dos temas que pretende abordar com o entrevistado” (Costa, 2012: 150). Os tópicos, por opção da investigadora, assumiram uma forma interrogativa e a sua ordem foi por vezes alterada no decorrer da entrevista, tal como foram introduzidos novos tópicos ou suprimidos outros, consoante o interesse que a sua introdução ou eliminação demonstrou no desenrolar da entrevista (Costa, 2012), sempre sob o postulado da flexibilidade, característica essencial da entrevista (Coutinho, 2011). Portanto, usámos um instrumento não estandardizado, produzido pela investigadora especificamente para este estudo.

Para a recolha dos dados originais, que foi realizada entre os meses de Setembro a Dezembro de 2013, procedeu-se à realização do guião de entrevista, composto por tópicos-guia, divididos em três domínios de análise: questões acerca da organização (missão, âmbitos de intervenção, parcerias, posição face às políticas públicas, relação com administração local e central e intervenção futura); questões relativas ao território PIN (identificação das suas principais vantagens e dificuldades) e por fim, outras questões complementares à compreensão do desenvolvimento territorial neste território. As entrevistas foram gravadas em registo áudio, depois de declarado o consentimento dos participantes, o que possibilitou a sua transcrição integral. A duração média das entrevistas foi de aproximadamente 60 minutos úteis. As entrevistas tiveram como protagonista em três dos casos apenas um entrevistado, no caso de uma das entidades a entrevista foi realizada simultaneamente a dois membros da direção.

No caso de uma organização, por motivos de agenda das mesmas, a participação neste estudo fez-se pela resposta a um questionário de administração direta, que obedeceu ao mesmo guião preparado para as entrevistas, apenas com ligeiras alterações, respeitantes às especificidades deste tipo de instrumento (Coutinho, 2011). Antecipadamente foram-lhes concedidos todos os esclarecimentos necessários e foram realizados vários contatos telefónicos e visitas à organização de modo a despistar qualquer dúvida que surgisse durante o seu preenchimento.

A informação obtida, descritiva e em grande quantidade, foi organizada e reduzida através das três fases da análise de conteúdo referida por Bravo (citado por Coutinho, 2011:192): a teorização (categorização), a selecção (codificação) e a análise (redução dos dados). Esta estratégia possibilitou a interpretação dos dados recolhidos e que em seguida se explora. Pretendemos assim captar a informação relevante e útil, à luz do problema e objectivos desta investigação exploratória, dos discursos dos actores institucionais: Associação de Desenvolvimento Integrado de Poiães (ADIP), Agência para o Desenvolvimento Turístico das Aldeias de Xisto (ADXTUR), Associação para o Desenvolvimento - Pinhais do Zézere, BLC3 - Plataforma para o Desenvolvimento da Região Interior Centro e a Lousitânea – Liga dos Amigos da Serra da Lousã.

CAPÍTULO 4

Pinhal Interior Norte em Perfil – Contributos para o Desenvolvimento Territorial

4.1 – Pinhal Interior Norte – uma Caracterização a partir de Dados Secundários



FIGURA 1³⁴ – Pinhal Interior Norte: morfologia territorial

1- Localização, Enquadramento e Contexto Administrativo

O Pinhal Interior Norte (PIN) situa-se na Região Centro (NUT II) de Portugal Continental e ocupa cerca de 2616,5 km² da superfície do território nacional (aproximadamente 10% da Região Centro).

Em termos administrativos e estatísticos a Região do PIN constitui uma NUT III, e é composta pelos Municípios de Alvaiázere, Ansião, Arganil, Castanheira de Pêra, Figueiró dos Vinhos, Góis, Lousã, Miranda do Corvo, Oliveira do Hospital, Pampilhosa da Serra, Pedrógão Grande, Penela, Tábua e Vila Nova de Poiares. O PIN faz fronteira com sete das onze NUT III que incorporam a Região Centro - Dão Lafões e Serra da Estrela a Norte, Cova da Beira a Este, Médio Tejo e Pinhal Interior Sul a Sul e Pinhal Litoral e Baixo Mondego a Oeste. Este posicionamento (central e geoestratégico) é reconhecido como vantajoso uma vez que poderá “potenciar diferentes interações capazes de reforçar o papel deste território no contexto regional” (SPI, 2008: 6).

Também alguns elementos naturais determinantes na geomorfologia nacional estão localizados no PIN, ou na sua contiguidade, como são o caso da Serra da Estrela, do Rio

³⁴ <http://www.cimpin.pt/territorio.asp> recuperado em 20/03/2013

Mondego e do Rio Zêzere. O PIN é marcadamente um território de montanha, composto pelas Serras do Açor, da Lousã e de Sicó, que, em resultado do seu valor ecológico, foram classificadas como sítios da Rede Natura (AMPIN, 2008).

Tabela 1: O Pinhal Interior Norte: localização e composição do território.

| MUNICÍPIO | DISTRITO | SUPERFÍCIE Km2 | SÍTIOS DA REDE NATURA 2000 (ha) |
|---------------------------------|----------|-------------------|------------------------------------|
| Alvaiázere | Leiria | 160,5 | 7499 |
| Ansião | Leiria | 176,1 | 7162 |
| Arganil | Coimbra | 332,8 | 749 |
| Castanheira de Pêra | Leiria | 66,8 | 3005 |
| Figueiró dos Vinhos | Leiria | 173,4 | 2471 |
| Góis | Coimbra | 263,3 | 4529 |
| Lousã | Coimbra | 138,4 | 3797 |
| Miranda do Corvo | Coimbra | 126,4 | 1356 |
| Oliveira do Hospital | Coimbra | 234,5 | 6597 |
| Pampilhosa da Serra | Coimbra | 396,5 | 491 |
| Pedrógão Grande | Leiria | 128,7 | - |
| Penela | Coimbra | 134,8 | 579 |
| Tábua | Coimbra | 199,8 | 377 |
| Vila Nova de Poiares | Coimbra | 84,5 | 0 |

Fonte: Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro³⁵ e Instituto Nacional de Estatística.

O Pinhal Interior Norte, ao nível da administração pública descentralizada, tem como principais organismos de apoio a Direção Regional de Agricultura e Pescas do Centro (DRAPC) e a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDRC)³⁶, que é responsável, ao nível da NUT II, por executar as políticas de ambiente, de ordenamento do território e cidades e de desenvolvimento regional, promover a atuação coordenada dos serviços desconcentrados de âmbito regional, apoiar tecnicamente as autarquias locais e as suas associações e contribuir para a prossecução dos grandes desígnios da coesão do espaço regional e nacional e para o reforço da competitividade regional, sendo um organismo desconcentrado da Presidência do Conselho de Ministros, com tutela conjunta do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e Energia.

³⁵ <http://datacentro.ccdrc.pt/Viewer.aspx>, recuperado a 25/03/2013

³⁶ https://www.ccdrc.pt/index.php?option=com_sectionex&view=category&id=5&Itemid=62&lang=pt

Com a finalidade de se interligarem interesses de carácter intermunicipal, possui a Associação de Municípios do Pinhal Interior Norte (AMPIN) e a Comunidade Intermunicipal. A Associação de Municípios do Pinhal Interior Norte (AMPIN) foi constituída em 2007, despontando da determinação demonstrada pelos diferentes municípios do PIN em cooperarem entre si, numa lógica de rede e de valorização de complementaridades, na definição de uma estratégia comum para o desenvolvimento do território, bem como articularem investimentos de interesse intermunicipal, através, da contratualização da gestão de projetos comunitários no âmbito do Quadro de Referência Estratégica Nacional (QREN) para o período de programação financeira 2007-2013 (AMPIN, 2008, SPI, 2008).

Posteriormente e ao abrigo da lei n.º 45/2008 de 27 de Agosto³⁷, que estabelece o regime jurídico do associativismo municipal, surge a Comunidade Intermunicipal do Pinhal Interior Norte - a CIMPIN. As Comunidades Intermunicipais (CIM), segundo o n.º 2, do Artigo 2.º da lei supracitada, são associações de municípios de fins múltiplos e são pessoas coletivas de direito público, constituídas por municípios que correspondam a uma ou mais unidades territoriais definidas com base nas Nomenclaturas das Unidades Territoriais Estatísticas de nível III e adotam o nome destas. As CIM têm, entre outras, as seguintes atribuições: Promoção do planeamento e da gestão da estratégia de desenvolvimento económico, social e ambiental do território abrangido; Articulação dos investimentos municipais de interesse intermunicipal; Participação na gestão de programas de apoio ao desenvolvimento regional; Planeamento das atuações de entidades públicas, de carácter supramunicipal, bem como, assegurar a articulação das atuações entre os municípios e os serviços da administração central (Artigo 5.º).

Neste âmbito, a CIMPIN defende a promoção e proteção do interesse dos municípios que a compõem. Procura, ainda, obter um desenvolvimento integrado e sustentado para o Pinhal Interior Norte, através da valorização dos recursos endógenos do território, bem como do seu património cultural, gastronómico e ambiental, diminuir as assimetrias e os reflexos da interioridade e constituir-se como um: “organismo capaz de equacionar as potencialidades e estrangulamentos dos municípios do Pinhal Interior e desenhar estratégias que permitam o desenvolvimento e reforcem a intermunicipalidade e a coesão territorial”³⁸. Segundo a mensagem do seu Presidente, a CIMPIN pretende:

Contribuir para dinamizar e estimular a economia regional de modo a que o Pinhal Interior Norte se torne num espaço cada vez mais competitivo, onde a fileira florestal continue a desempenhar um papel relevante e fundamental, sem esquecer todos os outros recursos endógenos: a Água de excelente qualidade, o Ar puro, as Paisagens genuínas, a Gastronomia típica, o Património histórico e cultural, pilares que, orgulhosamente, sustentam a sua oferta para um Turismo de Natureza. São estas “mais-valias” que pretendemos potencializar no sentido de promover e divulgar este território, cativando mais e melhor investimento que ajude a inverter o recente declínio demográfico³⁹

³⁷ <http://www.valsousa.pt/attachments/article/46/Regime%20Associativismo%20Municipal.pdf> recuperado em 20/03/2013

³⁸ <http://www.cimpin.pt/missao.asp> recuperado em 20/03/2013

³⁹ <http://www.cimpin.pt/mensagem.asp> recuperado em 20/03/2013

2 – Acessibilidades Físicas e Rede Urbana Envolve

Ao nível das acessibilidades, no PIN existem realidades bastante contrastantes, sendo marcante a diferença entre o território do interior e o mais próximo do litoral e entre os extremos Norte e Sul da Região e os concelhos centrais. Os últimos - Vila Nova de Poiares, Góis, Lousã, Pampilhosa da Serra e Castanheira de Pêra - apresentam um cenário deficitário do ponto de vista da rede rodoviária de distribuição, sendo servidos exclusivamente por estradas nacionais (EN), cujos traçados e perfis não se coadunam com as metas de desenvolvimento destes concelhos e do PIN (AMPIN, 2008; Marques, 2010). Com a interrupção do serviço ferroviário do Ramal da Lousã, no início do ano 2010⁴⁰, que muito descontentamento trouxe às populações locais, também o transporte ferroviário deixou de ser uma possibilidade. À luz destes factos poderemos concluir que as insuficiências ao nível das acessibilidades físicas aumentam a condição periférica do território e diminuem grandemente a possibilidade de se tornar competitivo. Esta é uma das maiores preocupações da AMPIN, o que a levou a elaborar uma proposta de rede viária para o território (SPI, 2008: 11,12).

Na região Centro, a rede de cidades é policêntrica e tem como pólos de desenvolvimento as cidades de Viseu, Coimbra, Aveiro, Covilhã e Leiria. O Pinhal Interior Norte estabelece com as cidades de Coimbra e Leiria os vínculos mais fortes, estando dependentes destas para um ampla gama de serviços (ensino, formação, cultura e saúde, por exemplo) e atividades comerciais (AMPIN, 2008). A proximidade à cidade de Coimbra, enquanto potencial fator de inversão do despovoamento, parece encontrar reflexo nos resultados demográficos apresentados pelos Concelhos limítrofes da Lousã, Miranda do Corvo e Vila Nova de Poiares.

3 – Perfil sociodemográfico e económico

O Pinhal Interior Norte é marcado pela heterogeneidade socioeconómica e demográfica (AMPIN, 2008). A região tem registado um decréscimo populacional, fenómeno que é acompanhado por um aumento da população dependente, especialmente população idosa. Na tabela seguinte verificamos a tendência de decréscimo populacional, que encontra exceção apenas nos Concelhos da Lousã, de Vila Nova de Poiares e de Miranda do Corvo que registaram um crescimento populacional no período 2001-2011.

A nível nacional a Região Centro, conjuntamente com a Região do Alentejo, foram aquelas que perderam mais população, 1% no caso da primeira, 2,5% no caso da segunda face a 2001, segundo os dados definitivos do Censos 2011 (INE, 2012). Carece acrescentar ainda que, segundo o mesmo estudo, 50% da população residente estava concentrada em 33 dos 308 municípios do país. Esta concentração ocorreu principalmente na faixa litoral, portanto continua a verificar-se a perda de população nos municípios do interior e o efeito de concentração da população nos municípios do litoral. O estudo conclui: “a Desertificação no interior do país aumentou na última década” (INE, 2012: 3).

⁴⁰<http://www.metromondego.pt/Comunica%20A7%20A3o/Not%20ADcias/2009/tabid/116/Default.aspx>
recuperado em 25/03/2013

Tabela 2: População residente no Pinhal Interior Norte por local de residência⁴¹ e densidade populacional.

| Local de Residência | Nº de Habitantes | | | Variação 2011-2001 | Densidade Populacional | |
|-----------------------------|------------------|---------|---------|-----------------------|------------------------------|------------------------------|
| | 2011 | 2001 | 1991 | | 2012 Hab./km ² | 2002 Hab./km ² |
| PIN | 131.468 | 138.535 | 139.413 | -7067 | 49,3 | 52,7 |
| Alvaiázere | 7.287 | 8.438 | 9.306 | - 1151 | 44,6 | 51,6 |
| Ansião | 13.128 | 13.719 | 14.029 | - 591 | 73,2 | 77,7 |
| Arganil | 12.145 | 13.623 | 13.926 | - 1478 | 35,6 | 40,3 |
| Castanheira de Pêra | 3.191 | 3.733 | 4.442 | - 542 | 45,3 | 54,7 |
| Figueiró dos Vinhos | 6.169 | 7.352 | 8.012 | - 1183 | 34,8 | 41,2 |
| Góis | 4.260 | 4.861 | 5.372 | - 601 | 15,6 | 18,1 |
| Lousã | 17.604 | 15.753 | 13.447 | + 1851 | 126 | 116,7 |
| Miranda do Corvo | 13.098 | 13.069 | 11.674 | + 29 | 103,2 | 103,9 |
| Oliveira do Hospital | 20.855 | 22.112 | 22.584 | - 1257 | 87,5 | 93,7 |
| Pampilhosa da Serra | 4.481 | 5.220 | 5.797 | - 739 | 10,9 | 12,9 |
| Pedrógão Grande | 3.915 | 4.398 | 4.643 | - 483 | 29,2 | 33,7 |
| Penela | 5.983 | 6.594 | 6.919 | - 611 | 43,2 | 48,2 |
| Tábua | 12.071 | 12.602 | 13.101 | - 531 | 59,7 | 62,9 |
| Vila Nova de Poiares | 7.281 | 7.061 | 6.161 | + 220 | 85,3 | 84 |

Fonte: Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro e INE, Estatísticas Anuais da População Residente.

Ao nível da densidade populacional, o território apresentava, em 2004, uma média de 52,7 habitantes por km², muito inferior às médias regional e nacional que se situavam nos 84,3 hab/km² e 114,3 hab/km² respetivamente. Registaram-se, contudo, diferenças acentuadas entre concelhos do PIN (AMPIN, 2008), o que é comprovado pelos dados apresentados no quadro seguinte. Segundo dados mais recentes e no período de 10 anos expresso (2002-2012) apenas dois concelhos no PIN registaram um aumento de densidade demográfica – Vila Nova de Poiares e Lousã. Nos demais os valores referentes à densidade demográfica baixaram.

A acompanhar os dados relativos à retração demográfica verifica-se igualmente o envelhecimento da população. Tomando como dado a idade média da população que a nível nacional aumentou, na última década, três anos e se situa nos 41,8 anos (INE, 2012), no Pinhal Interior Norte situa-se aproximadamente nos 45 anos, sendo que todos os concelhos registam uma idade média superior a 40 anos. O concelho da Lousã encontra-se muito próximo deste número (40,90), seguido pelo Concelho de Vila Nova de Poiares

⁴¹ <http://datacentro.ccdrc.pt/Viewer.aspx> recuperado a 25/03/2013

(42,45) Miranda do Corvo (43,41). Os concelhos de Pampilhosa da Serra (54, 84) e Góis (50) apresentam a Idade Média mais avançada⁴².

Ao analisarmos o índice de dependência total mais uma vez nos deparamos com a evidência do envelhecimento da população neste território, confirmando ainda que ao aumento do número de população idosa se aliou uma redução do número de jovens. Os mais expressivos índices de dependência total foram registados nos Concelhos de Pampilhosa da Serra (90,3), Pedrógão Grande (78,1), Góis (75,2) e Alvaiázere (73,6), mas ao contrário dos últimos três, que embora apresentem resultados preocupantes viram descer o seu índice de dependência total no período 2002/2012, o concelho da Pampilhosa da Serra apresenta um resultado alarmante e que cresceu no período indicado (correspondia em 2002 a 88,3), ou seja, neste concelho a população em idade não ativa representava, em 2012, 90,3% da população em idade ativa. Os concelhos de Vila Nova de Poiares, Lousã e Miranda do Corvo destacam-se, no quadro do PIN, pela positiva na análise a este indicador. Para completar esta análise importa debruçarmo-nos ainda sobre Índice de Envelhecimento que também se apresenta na tabela seguinte.

Em 2011, a nível nacional, o Índice de Envelhecimento da população era de 128 e, no Pinhal Interior Norte, o índice referente a 2012 situava-se nos 198,5, o que significa que por cada 100 jovens existiam aproximadamente 198 idosos. Da tabela que se apresenta destaca-se ainda a grande disparidade entre Concelhos, que facilmente comprovamos analisando os extremos – o Concelho da Lousã com o Índice de Envelhecimento mais baixo (104 idosos por cada 100 jovens) e o Concelho da Pampilhosa da Serra com 554 idosos para cada 100 jovens. De notar ainda, que o concelho da Lousã e o Concelho de Pedrógão Grande apresentaram uma retração no Índice de Envelhecimento no período 2002-2012.

⁴² INE, Recenseamento da População e Habitação.

Tabela 3: Índice de Envelhecimento e Índice de Dependência Total no Pinhal Interior Norte por Local de Residência.

| Local de Residência | Índice de Envelhecimento | | Índice de Dependência | |
|-----------------------------|--------------------------|-------|-----------------------|------|
| | 2012 | 2002 | 2012 | 2002 |
| Centro | 164,5 | 132,3 | 55,6 | 53,6 |
| PIN | 198,5 | 166,3 | 60,5 | 62,4 |
| Alvaiázere | 303,3 | 236,3 | 73,6 | 74,4 |
| Ansião | 209,5 | 171,9 | 61,4 | 59,7 |
| Arganil | 264,4 | 197,2 | 64,2 | 68 |
| Castanheira de Pêra | 310,5 | 213,6 | 70,6 | 66,3 |
| Figueiró dos Vinhos | 294,7 | 201,4 | 68,7 | 64,5 |
| Góis | 284,3 | 273,7 | 75,2 | 79,4 |
| Lousã | 104,2 | 104,6 | 50,5 | 50,2 |
| Miranda do Corvo | 159,1 | 112 | 50,9 | 52,1 |
| Oliveira do Hospital | 187,8 | 138 | 58,2 | 59,2 |
| Pampilhosa da Serra | 554 | 398,5 | 90,3 | 88,3 |
| Pedrógão Grande | 268,1 | 290,5 | 78,1 | 83,4 |
| Penela | 229,7 | 216,5 | 70 | 68,5 |
| Tábua | 175,9 | 151,7 | 57,4 | 64,2 |
| Vila Nova de Poiares | 125,4 | 109 | 49,3 | 54,5 |

Fonte: INE, Estatísticas Anuais da População Residente.

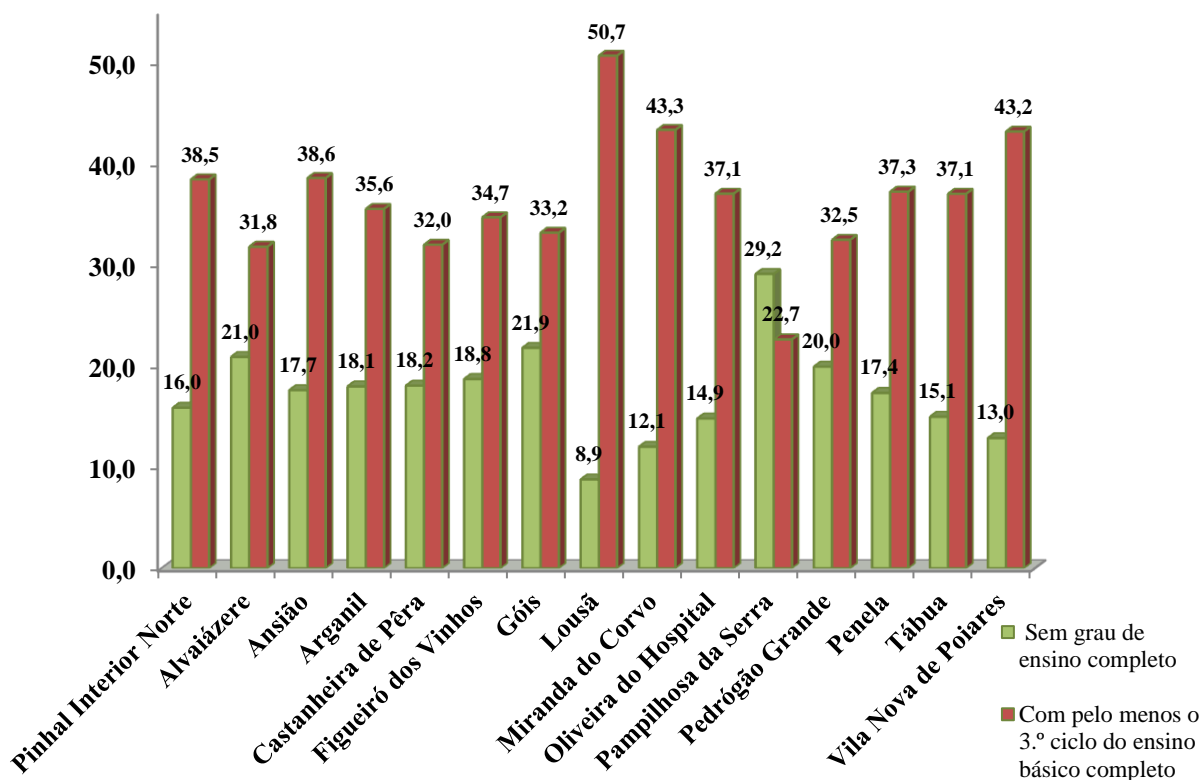
Analisámos ainda os dados referentes ao Índice de Sustentabilidade Potencial. A nível nacional este índice passou de 4,1 em 2001, para 3,5 em 2011 (INE, 2012), contudo no Pinhal Interior Norte situava-se, em 2011, nos 2,3, ou seja, por cada indivíduo idoso há 2,3 indivíduos em idade ativa⁴³. O Concelho da Pampilhosa da Serra regista o resultado mais preocupante (1,2).

Ao perfil etário aliam-se outras problemáticas comuns aos territórios de cariz rural, como a baixa qualificação da população e a excessiva tendência de terciarização da base económica local, o que no conjunto fragiliza a região.

Em seguida apresentamos alguns dados relativos à educação e formação da população residente no PIN.

⁴³ Índice de sustentabilidade potencial (N.º) por Local de residência (à data dos Censos 2011); Decenal - INE, Recenseamento da População e Habitação

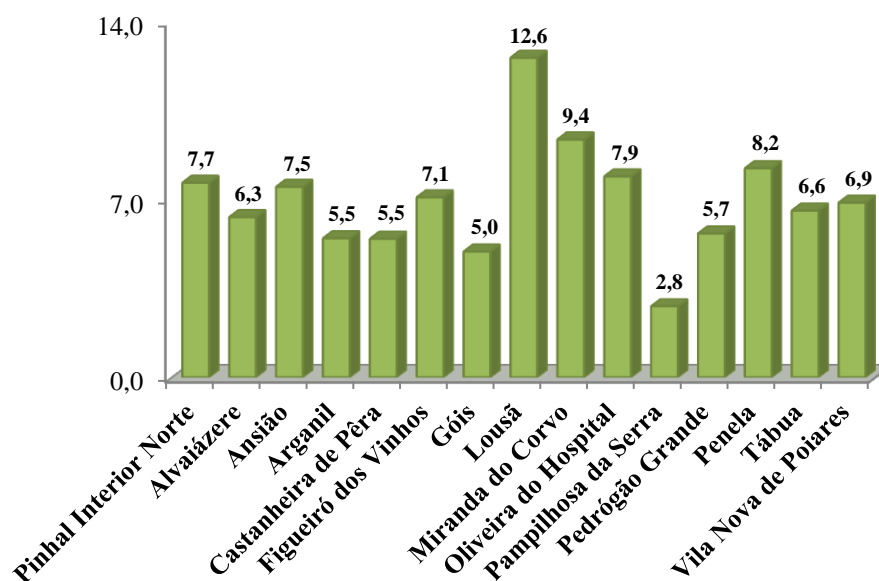
Gráfico 1 – Distribuição da população com 15 ou mais anos, em 2011, por local de residência segundo o grau de ensino – sem qualquer grau de ensino completo e com pelo menos o 3.º ciclo do ensino básico completo (%).



Fonte: Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, Censos 2011 (INE).

Dos dados apresentados salientamos as diferenças expressivas entre os diferentes concelhos que compõem o PIN. O concelho da Lousã e de Miranda do Corvo são aqueles que apresentam resultados mais positivos – têm uma menor percentagem de população sem qualquer grau de ensino completo (8,9%, e 12,1% respetivamente); têm ainda a maior proporção da população com ensino superior completo (12,6% e 9,4% respetivamente), bem como a maior percentagem de população com pelo menos o 3.º ciclo do ensino básico completo (50,7% e 43,3% respetivamente). No outro extremo encontramos o Concelho da Pampilhosa da Serra que evidencia os resultados menos positivos – maior proporção da população sem qualquer grau de ensino (29,2%), apenas 2,8% da população com o Ensino Superior e a proporção da população com pelo menos o 3.º ciclo do ensino básico não ascende os 22,7%.

Gráfico 2 - Distribuição da população com ensino superior completo por local de residência, em 2011.



Fonte: Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, Censos 2011 (INE)

Num contexto marcado pelas baixas qualificações e escassez de formação especializada, importa ainda considerar as dinâmicas de formação ao nível do Sistema de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (RVCC) e dos Cursos de Educação e Formação de Adultos (EFA). Quanto ao primeiro, no ano letivo 2010/2011, em Portugal continental 66 501 indivíduos com 18 e mais anos de idade foram certificados pelo Sistema RVCC, destes 14 821 pertenciam à Região Centro e destes apenas 724 eram habitantes do PIN (ainda assim melhor classificado que as NUTS III – Serra da Estrela, Pinhal Interior Sul e Beira Interior Sul). Relativamente aos Cursos EFA em Portugal continental foram frequentados, no ano letivo 2010/2011, por 69 305 indivíduos, sendo que 15 278 provinham da região centro e 870 do Pinhal Interior Norte (as NUTS III Pinhal Interior Sul, Beira Interior Sul, Serra da Estrela, Beira Interior Norte e Cova da Beira registaram um número ainda inferior de alunos em cursos EFA naquele ano letivo). Destaca-se, contudo, o baixo número de indivíduos no PIN que frequentaram estas modalidades de ensino para adultos, e a forma heterógena como esse número é dividido pelo local de residência dos indivíduos (INE, Direção Geral de Estatísticas da Educação e Ciência⁴⁴).

⁴⁴ www.ine.pt consultado em Dezembro, 2013

Base Económica Local

O Pinhal Interior Norte, em conformidade com a tendência nacional, é marcado pela terciarização da base económica local e por uma percentagem baixa de população afeta ao sector primário, sector que vem progressivamente a perder efetivos (SPI, 2008). As atividades com maior expressão (maior número de ativos) no território e em 2011, afetas ao sector terciário foram aquelas que se inserem na área da educação, saúde e apoio social (17,7), corroborando a importância que as organizações dedicadas a estes domínios exercem sobre os territórios, e na área do comércio por grosso e a retalho e reparação de veículos automóveis e motociclos (16,5).

Tabela 4: Distribuição da população segundo a situação face ao emprego e sector de atividade, por local de residência, em 2011.

| | População Ativa (N.º) | População Desempregada (N.º) | Taxa de Desemprego (%) | Sector Primário (%) | Sector Secundário (%) | Sector Terciário (%) |
|-----------------------------|-----------------------|------------------------------|------------------------|---------------------|-----------------------|----------------------|
| PIN | 54.690 | 5.953 | 10,9 | 3,3 | 32,7 | 63,9 |
| Alvaiázere | 2.650 | 280 | 10,6 | 4,2 | 33,6 | 62,2 |
| Ansião | 5.404 | 565 | 10,5 | 2,3 | 36,7 | 60,9 |
| Arganil | 4.758 | 471 | 9,9 | 4,2 | 38,8 | 56,9 |
| Castanheira de Pêra | 1.168 | 168 | 14,4 | 3,9 | 36,6 | 59,5 |
| Figueiró dos Vinhos | 2.414 | 364 | 15,1 | 4,2 | 27,3 | 68,5 |
| Góis | 1.549 | 149 | 9,6 | 6,3 | 31,1 | 62,6 |
| Lousã | 8.284 | 913 | 11,0 | 2,8 | 26,6 | 70,6 |
| Miranda do Corvo | 5.984 | 598 | 10,0 | 2,8 | 20,9 | 76,2 |
| Oliveira do Hospital | 8.965 | 1.026 | 11,4 | 2,6 | 43,0 | 54,5 |
| Pampilhosa da Serra | 1.370 | 130 | 9,5 | 2,1 | 31,8 | 66,1 |
| Pedrógão Grande | 1.411 | 210 | 14,9 | 6,2 | 23,6 | 70,3 |
| Penela | 2.365 | 237 | 10,0 | 2,3 | 28,8 | 68,9 |
| Tábua | 4.997 | 535 | 10,7 | 5,0 | 39,1 | 55,9 |
| Vila Nova de Poiares | 3.371 | 307 | 9,1 | 2,3 | 27,0 | 70,7 |

Fonte: Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (INE)⁴⁵.

⁴⁵ <http://datacentro.ccdrc.pt/Viewer.aspx> consultado em Dezembro 2013

Tabela 5: Proporção da população empregada no sector terciário por atividade no Pinhal Interior Norte, em 2011 (%).

| Sector Terciário | |
|---------------------------------------------------------------------------------------|------|
| Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos | 16,5 |
| Transportes e armazém; atividades de informação e de comunicação | 5,0 |
| Alojamento restauração e similares | 5,3 |
| Atividades financeiras, imobiliárias, científicas e serviços | 6,8 |
| Administração pública e defesa; segurança social obrigatória | 8,6 |
| Educação, saúde e apoio social | 17,7 |
| Outras atividades | 4,0 |
| Total | 63,9 |

Fonte: Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro⁴⁶.

Em dez dos concelhos que formam o PIN o ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem é superior no sector terciário do que nos restantes⁴⁷. Nestes, com exceção do Concelho de Arganil, o sector com os ganhos médios mensais dos trabalhadores por conta de outrem mais baixos foi, em 2009, o sector primário. A respeito deste indicador carece dizer que o ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem, que em 2004 se situava nos 634,74 no Pinhal Interior Norte, subiu para 790, 46 em 2011 (CCDRC⁴⁸).

Em relação à distribuição da população face ao emprego, no seguimento do referido anteriormente, verifica-se um número de população ativa baixo e de taxas de desemprego elevadas especialmente nos concelhos de Figueiró dos Vinhos, Pedrógão Grande e Castanheira de Pêra, que registavam, em 2011, aproximadamente 15% da população em situação de desemprego.

No Pinhal Interior Norte, a taxa de natalidade de empresas, registada em 2011, era de 10,3%, enquanto a proporção dos nascimentos de empresas em sectores de alta ou média alta tecnologia não ascendia, no mesmo ano, a 1,0%. Quanto à taxa de sobrevivência das empresas (a 2 anos) situou-se nos 54,4% e, no mesmo período, a taxa de mortalidade das empresas no PIN foi de 14,4% (CCDRC). Oliveira do Hospital, Lousã e Ansião são os concelhos onde se localiza o maior número de empresas.

A análise da dimensão média das empresas por número de trabalhadores evidencia o domínio das pequenas empresas. Segundo dados da CCDRC, em 2011, no Pinhal Interior Norte registou-se em relação a este indicador alguma homogeneidade entre os vários concelhos, sendo em todos eles superior a 95% a proporção de empresas com menos de 10 pessoas ao serviço (o valor para o Pinhal Interior Norte é de 96,5), o que não difere da realidade europeia, onde as pequenas e médias empresas (PME) e os microempreendimentos se têm destacado.

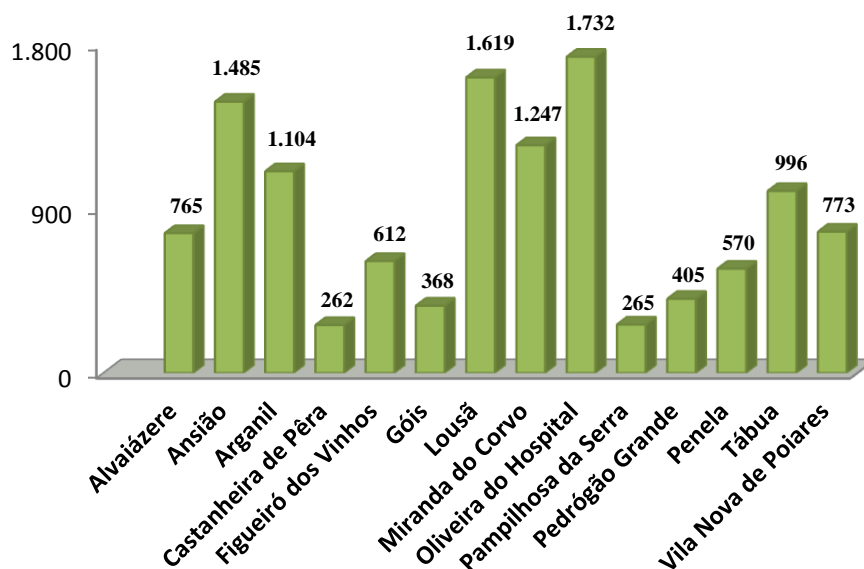
⁴⁶ <http://datacentro.ccdrc.pt/Viewer.aspx> consultado em Dezembro 2013

⁴⁷ Ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem por sector de atividade no Pinhal Interior Norte, dados da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro <http://datacentro.ccdrc.pt/Viewer.aspx> recuperado em Dezembro 2013.

⁴⁸ <http://datacentro.ccdrc.pt/Viewer.aspx> recuperado em Dezembro 2013.

As PME's têm visto, nos últimos anos, o seu peso relativo manter-se constante (ou mesmo aumentar, nomeadamente em termos de volume de emprego), dada a sua flexibilidade face às permanentes alterações do mercado mundializado. No entanto, em Portugal (...) estamos a falar de microempresas, muitas delas em nome individual, com uma atividade produtiva e contabilística extremamente irregular. Tal conclusão aponta, por um lado, para a necessidade de reestruturação empresarial, com vista a alcançar uma dimensão minimamente rentável. Evidencia ainda, por outro lado, um traço típico da realidade empresarial e económica portuguesa: um vasto número de empresas de carácter irregular, traduzindo atividades complementares, não continuadas ou negócios pontuais (Julião, 2001: 187).

Gráfico 3 - Distribuição do número de empresas por localização da sede no Pinhal Interior Norte (2011).



Fonte: Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (INE)

4 – Equipamentos e Serviços existentes

A Rede Escolar

A Rede Escolar existente no PIN abrange desde o ensino pré-escolar ao ensino superior, englobando instituições que pertencem quer à rede pública como instituições de cariz privado (AMPIN, 2008). Contudo, em quatro concelhos não é ministrado o ensino secundário (Góis, Penela, Castanheira de Pêra e Pedrogão Grande).

O ensino superior está presente na Região através da Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Oliveira do Hospital (**ESTGOH**) do Instituto Politécnico de Coimbra. Na ESTGOH são ministrados seis licenciaturas, três mestrados, três pós-graduações e quatro cursos de especialização tecnológica⁴⁹.

Quanto ao ensino profissional o PIN conta com 5 escolas profissionais⁵⁰: **CEARTE** - Centro de Formação Profissional do Artesanato com um pólo de formação no Concelho de Miranda do Corvo, **EPTOLIVA** - Escola Profissional de Tábua, Oliveira do Hospital

⁴⁹ <http://webserv2.estgoh.ipc.pt/portal2/ensino/licenciaturas/>, recuperado em Dezembro 2013.

⁵⁰ <http://www.etpzp.pt/default.aspx?p=3&z=5;> <http://www.epl-lousa.pt/cursos/curso-profissional-de-comunicacao1/>, http://www.etpsico.pt/cursos_prof.html, http://www.eptoliva.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=474&Itemid=100066 e <http://www.cearte.pt/courses.html>, recuperado em Dezembro 2013.

e Arganil, **ETPSicó** – Escola Tecnológica e Profissional de Sicó, Escola Profissional da Lousã (**EPL**) e Escola Tecnológica e Profissional da Zona do Pinhal (**ETPZP**), onde são ministrados uma panóplia de cursos que abrangem áreas diversificadas⁵¹. Completam esta oferta os cursos profissionais existentes nas Escolas públicas básicas e secundárias.

Na tabela seguinte apresentamos a distribuição do número de estabelecimentos de ensino por tipologia de ensino.

Tabela 6: Estabelecimentos de Ensino na Região do Pinhal Interior Norte.

| Tipologia de Ensino | Número |
|-----------------------------------------------|--------|
| Pré-escolar público | 100 |
| Pré-escolar privado | 27 |
| 1.º Ciclo do Ensino Básico público | 138 |
| 2.º Ciclo do Ensino Básico público | 21 |
| 2.º Ciclo do Ensino Básico privado | 1 |
| 3.º Ciclo do Ensino Básico público | 23 |
| 3.º Ciclo do Ensino Básico privado | 1 |
| Ensino Secundário público | 10 |
| Ensino Profissional, público e privado | 8 |
| Ensino Superior público | 1 |
| Total | 330 |

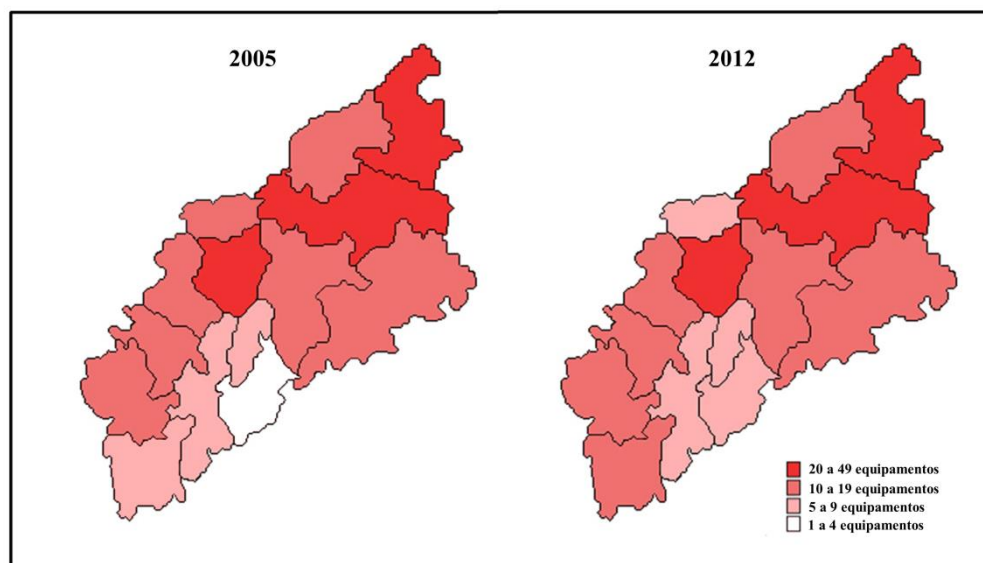
Fonte: INE, Anuário Estatístico Região Centro – 2004 e DREC 2007/2008 (AMPIN, 2008: 23)

Os Equipamentos Sociais e de Saúde

A disponibilização de serviços e equipamentos sociais é, como vimos, essencial na promoção da coesão e da qualidade de vida num determinado território. No PIN registamos a difusão heterógena pelo território tanto em número como em tipologias de ação deste tipo de serviços/equipamentos (SPI, 2008). Numa análise a partir da Carta Social 2005 e 2012 registámos ligeiras alterações no número de equipamentos sociais disponibilizados, que apresentamos na figura seguinte: nos Concelhos de Alvaiázere e Pedrogão Grande aumentaram o número destes equipamentos, enquanto o Concelho de Vila Nova de Poiares apresentou um decréscimo no número de equipamentos sociais.

⁵¹ Ibidem

Figura 2 – Distribuição dos equipamentos sociais no Pinhal Interior Norte, dados referentes a 2005 e 2012.



Fonte: Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social, Carta Social 2005 e 2012.

Também a disponibilização de serviços de saúde são essenciais, no entanto o que se verifica é que também estes não têm sido alheios à concentração dos serviços públicos em zonas urbanas e/ou do litoral. Em 2012 encerraram 8 dos 14 Agrupamentos de Centro de Saúde (ACES) existentes na região Centro⁵². Esta reorganização, segundo a Portaria n.º 394-A/2012 de 29 de Novembro reflete e potencia “uma combinação mais eficiente dos recursos disponíveis e de fatores geodemográficos, no respeito pela nomenclatura de unidades territoriais para fins estatísticos (NUTS) como princípio agregador”, ou seja:

Tal alteração, considerada a nomenclatura europeia para fins estatísticos (NUTS III), permitirá, de forma clara e explícita, a diminuição do número de ACES existentes, por agregação a estruturas de maior dimensão e mais eficientes que abranjam grupos de população mais numerosa, cumprindo também, atento o contexto económico atual, o imperativo de adoção de medidas para a racionalização da despesa e otimização dos recursos disponíveis” (Ibidem).

No Pinhal Interior Norte da fusão entre os dois Agrupamentos de Centro de Saúde, anteriormente existentes, resulta um único – o ACES do Pinhal Interior Norte, com sede na Lousã.

Contudo, já anteriormente se verificou a diminuição ou encerramento de valências e serviços disponibilizados especialmente nos SAP – Serviços de Atendimento Permanente no PIN. Para colmatar esta insuficiência foram criados os SUB – Serviços de Urgência Básica (Despacho n.º 725/2007). Ainda na vigência da anterior organização de ACES, Pinhal Interior Norte I, que abrangia os concelhos de Arganil, Góis, Lousã, Miranda do Corvo, Oliveira do Hospital, Pampilhosa da Serra, Tábua e Vila Nova de Poiares, foi criado em Julho de 2009 o SUB sediado no Centro de Saúde de Arganil. Em termos práticos significa que um habitante de um concelho do PIN, por exemplo de Góis, que necessite de ser consultado de urgência após o encerramento dos serviços de atendimento

⁵² <http://noticiasdocentro.wordpress.com/2012/11/30/governo-acaba-com-oito-agrupamentos-de-centros-de-saude-na-regiao-centro/> recuperado em Dezembro 2013.

no seu Centro de Saúde tem de deslocar-se a Arganil. No caso de tomarmos como exemplo um habitante de Góis (freguesia) terá pela frente uma estrada sinuosa (N342 ou EM523) e levará cerca de 30 minutos a chegar a Arganil. No caso de necessitar de cuidados que não possam ser facultados no SUB terá que suportar ainda uma deslocação para os Hospitais da Universidade de Coimbra, correspondendo a uma deslocação mínima de 50 minutos (IC6 e N110 ou IC6 e IP3).

São evidentes as razões para o descontentamento das populações.

Tabela 7: A saúde e o PIN – número de médicos, enfermeiros e farmácias por cada 1000 habitantes em 2012.

| (N.º) | Médicos | Enfermeiros | Farmácias e postos farmacêuticos móveis |
|----------------------|---------|-------------|-----------------------------------------|
| Região Centro | 3,8 | 6,2 | 0,3 |
| PIN | 1,0 | 2,9 | 0,4 |

Fonte: Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro⁵³

Na tabela anterior apresentamos a distribuição de médicos, enfermeiros e farmácias por concelho. Confrontámos os resultados do PIN e da Região Centro e torna-se evidente o baixo número de profissionais de saúde (médicos e enfermeiros) no território em estudo.

As Organizações de I & D e Tecnológica

Essenciais num quotidiano em que a sustentabilidade de um território se mede cada vez mais pela sua competitividade *além fronteira* e capacidade de inovação são as infraestruturas de suporte de I&D e Tecnológicas. Em relação a estas o PIN detém uma localização privilegiada pela proximidade à cidade de Coimbra. Conta ainda com o CBE - Centro de Biomassa para a Energia, em Miranda do Corvo, que surgiu em 1988 no âmbito de um projeto da Secretaria de Estado da Energia, inserido no quadro da política energética nacional, nomeadamente na área da diversificação energética e do aproveitamento dos recursos naturais⁵⁴ e da BLC3 – Plataforma para o Desenvolvimento da Região Interior Centro, em Oliveira do Hospital, que é a primeira entidade em Portugal concebida para o desenvolvimento das Biorrefinarias (2ª e 3ª geração) e da Bioeconomia e “Smart Regions”, que oportunamente incluímos na nossa investigação⁵⁵.

As Associações de Desenvolvimento

O território conta com a presença de várias Associações de Desenvolvimento Local, das quais salientamos:

⁵³ <http://datacentro.ccdrc.pt/Viewer.aspx> recuperado em Dezembro 2013.

⁵⁴ <http://www.centrodabiomassa.pt/> recuperado em Dezembro 2013.

⁵⁵ <http://blc3.pt/index.php/pt/sobre-nos/apresentacao> recuperado em Dezembro 2013.

- A **ADIBER - Associação de Desenvolvimento Integrado da Beira Serra**⁵⁶ foi fundada em 25 de Outubro de 1994, com a finalidade de dinamizar iniciativas que contribuíssem para a melhoria da qualidade de vida das populações locais. Fruto do trabalho desenvolvido, a ADIBER foi reconhecida pela Presidência do Conselho de Ministros como Pessoa Coletiva de Utilidade Pública em 29 de Agosto de 2003. Esta ADL tem procurado responder aos desafios colocados à Região da Beira Serra, que representa – Concelhos de Arganil, Góis (sede), Oliveira do Hospital e Tábua – especialmente no que respeita ao êxodo da população mais jovem para os grandes Centros Urbanos do litoral, procurando fixar população através da promoção de ações na área da Formação e Emprego.

- A **DUECEIRA**⁵⁷ - **Associação de Desenvolvimento do Ceira e Dueça** é uma associação de direito privado, sem fins lucrativos, que se assume como agente local na promoção do desenvolvimento integrado, nos Municípios da Lousã (sede), Miranda do Corvo, Penela e Vila Nova de Poiares. Promove a melhoria da qualidade de vida das suas populações através da construção de uma imagem positiva, renovada e atrativa do mundo rural, com recurso às originalidades do território como fator de afirmação e consolidação da autoestima das comunidades locais.

- A **TERRAS DE SICÓ - Associação de Desenvolvimento**⁵⁸ é uma associação de direito privado, criada em 1995, com a finalidade da promoção do desenvolvimento do território do maciço da Serra de Sicó - centro de Portugal, somando novas tarefas às iniciadas em 1988 quando se constituiu a Associação de Municípios da Serra de Sicó – ADSICÓ, primeiro passo na assunção técnica e política da sub-região.

- A **ADESA – Associação de Desenvolvimento Regional da Serra do Açor**⁵⁹ é uma associação de direito privado, integrada por seis municípios da região da Serra do Açôr - Arganil, Oliveira do Hospital, Góis, Pampilhosa da Serra, Tábua e Penacova (sede) - e por instituições regionais e locais representativas dos órgãos da Administração e da sociedade civil. Foi constituída em 22 de Março de 1995 e desde então visa responder às necessidades sentidas pela população local, tais como a preservação das potencialidades naturais da região, em especial da floresta.

Poderíamos, no entanto, evidenciar outras Iniciativas Locais de Desenvolvimento, formais ou informais, de base local, normalmente concebidas pela sociedade civil, que não tendo como alinhamento base a promoção do desenvolvimento, através das atividades que diligenciam – culturais, desportivas, cívicas, de solidariedade – o promovem mesmo que indiretamente. O número deste tipo de entidade é muito expressivo no PIN. Assumem nomenclaturas distintas – Comissão de Melhoramentos, Liga de Amigos, Associação de Moradores, etc.

Por fim, completamos o retrato territorial do Pinhal Interior Norte salientando um estudo do Instituto da Segurança Social I.P., *Tipificação das Situações de Exclusão em Portugal Continental* (2005), que corrobora as características mencionadas ao longo deste exercício, bem como as completa. Os concelhos que compõem o PIN foram divididos em

⁵⁶ <http://www.adiber.pt/> recuperado em 25/03/2013

⁵⁷ http://www.dueceira.pt/missao_duec.htm recuperado em 20/03/2013

⁵⁸ <http://www.terrasdesico.pt/associacao.php> recuperado em 25/03/2013

⁵⁹ <http://www.cm-gois.pt/content/index.php?action=detailfo&rec=325&t=ADESA> recuperado em 25/03/2013

três das seis tipologias de território identificadas e que resultaram da síntese dos dados efetuada sobre as diversas dimensões do fenómeno inclusão/exclusão (ISS.IP, 2005). O estudo promove uma análise complexa sobre o território que evita uma leitura dicotómica, simplista e tradicional, onde se evidenciaria a oposição entre o litoral desenvolvido e o interior despovoado e esquecido e procura demonstrar a variedade de problemáticas relacionadas com a pobreza e exclusão social em causa em cada tipologia (ibidem).

Tabela 8 – Pinhal Interior Norte e as tipologias de Territórios segundo os fenómenos inclusão/exclusão.

| Tipologias | Condições Favoráveis | Condições Desfavoráveis | Concelhos |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Territórios moderadamente inclusivos (Tipo 1) Representam 30,2% dos Concelhos de Portugal Continental | Níveis de inclusão muito positivos nos domínios da educação (baixas taxas de abandono escolar e de saída antecipada) e de integração no mercado de trabalho (baixo desemprego). | Não surgem traços de exclusão sobrerrepresentados. | Lousã Oliveira do Hospital |
| Territórios envelhecidos e desertificados (Tipo 4) Representam 20,1% dos Concelhos de Portugal Continental | Os sinais positivos associam-se à fraca criminalidade, às condições de habitação e à prestação de serviços de ação social. | Evidencia-se o envelhecimento da população – institucionalização, idosos isolados, analfabetismo, deficiências e grande desequilíbrio entre o n.º de pensionistas e de população empregada. | Alvaiázere, Ansião, Figueiró dos Vinhos, Góis, Miranda do Corvo, Pampilhosa da Serra, Pedrógão Grande, Penela, Vila Nova de Poiares |
| Territórios envelhecidos e economicamente deprimidos (Tipo 6) Representam 24,6% dos Concelhos de Portugal Continental | O único sinal positivo é a baixa criminalidade. A pequena percentagem de estrangeiros é também um fator facilitador da inclusão. | As condições desfavoráveis são diversificadas, salientando-se os défices de integração familiar, de formação escolar, de integração no mercado de trabalho e a pobreza. | Arganil Tábua Castanheira de Pêra |

Fonte: Instituto da Segurança Social, I.P., 2005

4.2 - Potencialidades, Desvantagens e Caminhos de Superação:

Pinhal Interior Norte – Um território de excelência para viver, para investir e para visitar

O despovoamento envolve *um esvaziamento, uma saída, uma perda* (Sousa, 2010). É expressão do abandono paulatino dos espaços vividos, um abandono que se relaciona com o envelhecimento evidente da população, e com as migrações, que denudam os territórios, daqueles, principalmente os mais jovens, que saem à procura do desenvolvimento e do bem-estar que lhes não chega nos locais de origem. Num verdadeiro ciclo vicioso, os fatores de repulsão tornam-se cada vez mais presentes, tornando-se mais intensos do que os fatores de atração territoriais. Desta relação desigual sobressai a incapacidade do Território captar – em quantidade – novos moradores que possam reverter a situação de despovoamento.

As estratégias de superação a efetivar no Pinhal Interior Norte e nas restantes regiões que com ele partilham o perfil de baixa densidade devem ter como prioridade generalizada de intervenção o combate ao despovoamento e a finalidade prioritária de captar novos povoadores. Sem pessoas um território, enquanto espaço que não é apenas físico, perece. Estes territórios precisam de pessoas – dos atuais residentes e de novos moradores, de investidores e empreendedores e de visitantes.

Demonstraremos, em seguida, a dinâmica entre as *forças e fraquezas* do PIN e algumas potenciais estratégias de superação dos problemas de desenvolvimento que apresenta, através do discurso de alguns dos seus interlocutores privilegiados e que colaboram neste estudo exploratório, especialmente determinantes nos três domínios apresentados - fixação de população, atração de investimentos e empreendedores e captação de visitantes -, inerentes à visão *Pinhal Interior Norte - Um Território de excelência para viver, para investir e para visitar*, postulada pelos organismos oficiais nas estratégias de desenvolvimento para o território (por exemplo, no Plano Estratégico e de Ação para o Pinhal Interior Norte 2007-2013). Refinamos, ainda, a análise utilizando dados documentais referentes à sub-região.

Pinhal Interior Norte – Um Território Para Viver

A localização central e as características do território, conexas à qualidade de vida que proporciona, tornaram-no recetor de novos moradores. É certo que esta dinâmica positiva não é ainda capaz de mudar o cenário de despovoamento e retração demográfica, que os excertos seguintes dão conta, mas é um dado que deve ser tomado em consideração.

(...) Está cada vez a ter menos gente, de facto. Constatámos que em um dos nossos territórios, agora em termos eleitorais, só existem 120 pessoas que não vão votar, todos os outros podem votar. Poderá estar aqui implícito que essas 120 pessoas têm menos de 18 anos. É muito complicado. (...) Não é um chavão, é uma realidade (...) os jovens são muito poucos, essa é de facto a verdade.(...)

Associação Pinhais do Zêzere

(...) Estes territórios dependem muito daquilo que são os fluxos migratórios e estão muito marcados por fluxos migratórios negativos (...) em Portugal fala-se há mais de 20 anos no objetivo de reverter as dinâmicas demográficas e nós muitas vezes nem temos conseguido abrandá-las (...)

ADXTUR

Os movimentos de saída são intensos, especialmente dos jovens e ameaçam a sustentabilidade do território (BLC3).

Contudo, este território tem fatores de atração para determinados públicos, que devem ser evidenciados de forma a ampliar a vinda de novos habitantes. A partir dos discursos dos atores institucionais participantes alguns perfis de novos povoadores foram-se evidenciando. Vejamos:

(...) Estão a manifestar-se algumas tendências quer de novos residentes internacionais, quer de casais jovens portugueses, quer de pessoas cujos pais saíram daqui e que agora estão a voltar-se para o reabilitação do património e para a vivência e uso deste espaço (...). Há aqui alguns sinais que demonstram que estes territórios estão a ter uma dinâmica positiva em termos demográficos.

ADXTUR

(...) Há uma coisa curiosa que está a acontecer: gabinetes em que há competências profissionais de alto nível que se estão a deslocar para estes centros rurais e que conseguem à distância fazer o seu trabalho - gabinetes de arquitetura, gabinetes de grandes empresas (...) de eletrónica. Então, como já é tão fácil trabalhar à distância, conciliam o prazer de poder viver neste território, onde de facto há uma qualidade de vida excecional, e poderem chegar aos centros urbanos mais próximos rapidamente. A A13 (...) chega num instante a Coimbra e ao Porto. Está acontecer técnicos de alto teor de competências que estão radicados nestes locais e mantêm os serviços para os grandes centros urbanos. E estrangeiros. Muitos estrangeiros estão a radicar-se cá também. (...)

(...) Os Ingleses estão a vir para cá. São eles que nos estão a dar valor e a criar valor. (...)

Associação Pinhais do Zêzere

(...) Temos agora uma vantagem que está a surgir na sociedade portuguesa e europeia: quem defende o mundo rural já não são os que nasceram no mundo rural. São pessoas que já se cansaram das cidades e hoje são mais amantes da natureza que os próprios rurais. Os rurais que nasceram aqui no mundo rural e no interior têm a tendência de ir embora. Felizmente já se está a criar uma dinâmica de indivíduos de alta qualidade que estão cansados de viver em grandes centros urbanos e preferem o mundo rural. E portanto, enquanto até aqui há 5-10 anos o movimento era todo de saída, neste momento há de facto uma certa dinâmica, (fraca e embora tenha muita repercussão na imprensa, não tem ainda essa repercussão nos dados concretos). Mas de facto há muitos jovens, e já aparecem aqui muitos, que vêm das cidades à procura de outro estilo de vida.

BLC3

(...) Este tipo de grupos, como os ingleses, que nos visitam vêm com essa ideia de ficar, de cultivar, de criar gado (...).

Lousitânea

Poderemos salientar, de um modo exploratório e a necessitar de confirmação empírica que, pelas informações recolhidas no terreno, parecem ressaltar os seguintes perfis de *novos povoadores*:

- Os imigrantes estrangeiros, nomeadamente ingleses e holandeses, maioritariamente residentes em aldeias, que procuram um quotidiano ligado à natureza, com a simplicidade da vida rural e dos valores da ruralidade, fugindo ao tempo insidioso da velocidade, do consumismo e da cultura do efémero.
- Pessoas com ligação ao PIN (familiares de autóctones) e com algum património herdado, que reconhecendo o seu potencial económico, investem recuperando-o e valorizando-o. Privilegiam a área do turismo (hotelaria, restauração, atividades radicais, entre outros). O regresso pode estar relacionado, também, a sentimentos de pertença em relação ao local e existência de redes informais de suporte.

- Pessoas que percebem neste perfil de território uma oportunidade de negócio e que, através dos programas de incentivos locais (Câmaras Municipais, ADL, etc.) e dos Fundos Comunitários, conseguem financiamento para os seus empreendimentos, dedicados por exemplo ao sector agrícola – jovens agricultores, produção biológica, produção especializada, etc.
- Pessoas que, mantendo uma atividade profissional nas cidades próximas, especialmente Leiria e Coimbra, mudam a sua residência para o PIN, de modo a usufruírem da qualidade que proporciona e valendo-se da existência de vias de tráfego que o viabilizam (o que não é uma realidade em todo o território). O teletrabalho ou trabalho a partir de casa, com a difusão do acesso à internet, possibilita também a vinda destes novos moradores.
- Migrantes maiores de 65 anos (ou após a reforma), que após a conclusão das suas atividades profissionais, nas cidades do litoral ou no estrangeiro, regressam definitivamente ao local de origem, com o qual sempre mantiveram uma ligação. Normalmente têm casa própria e outro património familiar.

Importa que se conheçam as motivações inerentes à vinda destes novos moradores e que se estabeleçam perfis que permitam, pelo conhecimento das condições anexas a cada grupo, aumentar a atratividade do território e deste modo viabilizar a vinda de um maior número de pessoas, mas tendo sempre presente a capacidade física e estrutural existente.

As pessoas gostam muito de vir para aqui (por via do turismo] (...) Mas essas pessoas acabam por não ficar (...) E não o fazem porquê? Tem a ver com o território onde estamos. As ofertas que existem ao nível de trabalho. (...) Mas era realmente importante que as pessoas se fixassem. E se elas não o fazem é porque continua a existir aqui qualquer coisa que faz com que as pessoas não se fixem no território e temos de perceber o que é e as medidas que o possam resolver têm de ser estudadas.

Lousitânea

Assim, a fixação de população tem implícitos fatores de atração do território que são diversificados, consoante o *público-alvo* e a procura existente, todavia, poderá afirmar-se que a existência de emprego e emprego de qualidade é um dos mais fulcrais fatores de atratividade territorial.

Acompanhando a conjuntura nacional, a escassez de postos de trabalho no PIN é uma das suas principais fragilidades. Discutiremos este domínio no ponto seguinte.

Por outro lado, as fracas acessibilidades e as redes de transporte público insuficientes apresentadas por alguns concelhos do PIN tornam ainda mais clara a heterogeneidade do território, demonstrada pelos indicadores, e as dificuldades de acesso ao mercado de trabalho pelos habitantes desses concelhos. Enquanto alguns municípios beneficiam da cidade de Coimbra como pólo de desenvolvimento (na análise estatística sobressai o Concelho da Lousã), outros parecem estar demasiado longe.

Temos aqui seis concelhos que são dramáticos, (são mais mas...) que são Gouveia, Seia, Oliveira do Hospital, Tábua, Arganil e Góis. Porque o habitante da Lousã vai trabalhar para Coimbra, o habitante de Penela com a nova estrada também já pode ir trabalhar para Coimbra, depois há a outra parte também, de Miranda do Corvo, Castanheira de Pêra, Pedrógão Grande (...) Não têm um pólo de desenvolvimento. É como Góis, não tem nada, as pessoas de Góis hoje não tem um transporte capaz para Coimbra e é-lhes difícil trabalhar em Coimbra. (...) Por exemplo na Lousã ou em

Montemor-o-Velho e Cantanhede as pessoas trabalham em Coimbra, têm um pólo de desenvolvimento. Nós aqui não temos nada.

BLC3

Um segundo fator de atração territorial remete para as condições que o território apresenta no domínio da habitação: Existe solo infraestruturado para a construção de habitação? Qual o preço dos terrenos para construção? Os processos de licenciamento são morosos e excessivamente burocratizados ou rápidos e dinâmicos? Existem no local empresas qualificadas no sector? Que preços praticam os proprietários dos imóveis existentes? Existem apoios à reabilitação do edificado? A estratégia que pretenda promover este domínio de intervenção deve ter em conta a resposta a estas (e outras) questões.

Portanto, a fixação de população poderá ser incentivada pela dinamização do mercado imobiliário, por exemplo, na opinião do representante da Associação Pinhais do Zêzere, através da criação de parques habitacionais e da revitalização dos Centros Históricos, atribuindo uma forte papel no prosseguimento destes fins às Câmaras Municipais.

(...) A revitalização dos centros históricos através de uma figura (...) que é o gestor de centro urbano, que possa dinamizar e promover os centros históricos e o comércio tradicional de forma séria, (...) e a criação de parques habitacionais (...) mas todos uniformizados e destinados à classe média, média alta (...). Mas há a necessidade de existir esta oferta, para as pessoas virem... se apresentarem algo de interessante a pessoa vem. Uma outra ideia, mais ambiciosa, era a possibilidade dos municípios adquirem casas nos centros históricos, reabilitá-las e alugá-las. Acho que a habitação é fundamental. O que está acontecer agora é a desertificação dos centros históricos (...) se os centros estiverem recuperados e habitados há circulação de moeda.

Associação Pinhais do Zêzere

Inerente à dinamização do sector imobiliário está a necessidade de sensibilizar os proprietários para as questões referentes ao valor patrimonial dos seus imóveis, de modo a sanar as discrepâncias entre o real valor dos mesmos e o montante pelo qual os querem vender. A este respeito a representante da Lousitânea refere o elevado valor que é pedido pelos proprietários na região para a venda dos seus imóveis.

(...) Todos os anos recebemos pessoas a perguntar se há alguma casa para venda, e há, uma ou outra, mas os proprietários pedem um valor muito elevado pelas habitações, talvez por estarem inseridas na Rede de Aldeias do Xisto, mas depois esquecem-se que a habitação só está recuperada via exterior. (...) Querem vender uma casa por 20.000 euros, até poderia valer esse montante se estivessem prontas a habitar, o problema é que não estão, entramos e é terra (...) Os ingleses que vêm com o objetivo de (...) criar gado e cultivar, muitos não trazem 20.000 euros e depois acabam por ir embora. Era importante sensibilizar os proprietários para estas questões.(...)

Lousitânea

A disponibilização de bens, equipamentos e serviços é também um fator de atração territorial. Contudo, fruto da reorganização dos serviços públicos assiste-se ao desmantelamento da oferta destes serviços nos territórios de baixa densidade – encerraram escolas, maternidades, tribunais, serviços de saúde, estações de correio, cancelaram projetos fundamentais ao nível das acessibilidades, entre os quais o Metro Mondego, após a inviabilização do serviço existente com ligação ao Ramal da Lousã, é exemplo paradigmático, extinguiram freguesias. Não é alheio aos participantes que as decisões políticas expostas podem prejudicar as dinâmicas de retorno, nomeadamente de

habitantes locais que saíram da região para desempenharem atividades profissionais nas cidades do litoral ou no estrangeiro, mas que mantiveram vínculos ao local e que regressariam após a reforma. Com a escassez de serviços e condições favoráveis – por exemplo no âmbito da saúde e que é especialmente sensível a esta população mais idosa – alguns preferirão não regressar.

Querem que as pessoas venham habitar para os meios rurais (...) mas e depois? As pessoas não têm nada. (...) O mais certo é que não voltem. As pessoas até gostam de voltar às origens mas vêm habituadas a um ritmo de vida diferente, a terem outro tipo de acessos (...) querem ter esses serviços próximos.

Lousitânea

(...) As pessoas na terceira idade que gostariam de residir nestes sítios tem algumas reservas porque não sabem se o centro de saúde se vai manter, não têm perspetivas, têm receio, então aí alguns deixam-se estar onde estão. Mas acontecia virem para o território.

Pinhais do Zêzere

Algumas decisões políticas, por outro lado, têm vindo a aumentar os sentimentos de abandono das populações locais, que sentem que os seus interesses e bem-estar não importam ao Poder Central.

(...) Esta questão das televisões, da TDT, isto foi muito difícil para estas pessoas. Temos um habitante que só há um mês é que pôde ter televisão (...) acabam por investir em iniciativas que acham que até podem funcionar muito bem nas grandes cidades e até em algumas aldeias, mas não em aldeias como estas, estamos inseridos na Serra, e são aldeias onde a população é envelhecida, a maior parte são pessoas desfavorecidas, que não dispõem de meios. Vivem aqui 4 pessoas e durante o dia até estão muito bem, nós estamos cá, fazemos barulho, e convivem, mas à noite quando estão em casa o único meio que tinham era a televisão e com esta questão (TDT) foi muito mau (...) Muitas pessoas ficaram completamente isoladas.

Lousitânea

Ainda, acerca da Televisão Digital Terrestre (TDT), a Entidade Regional de Turismo do Centro, a CCDRC, a ADXTUR e os municípios cujas aldeias integram a Rede, procuraram sensibilizar o Governo para a falta de cobertura das Aldeias do Xisto e consequente necessidade de proceder à instalação de discos de satélite, com efeitos, pelo impacto visual causado, na competitividade e atratividade do local turístico⁶⁰.

Na verdade, sobressai na análise, que apesar do descontentamento das populações inerentes a estas perdas de serviços de proximidade e de bem-estar social, os últimos Governos Constitucionais assumiram uma posição de indiferença perante os apelos e a contestação social. A respeito dos protestos relativos ao encerramento das maternidades, conclui Matos (2010: 18):

(...) ao longo da controvérsia assumiram [os decisores políticos] sempre uma atitude hermética face a qualquer possibilidade de reverter a decisão, quer através da resistência ao diálogo, quer impondo argumentos peritos inconciliáveis aos contra-argumentos leigos da população. Com isto, o Governo não só se mostrou impermeável ao diálogo de saberes, como revelou uma atitude anti-social na gestão deste conflito.

⁶⁰ <http://www.ionline.pt/portugal/tdt-falta-cobertura-ameaca-competitivid> TDT. Falta de cobertura “ameaça falta de competitividade” das aldeias de Xisto, diz presidente da Turismo do Centro (02/01/2012); www.publico.pt Investimentos nas Aldeias Históricas e do Xisto não podem ser prejudicados no acesso à TDT (03/01/2012); Aldeias do Xisto sem TDT em www.noticiasdacovilha.pt (04/01/2012)

A *via linear dos encerramentos* (Carmo, 2008a: 8) conduz ao agravamento das assimetrias regionais, reforçando a rarefação dos serviços essenciais e de proximidade no interior, face à sua concentração nas áreas urbanas, especialmente do litoral do país. Por outro lado, pode estar em causa a *ideia* de Portugal enquanto Estado de Direito democrático:

(...) porque não ausculta todos os cidadãos, porque não está em todos os lugares onde eles estão, e porque, acima de tudo, não consagrou, neste caso, a possibilidade de efetivar um dos princípios reguladores de um Estado de Direito democrático, o incentivo e promoção da democracia participativa (Matos, 2010: 19).

A baixa densidade, por outro lado, significa um menor número de votantes, e leva a que o território perca força reivindicativa para fazer valer os seus interesses. Relacionar territórios de baixa densidade com a democracia leva-nos a esta realidade preocupante (Lopes, 2002: 23):

O progressivo esvaziamento em recursos humanos das “áreas de drenagem” traz consigo redução significativa da força de pressão necessária para fazer valer os objetivos de desenvolvimento em base espacial; mesmo em ambiente democrático, e particularmente nele, porque é determinante a força do voto.

Estes territórios perdem força reivindicativa, de pressão e democrática para mudar o seu futuro. Enquanto “os problemas das áreas metropolitanas são mais expressivos (...) porque são mais imediata e visivelmente graves e, sobretudo, porque a força de pressão do voto é aí progressivamente mais marcada” (ibidem). Ora isto explica que se concentre a atenção e os meios na resolução dos problemas dos territórios urbanos, enquanto os territórios marcados pela *interioridade* não encontram força suficiente para que os seus problemas sejam resolvidos. Obviamente que esta diferença de *tratamento* resulta num maior desequilíbrio a nível regional, e resulta no sentimento de abandono e também de impotência das populações rurais:

O esforço para preservar uma paisagem (...) parece inglório, sobretudo para as pessoas que ainda vivem nas aldeias em declínio e que se vêm impotentes para contrariar o definhamento da comunidade e do seu território. Faltam as forças, faltam os meios, falta a confiança. Uma atitude de resignação e apatia emerge desta impotência (Hespanha: 2004: 2).

Trata-se da ampliação do processo de marginalização das zonas rurais (Carmo, 2011: 111).

Aqui já não há votos. E portanto ao poder central (...) não interessa. (...) Isso é um dos problemas de uma democracia que funciona mal. Não funciona em relação à coesão do território. Fala-se muito da coesão com as pessoas, mas não se fala da coesão do território. Bem, e como não há votos a situação é sempre prejudicial.

BLC3

A consequência é o esquecimento do Interior (ibidem).

Inversamente, o Poder Local procura responder às necessidades das populações, e promover serviços e equipamentos culturais, de lazer e desportivos que ampliem a atratividade local, uma vez que o bem-estar e qualidade de vida dos habitantes (atuais e futuros) mede-se também pelo acesso à cultura e à prática desportiva, sendo importante que o território possa estar dotado de equipamentos que permitam esse usufruto. Embora conscientes das limitações existentes, por exemplo relacionadas ao número e qualidade

das infraestruturas e serviços disponibilizados, bem como dos seus planos de animação, díspar de outras realidades territoriais – e que talvez pudessem ser suprimidas se a tónica passasse de uma abordagem local para uma abordagem cooperante intermunicipal - não deixámos de notar que os diferentes concelhos que compõem o PIN disponibilizam atividades culturais e desportivas aos seus habitantes. Pululam os gimnodesportivos, piscinas, diversificados campos desportivos e destinados a atividades radicais, caminhos cicláveis e pedestres, museus, bibliotecas, espaços internet e centros culturais e de exposições, de carácter público, pelos diferentes concelhos. Numa descrição não exaustiva apresentamos, no Anexo 2, a distribuição de alguns destes equipamentos por concelho de pertença.

Um dos fatores de repulsão destes territórios, à luz das condicionantes do mundo globalizado, nomeadamente do feroz apelo ao consumo, é a rarefação nestes territórios de superfícies comerciais que respondam àquela necessidade. Mais crítico, como refere a representante da Lousitânea, é percebermos que mesmo no que se refere ao comércio de bens alimentares, estes territórios são mal servidos, muitas vezes apresentando apenas mercearias tradicionais, o que exhibe desvantagens – há menor variedade, horários de funcionamento mais curtos e os preços poderão ser mais elevados. O Concelho de Góis, por exemplo, não dispõe à data de qualquer supermercado, conta, unicamente, com algumas mercearias e com os serviços itinerantes de alguns profissionais do ramo alimentar (venda de peixe, de pão e outros consumíveis).

Contudo, não é relevante apenas para o território captar novos habitantes, é fulcral que mantenha os atuais residentes, o que não é tarefa fácil especialmente no que se refere aos jovens que mesmo demonstrando vontade de permanecer no local (Vieira, 2009), acabam por abandoná-lo em busca de melhores condições laborais e económicas. Os laços familiares e os sentimentos de pertença à comunidade podem contribuir positivamente para a fixação, especialmente dos mais jovens. Contudo, são acima de tudo fatores de vinculação ao local, que necessitam de outros - especialmente de um mercado de trabalho satisfatório - para em conjunto fixarem (Sousa, 2010). O envolvimento em estruturas associativas de carácter local é outro fator a considerar, constituindo-se como elemento positivo a profusão de associações existentes.

À saída dos jovens não está alheia a *representação mítica* sobre a vida nas grandes cidades do litoral⁶¹ (Vieira, 2009) e a lógica predatória das cidades em relação à fixação de pessoas, bens e serviços, que anteriormente denunciámos. A representação idealizada da vida citadina relaciona-se com a visão estereotipada do rural e do interior. Os discursos, que se centraram, nas carências e dificuldades do interior, conduziram à consolidação de uma imagem negativa destes territórios, qualificando-os como assistidos, dependentes e estigmatizados. É, ainda, comum a definição destes territórios pela negativa, realçando exageradamente quer a inércia, a falta de dinamismo e de adaptabilidade do meio rural, quer a sua resistência às oportunidades de modernização facultadas por forças externas (Diniz & Gerry, 2009). Apontam-lhe, como características,

⁶¹ “As oportunidades de emprego, de consumo, de diversão e lazer, mas também o desejo de mudança e de anonimato (ou melhor, a libertação de padrões de conduta muito rígidos e de uma opinião pública sempre vigilante típicos das pequenas comunidades) são incentivos para a mobilidade geográfica. A esses acrescenta-se a representação grandiosa da cidade que os manuais escolares exemplificam e os média disseminam” (Vieira, 2009: 34).

o tradicionalismo, o fatalismo, a falta de iniciativa individual, o conservadorismo, o respeito excessivo por lealdades pré-estabelecidas, entre outras (ibidem). Se *o grande problema do Interior, hoje, é ter sido «interior» ontem* (Ferrão, 1997, citado por Vieira, 2009: 27) significa a necessidade de se abandonar a fatalidade discursiva que não resolve as dificuldades. A razão manda que se reconheça que:

Há, de facto, razões para que se vá formando uma visão positiva e pela positiva sobre as capacidades do interior. (...) O interior é frágil e pouco denso mas já não é apenas a imagem da aridez humana provocada pelo «transvaze» de pessoas e meios para as regiões mais ricas. Só assim pensará quem nem sequer se passeou pelas vilas e cidades do interior, não correu os seus mercados e feiras, não esteve nas suas praças, nos seus espaços lúdicos, no meio do seu movimento ou mesmo da sua tranquilidade (Reis, 1997).

Urge disseminar-se um discurso novo que não parta de pressupostos urbanocêntricos, e que possa contribuir para aumentar a autoestima das populações locais e a sua identificação *sem preconceitos* com o *local*, relevantes também quando discutimos a atratividade do território.

Pinhal Interior Norte – Um Território para Investir

Um dos aspetos incontornáveis na análise deste território é que este é um espaço rico em recursos naturais, patrimoniais e culturais endógenos, com potencial económico e de diferenciação, que ultrapassa a sua utilização como destino turístico.

(...) As pessoas vão tendo essa consciência depois, de que há esta beleza natural, mas também há um território que se quer desenvolver. Há pessoas e instituições, até públicas, que se esforçam bastante (...). Vamos vendo que, ao longo destes 16/18 anos, há um esforço enorme, por parte de instituições, como os municípios e instituições como a Pinhais, para que as pessoas que vêm de fora notem que podem conciliar essa natureza com atividades económicas. Podem fazê-lo e existem condições para isso: as acessibilidades estão feitas, há condições de receção de novos investidores que estão criadas e há um caminho aberto.

Pinhais do Zêzere

A CIMPIN identifica, para o PIN, um conjunto de áreas de investimento estratégico ou nichos de mercado (CIMPIN, 2011: 57,58).

Tabela 9: Áreas de investimento estratégico e nichos a explorar no Pinhal Interior Norte identificados pela CIMPIN (2011).

| Áreas de Investimento Estratégico | TENDÊNCIAS/NICHOS DE MERCADO | RECURSOS TERRITORIAIS |
|------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Agroalimentar e gastronomia | Ervas medicinais/ ervanária; Ervas aromáticas; Produção orgânica; Aquacultura de água doce; Restauração e venda de produtos (gastronomia) de qualidade superior; Produtos típicos e/ou associados. | Condições propícias para o cultivo de ervas medicinais e aromáticas; Abundância de água e de água de qualidade; Património gastronómico de qualidade superior; Qualidade dos produtos típicos, alguns já certificados. |
| Floresta e madeira | Observação ornitológica; Artesanato de madeira; Mobiliário de <i>design</i> ; Habitação em madeira. | Floresta. |
| Turismo/Lazer | Ecoturismo; Artesanato típico; Turismo de natureza; de aventura; de espaço rural e de voluntariado; Pedestrianismo; Cicloturismo. | Potencial turístico enorme (desenvolvido no próximo ponto e no Anexo 2) |
| Cultura | Produção de espetáculos; Aprendizagem de música tradicional; Recriações históricas; Oferta de experiências <i>Pinhal Interior Norte</i> . | Tradição e costumes ancestrais; Património histórico e construído. |
| Construção | Fabrico de materiais para a construção sustentável; Fabrico de tecnologias da construção sustentável; Serviços para a gestão dos recursos (ex. aproveitamento de águas pluviais); Construção em madeira; Construção em módulos. | Madeira e outra tecnologia. |

Adaptado de CIMPIN (2011).

A criação e consolidação de produtos e o desenvolvimento de tecnologia competitiva, baseados nas competências territoriais, não se esgotam na descrição anterior. Esta exclui a área das energias renováveis (por exemplo), que é uma área de investimento estratégico prioritário na região, não só devido à conjuntura mundial mas também porque esta região possui um conjunto extenso de virtualidades que lhe são favoráveis, especialmente aquelas que se relacionam com a floresta. Em suma,

(...) A floresta está cá. É um recurso nosso. Os produtos endógenos estão cá, o turismo, mesmo o diferenciado, está cá e é apreciadíssimo e a gastronomia é apreciadíssima, está cá. Este território tem todas estas potencialidades, e a grande aposta no nosso ponto de vista é a floresta e o turismo. Temos cá as pepitas de ouro é preciso é agora trabalhá-las e fazê-las brilhar.

Associação Pinhais do Zêzere

O principal recurso natural do Pinhal Interior Norte é a floresta, que apresenta, quer pela sua presença e dimensão, um enorme potencial económico, cujas capacidades ultrapassam a comercialização tradicional da madeira extraída e o aproveitamento de resina de pinheiro⁶². A limpeza das áreas de floresta não detém apenas virtualidades enquanto sector de absorção de mão-de-obra local, de prevenção de incêndios florestais e conservação dos ecossistemas, todos de enorme valor. Não obstante, detém potencial no âmbito das energias renováveis, através da produção de biomassa (PNPOT, 2007), utilizável como matéria-prima para a produção combinada de eletricidade e calor (APREN – Associação de Energias Renováveis⁶³), entre outras virtualidades.

[Na BLC3] temos uma estratégia (...) que é a utilização dos matos para biocombustíveis, isto é, para diminuir a carga de combustível das matas e fazer de uma coisa que é brutalmente incendiária uma mais-valia. Uma oportunidade. Esse é um projeto que está a andar com pouco encanto para o Governo, mas muito encanto para nós. Essas tecnologias, hoje, já estão maduras para se poderem começar a utilizar. Por exemplo, a giesta tem um valor astronómico impensável. É uma das infestantes maiores que temos e que arde com maior velocidade. Descobrimos que tem um teor de conversão para biocrude fantástico. Mas também uma mimosa, um tojo.

BLC3

Contudo, se priorizarmos a vertente floresta enquanto maior recurso económico potencial do território, algumas estratégias de superação das dificuldades existentes para o seu aproveitamento deverão ser efetivadas.

Temos aqui a floresta, ela está cá. Temos aqui o ouro. Falta aquele trabalho, muito árduo, que é poder fazer uma reorganização do território em termos florestais para podermos a partir daí criar valor a sério.

Associação Pinhais do Zêzere

Os participantes sublinham a necessidade de cadastrar a floresta (Associação Pinhais do Zêzere, BLC3), medida prioritária identificada no âmbito do objetivo estratégico 1, do PNPOT⁶⁴ e também destacada no Plano Regional de Ordenamento Florestal (PROF PIN, 2006), bem como tem estado presente nos vários planos e

⁶² <http://www.goisproperty.com/portugues/regiao%20de%20Gois/Resina-de-pinheiro.html> e http://www.pampilhosaemimagens.com/sobralvalado/index.php?option=com_content&view=article&id=61&Itemid=80 recuperado em 20/03/2013

⁶³ <http://www.apren.pt/gca/?id=50> recuperado em 20/03/2013

⁶⁴ OBJETIVO ESTRATÉGICO 1 - Conservar e valorizar a biodiversidade, os recursos e o património natural, paisagístico e cultural, utilizar de modo sustentável os recursos energéticos e geológicos, e monitorizar, prevenir e minimizar os riscos (PNPOT, 2007b).

documentos oficiais de referência do sector florestal, nomeadamente a Lei de Bases da Política Florestal, Programa de Ação para o Sector Florestal e o Projeto da Reforma Estrutural do Sector Florestal (PROF PIN, 2006).

Uma das coisas fundamentais para o território é o cadastro. O maior proprietário nesta região é o Estado, porque já ninguém sabe a quem pertencem [os terrenos]. Entre 20% a 25% da propriedade localizada nesta região já não tem dono, o único dono é o Estado, mas não sabe que é dono porque não tem o cadastro. O cadastro é uma questão essencial para o desenvolvimento. Uma estratégia de desenvolvimento sem cadastro não é viável.

BLC3

Este mecanismo inscreve-se numa estratégia de reestruturação fundiária, que visa solucionar os problemas da floresta em Portugal: a dimensão reduzida e fragmentada dos terrenos, a multiplicação de terrenos abandonados e conseqüente aumento da quantidade de biomassa florestal, prejudicial especialmente numa situação de incêndio florestal (outro grave problema da floresta portuguesa) e que se reflete na percentagem de área ardida, a disseminação das espécies invasoras e a inexistência de interlocutores para os espaços florestais, por exemplo. Em suma (PROF PIN, 2006: 240):

A maior parte dos problemas existentes na floresta em Portugal são, direta ou indiretamente, decorrentes da estrutura fundiária. A dimensão da propriedade florestal e agro-florestal é de, uma forma geral, demasiado reduzida e fragmentada para a realização de uma gestão adequada dos recursos nela disponíveis. A ausência de interlocutores para os espaços florestais é uma das mais graves conseqüências do problema fundiário. Não é suficiente a existência de uma área mínima, é também necessário que existam interlocutores para essas áreas florestais poderem ser geridas (...). A reestruturação fundiária é essencial para se conseguir a constituição de áreas que sejam, de facto, unidades com gestão única e de dimensão suficiente para apresentarem uma rendibilidade mínima que satisfaça não só as aspirações dos investidores florestais, mas também a produção de externalidades consideradas relevantes para a sociedade.

(...) Estamos muito empenhados em fazer coisas que não existem, embora seja difícil. Uma das vertentes é a floresta, a criação de um centro de biomassa, a criação de valor acrescentado desde montante da floresta à oferta de produtos de qualidade. Portanto, lançar para o mercado esses novos produtos provenientes da floresta é algo que cá que não existe. É muito difícil incrementá-lo. Aquela política das ZIF não é fácil, porque temos pessoas com pequenas propriedades. Têm de haver políticas (...), de forma a que possa ser mais fácil a criação de grandes espaços, em vez de serem todos em retalhos, (...) haver grandes condomínios florestais. Em vez de haver ali agricultores isolados que vendem a sua lenha, não, haver um condomínio [de gestão possível], com interesses e frutos para o proprietário(...) que permita avançar depois para a reflorestação organizada. Com retalhos nunca será possível fazer um plano de reflorestação.

Associação Pinhais do Zêzere

O espaço está dividido na maior parte dos casos em parcelas muito reduzidas, o que interfere negativamente com a rendibilidade económica que delas se pode retirar, assim, é prioridade promover o redimensionamento das explorações florestais de forma a otimizar a sua gestão. As áreas são tão pequenas que impossibilitam que se desenvolvam produtos competitivos (os custos de produção pela dispersão e duplicação de investimento nas condições anexas à produção, por exemplo sistemas de regadio, são elevados). O reconhecimento desta necessidade pelo Estado levou a criação, através do Decreto-Lei n.º 127/2005 de 5 de Agosto, das Zonas de Intervenção Florestal (ZIF), no sentido de “dinamizar a constituição de explorações florestais com dimensão que possibilite ganhos de eficiência na sua gestão, através de incentivos ao agrupamento de explorações, ao emparcelamento de propriedades e à desincentivação do seu fracionamento”.

Por outro lado, o reconhecimento do Estado como proprietário, através do cadastro, das propriedades abandonadas e a possibilidade de se agregarem estas pequenas parcelas de terreno em *áreas de gestão rentável (BLC3)*, bem como a criação de agrupamentos de produtores que viabilizem a gestão profissional da floresta, possibilita ainda que se faça uma ocupação do território ordenada e sustentável ambiental e economicamente.

É ainda necessário evitar a proliferação de terrenos abandonados, com consequências no aproveitamento económico (menor escala, falta de dinamismo do mercado), mas também ao nível da reprodução e impacto dos incêndios florestais. No exemplo francês, foi criado um imposto sobre o terreno abandonado, que leva os proprietários a venderem os terrenos, uma vez que não estão dispostos a pagar por algo que não está rentabilizado (*BLC3*). Também no plano supramencionado são referidas algumas medidas para resolver o problema da proliferação das áreas abandonadas, por exemplo a penalização efetiva das situações de não realização de operações silvícolas mínimas previstas e criação de mecanismos que permitam a possibilidade do Estado assumir direta ou indiretamente a gestão de áreas abandonadas.

Com o cadastro florestal, que deverá ser dinamizado através das ZIF (PROF PIN, 2006), e com a reestruturação fundiária será possível a dinamização de Fundos de Investimento Imobiliário Florestal (PROF PIN, 2006).

Se este existir [o cadastro] e sendo que o Estado detém 20 a 25% do território, o Estado deve depois criar um Fundo Imobiliário, que permita aos jovens adquirir terra como adquirem a casa, pagar a 30 anos (...). Um fundo imobiliário é sempre uma garantia, porque se for um fundo estatal fica logo com 20% do território nacional o que é um patamar fantástico que ele [o Estado] nem sabe que tem. E depois todos os melhoramentos que se fizer são uma mais-valia para o território. Portanto, o Fundo Imobiliário é um fundo de gestão financeira fácil e lucrativa. Bem mais lucrativo do que o Fundo Imobiliário da casa, porque este está dependente do emprego (...), ali não, é sustentável.

BLC3

Facto é que uma estratégia de superação das dificuldades de desenvolvimento do Pinhal Interior Norte, tem de tomar em consideração a floresta, a sua salvaguarda, bem como a proteção dos habitats naturais, de fauna e flora selvagens, mas também o seu potencial económico. A este respeito pode ler-se no Programa de Ação do PNPT (2007b: 20)

O desenvolvimento sustentável da floresta (...) deve basear-se na articulação de três grandes orientações estratégicas: promover a sustentabilidade e a diversificação das atividades económicas baseadas na silvicultura e nos espaços florestais; tornar estes últimos mais resistentes aos incêndios; melhorar o seu valor ambiental e o seu contributo para a conservação dos recursos naturais, promovendo o aproveitamento energético dos recursos florestais.

A estratégia de desenvolvimento do PIN deve firmar-se num projeto de ocupação do território sustentável do ponto de vista ambiental, mas também económico.

Qualquer projeto aqui tem de passar pela ocupação do território como deve ser. E isso passa por desenvolver alguma estratégia de agricultura, porque a agricultura é sempre um contentor de fogo. A segunda questão passa por operar o tipo de floresta. A floresta deve voltar ao tipo de floresta tradicional, isto é o carvalho deve ser a espécie mais nobre da floresta do interior, sempre foi. A terceira questão é que com as folhosas tínhamos de desenvolver a pecuária, porque a pecuária é a forma de limpar o terreno, e de não haver fogo. Mas a pecuária tem de ter uma outra estratégia, aquilo que são as pastagens permanentes. Nós hoje temos dos melhores terrenos do mundo nessa

área. Quando se faz a reflorestação tem de se fazer simultaneamente a pastagem permanente, que é uma pastagem que dura 20 a 25 anos e que permite alimentar o gado como deve ser.

BLC3

Contudo, a intervenção a realizar nesta área deverá ser uma intervenção centrada na capacidade do território e no respeito pelo ecossistema. Não se poderá advogar a prática agrícola intensiva, uma vez que não poderia competir com outras regiões do país onde tais práticas encontram condições mais propícias (BLC3).

Deste modo, é reconhecidamente necessário que o território se torne economicamente desenvolvido, o que poderá ter de passar por uma mudança de foco na distribuição sectorial dos empreendimentos – da primazia do investimento no setor dos serviços, para uma distribuição mais equitativa e que privilegie os negócios no domínio do sector primário e secundário (BLC3), começando pela valorização das virtualidades da agricultura.

A agricultura foi o sector que mais evoluiu e as pessoas não têm essa noção. Só para lhe dar um exemplo a Europa quando acabou a guerra tinha 45% da população ligada à agricultura, mas grande parte da população passava fome. Hoje tem 5% e é o maior exportador do mundo. Mas foi tudo à base da tecnologia e do conhecimento. Não há nenhum sector que tenha evoluído tanto em termos de tecnologia e conhecimento como a agricultura. Isso é uma percepção que o rural não tem.

BLC3

É evidente que a profusão de iniciativas no domínio da prestação de serviços públicos, quer por entidades públicas como por entidades do terceiro sector, proporcionou uma melhoria nas condições de vida das populações (por exemplo, disponibilizando serviços de apoio social a idosos e a crianças) e significou uma dinâmica positiva no mercado de trabalho local, mas necessita de ser acompanhada por um dinamismo empresarial gerador de riqueza para o território e de mais e melhores empregos (DPP, 2008).

Preocupamo-nos também muito com as questões sociais e ambientais, mas se não houver viabilidade económica é muito difícil que se desenvolva [o território].

BLC3

Por outro lado, os negócios a implementar deverão ter por base a tríade conhecimento (de *terreno*, técnico e de mercado), tecnologia e inovação (BLC3). Esta é essencial, à luz das condicionantes do mundo globalizado, à sobrevivência dos novos negócios que se desejam competitivos, com escala e sustentabilidade. Este perfil empresarial detém a potencialidade de incorporar a mão-de-obra muito qualificada de habitantes locais que se formaram técnica e academicamente e que de outra forma não regressariam ou se manteriam no território, evitando o *brain drain* comum. De facto, aumentar, melhorar e diversificar a oferta de emprego local pode levar os jovens, que saíam da região fruto de novas expectativas profissionais criadas pelas qualificações escolares, a fixarem-se no território.

A BLC3 – Plataforma para o Desenvolvimento da Região Interior Centro, enquadra-se nestes domínios. Situada em Oliveira do Hospital, é uma entidade que à partida se demarca pelo pioneirismo e pelo carácter inovador da sua missão. É, como já dissemos, a primeira entidade em Portugal criada para o desenvolvimento das Biorrefinarias (2ª e 3ª geração) e da Bioeconomia e “Smart Regions”.

A primeira missão fixar pessoas e jovens. Segunda missão desenvolver um plano sustentável, integrado, de desenvolvimento do território (...) que tem como base transversal a bioeconomia. A outra missão é, também, valorizar os recursos do território partindo de tecnologia e de inovação. Ou seja, tem três missões principais: fixar pessoas, implementar tecnologia e inovação face aos recursos que tem no território e uma outra é construirmos um território piloto que possa ser replicado por outros, no âmbito do desenvolvimento sustentável integrado.

BLC3

O modelo está a ser aplicado a uma *região-piloto*, que compreende os concelhos de Arganil, Góis, Oliveira do Hospital e Tábua, mas o objetivo da organização é que possa ser replicado a outros territórios com características, problemas e oportunidades idênticas⁶⁵.

(...) Queremos ter um modelo diferente que permita a sua replicação num contexto de zonas do interior de Portugal, mas também que possa ser replicado noutros territórios do mundo.

BLC3

O projeto BLC3 partiu de uma aposta da Câmara Municipal de Oliveira do Hospital, mas densificou-se através da consolidação de uma rede de parceiros de excelência nacionais e internacionais, especialmente ligados à tecnologia, ao conhecimento e à inovação. Curiosamente, antes mesmo de preocupações com a infraestrutura BLC3 (sede e logística), os responsáveis procuraram criar essa rede internacional de conhecimento (ibidem), e que conta com inúmeros parceiros (entre universidades, centros de investigação, entidades tecnológicas e empresariais nacionais e internacionais). Destas interligações emergiu uma estratégia de desenvolvimento, ou um plano de valorização do território, baseado na ligação da tecnologia e ciência com o empreendedorismo e crescimento económico locais, que parte e se fundamenta no território (ibidem).

O foco de interesse da organização, em termos de sectores de atividade, são os sectores primário e secundário.

Portugal evoluiu bem no campo terciário, no campo dos serviços, contudo o sector primário e secundário é que não estão bem. Estão mal e é onde estamos a apostar. (...) E se calhar é isso que também permite ter um projeto diferente de modelo de desenvolvimento no território. Estamos muito ligados ao sector primário e ao sector secundário. O sector terciário é uma consequência do desenvolvimento destes dois. E o que vemos em todo o país e especialmente nos grandes centros urbanos? Não. É o inverso (...).

Neste âmbito um dos projetos que operacionalizou foi, no domínio do sector primário, o Clube de Jovens Agricultores, criado em Setembro de 2011. O Clube, que pretende integrar jovens agricultores com idade até aos 40 anos, é a resposta da organização a uma das realidades preocupantes da *região piloto* identificada, a constatação que, de acordo com os últimos dados do Recenseamento Agrícola em 2009 (INE, I.P), esta apresentava somente seis jovens agricultores com menos de 25 anos, enquanto 1354 agricultores tinham mais de 65 anos. A sustentabilidade da atividade agrícola está posta em causa, sendo necessário relançá-la dentro da faixa etária mais jovem na região, objetivo deste Clube. Neste momento a organização acompanha 45 jovens e em 2013 já plantou cerca de 60 hectares (dado original), onde se destaca a aposta na fruticultura, com a produção de maçãs e da pêra de S. Bartolomeu, uma espécie autóctone da região.

⁶⁵ www.blc3.pt

Como já afirmámos, a agricultura e a gestão florestal sustentáveis são áreas estratégicas que, no domínio da valorização do território, se revestem de excepcional importância no Pinhal Interior Norte. São o cerne da questão acerca do desenvolvimento territorial na perspetiva dos responsáveis pela BLC3.

A organização dinamiza vários outros programas e projetos de relevo para o desenvolvimento da região, entre os quais salientamos o Projeto Trans-I-Duca, onde a importância atribuída aos jovens (e sua educação/formação) é bem demonstrada. Este projeto promovido em consórcio com a Asociación para el Desarrollo Rural Integral de las Sierras de Salamanca e a AAPIM - Associação de Agricultores para Produção Integrada de Frutos de Montanha, no âmbito da Agenda 21 Escolar, envolve ainda diversos parceiros nacionais e internacionais e procura estimular o desenvolvimento pessoal e intelectual dos jovens, tendo em consideração os valores da região onde estão inseridos e promover a valorização económica dos recursos endógenos, através da qualificação e capacitação dos jovens para as possibilidades oferecidas pelo território e fomentando a criatividade e a vontade (futura) de empreender⁶⁶

Contudo, se o principal fator de atração territorial é a existência de emprego remunerado, o PIN, acompanhando a conjuntura nacional, tem a escassez de postos de trabalho como uma das suas principais fragilidades. É necessário que o território se torne economicamente atrativo para que empresários e empreendedores o elejam para firmar os seus negócios. Aludimos no capítulo 2.1.2 aos fatores que viabilizam a fixação ou localização das empresas e confrontando esses indicativos teóricos e a realidade manifesta pelo PIN verificamos que o território apresenta debilidades, que deverão ser resolvidas, como a baixa qualificação dos recursos humanos locais disponíveis e as dificuldades de acesso ao crédito.

Há um problema, se duas ou três empresas quiserem instalar-se no nosso território não têm recursos humanos. Este é que é o grande problema, porque as habilitações literárias dos recursos humanos existentes nos Centros de Emprego são baixas e mesmo os jovens licenciados que existem não são assim tantos.

Às vezes o maior problema, e agora há uns tempos recentes a esta parte, tem a ver com a concessão do crédito. Há um protocolo que temos estabelecido com entidades bancárias que, desde há muito pouco tempo, têm reprovado a concessão deste microcrédito (porque direcionamos mais a intervenção para microempresas). Talvez pelas razões óbvias do contexto nacional estão a restringir muito (...) Quando, nas nossas abordagens, dizíamos que o grande problema não era o dinheiro, mas era ter a ideia, agora já não podemos dizer a mesma coisa, de fato o dinheiro é necessário e ninguém está a fornecer esse dinheiro.

Associação Pinhais do Zêzere

Em relação à formação/qualificação dos recursos humanos várias organizações locais assumem-no como intervenção prioritária, o que se constitui como fator positivo, uma vez que a escassez de oferta formativa, especialmente de nível superior, é um dos principais fatores que promovem a saída do local. Entre os atores institucionais participantes, a ADIP e a Associação Pinhais do Zêzere operam no âmbito desta tipologia de intervenção.

⁶⁶ www.blc3.pt

A intervenção da ADIP, relativamente à formação profissional, atividade à qual se dedica desde a sua fundação, concretizou-se através do processo de acreditação e da constituição do Departamento de Formação e Desenvolvimento, que tem vindo ao longo dos anos, a desenvolver atividades formativas adaptada às exigências dos públicos – alvo e das entidades empregadoras, quer públicas, quer privadas, do concelho⁶⁷. Neste âmbito, a ADIP está acreditada pela DGERT⁶⁸, nos domínios da Conceção, Organização e Promoção; Desenvolvimento/Execução e Outras formas de Organização, pelo IEFP – Instituto do Emprego e Formação Profissional para o curso de Formação Pedagógica Inicial de Formadores, e pelo IMTT – Instituto da Mobilidade e dos Transportes Terrestres, como entidade formadora reconhecida para o Transporte Coletivo de Crianças⁶⁹. Disponibiliza ainda Cursos EFA – Educação e Formação de Adultos para indivíduos que possuam níveis de escolaridade e de qualificação profissional inferiores a nível II e III (9º ano e 12º ano) e Formações Modulares Certificadas⁷⁰. A oferta dirige-se ainda ao público idoso com a Universidade Sénior de Poiares a funcionar desde 2007⁷¹.

Dinamiza ainda o Centro Difusor de Artesanato e Recursos Endógenos de Vila Nova de Poiares, que foi estabelecido em 1999, com o objetivo de apoiar os artesãos locais e disponibilizar formação especializada a novos artesãos. Assume uma importante tarefa ao aproveitar um dos principais recursos do concelho - o património cultural excecional, ligado à tradição artesanal dos barros pretos, Palitos Floridos e de pequenos artefactos em madeira, cestaria e canastraria, tecelagem, latoaria, ceiras, capachos e ainda de cantaria (Mós), mantendo-o e incentivando a adesão às atividades artesanais por parte de novos públicos. O Centro Difusor de Artesanato e Recursos Endógenos tem as suas instalações na ADIP, onde dispõe de uma exposição permanente de artesanato, trabalho ao vivo e venda direta de artesanato⁷². Ao abrigo deste projeto o artesanato local é exibido em diversas feiras e certames⁷³.

O foco de intervenção Ensino/formação da ADIP é fulcral para o projeto de desenvolvimento económico e social do concelho (Vila Nova de Poiares), sendo essencial para a qualificação ou requalificação dos recursos humanos locais. Um ponto manifestamente relevante é a oferta alargada, abrangente e diversificada de áreas de formação, com potencial de inclusão de públicos diversos⁷⁴.

Na atuação da Associação Pinhais de Zêzere a área de formação/educação é fundamental.

Há vertentes em que precisamos de dar formação àquelas pessoas que não a têm e nós damos. Somos uma entidade acreditada pela DGERT, que dá formação a sério, específica e concreta. Há alguns anos atrás era uma oferta um pouco avulsa para o público desfavorecido, a partir de um certo momento não, começou a ser bastante específica e é destinada às pessoas que estão a tirar também cursos profissionais e para pré-universitários. É destinada aos empresários. É destinada à terceira idade.

⁶⁷ <http://www.adip-formacao.com/?com=contactos>

⁶⁸ Direção Geral do Emprego e das Relações de Trabalho

⁶⁹ Ibidem.

⁷⁰ Ibidem

⁷¹ <http://www.rutis.org/cgi-bin/reservado/scripts/command.cgi/?naction=7&usr=092>

⁷² <http://www.cm-vilanovadepoiares.pt/?mostra=artesanato>

⁷³ http://www.dueceira.pt/artesanatoredede/main_artrede.php?prod=2&cat=12&id=39&lingua=pt

⁷⁴ <http://www.adip-formacao.com/?com=cursos&act=tipologia&t=8>

Não obstante, o objetivo é sempre aumentar a qualificação dos habitantes locais, de modo a que estes possam produzir valor enquanto recursos humanos disponíveis e adaptados a novas áreas de negócios e enquanto possíveis empreendedores no futuro.

É importante a pessoa formar-se para poder criar valor. É esse o interesse. Se tiver aquele horizonte mais alargado poderá querer enveredar pela criação de negócio e aí estamos nós para apoiar e lançar. (...) E há pessoas com competências técnicas mas que não tem formação empresarial e também é preciso ajudá-las.

O PIN carece ainda de resolver uma das suas mais prementes debilidades - a acessibilidade física: apresenta uma rede rodoviária e ferroviária insuficiente ou até inexistente, que serve de forma desigual o território e que é um entrave ao seu desenvolvimento, sendo acompanhada por uma igualmente deficitária rede de transportes públicos incapaz de responder às necessidades das populações. Às dificuldades nas acessibilidades físicas têm sido agregadas dificuldades nas acessibilidades virtuais (ADXTUR, Lousitânea).

Ao nível da acessibilidade física é um território encaixado no meio da cordilheira central em Portugal e naturalmente tem algumas carências ao nível da acessibilidade e mobilidade das pessoas, bens e serviços. Por outro lado, quanto à acessibilidade virtual temos ainda algumas zonas de sombra no território, quer em termos de telecomunicações, internet, etc. (...)

ADXTUR

E quando são criadas acessibilidades físicas:

(...) há uma ideia distorcida. Agora que se fizeram algumas estradas para o Interior importantes, a questão nacional é dizer que as estradas do Interior têm que pagar as estradas do litoral e as outras, quando devíamos ter uma discriminação positiva. Mas a força política leva a essa tendência, porque isso é que dá votos. Aqui já não se fala em ter autoestradas mas ICs e estradas que permitam um tipo de circulação em segurança (...).

BLC3

Estas debilidades poderão ser compensadas pela assunção de um conjunto de pressupostos que se inscrevam numa lógica de discriminação positiva que favoreça aqueles – empresários e empreendedores - que, apesar das dificuldades inerentes ao território, aí se queiram fixar. Se a lógica dominante e decisões governamentais anexas prejudicaram durante décadas o interior, parece evidente que no momento atual possam agir de modo a recompensar essas mesmas decisões, tendo como objetivo a promoção da equidade e coesão territoriais, que de outro modo, dificilmente, poderão ser alcançadas.

Assim, não descurando a manutenção de condições higieno-sanitárias e de proteção do ambiente, deverá existir uma discriminação positiva que possibilite aos novos empreendimentos não estarem sujeitos a exigências tão elevadas, especialmente técnicas e burocráticas, que muitas vezes demovem os empreendedores.

(...) Se viessem para aqui pessoas com o objetivo de cultivar, de criar gado, fazer produção de leite, de queijo, seriam ótimos negócios. Mas há imensa burocracia e exigências (...).

Lousitânea

Essa discriminação positiva deverá ser, na opinião da entrevistada, alargada a outros serviços básicos, por exemplo ao nível do serviço de eletricidade, com uma redução de

preço que tivesse em conta a ineficiência do serviço, especialmente durante o inverno, na Serra.

Hoje está muito vento, mas nada comparado aos dias de inverno que aqui temos, mas hoje já faltou a luz dez vezes. E isto com visitas, com clientes, que estão a pagar... os aparelhos vão todos a baixo, as coisas não são propriamente fáceis de gerir. E no final do mês a conta é a mesma. E nós pagamos tanto quanto alguém que está na Vila em Góis ou quem está em Coimbra, não há desconto (...).

Lousitânea

Por outro lado, o financiamento dos projetos, por vezes, fica aquém do necessário, o que é um entrave à sua prossecução (Lousitânea e Associação Pinhais do Zêzere).

A fixação de empresas pode também ser potenciada pela existência de parques empresariais, zonas industriais infraestruturadas e incubadoras de empresas, que tenham associados custos e condições que reflita a discriminação positiva à qual aludimos.

No domínio da promoção da fixação de empresas e da geração de novos empreendimentos de base local é certo que alguns pontos bastante favoráveis são expressos pelo PIN, nomeadamente a existência do Plano de Ação Territorial para a Promoção do Empreendedorismo 2011-2015, da CIMPIN. O Plano é “a âncora de todo o processo de apoio ao empreendedorismo, apresentando as propostas de ação a desenvolver, agentes a envolver e redes a criar” (CIMPIN, 2011: 7) e visa a criação do Sistema Regional de Apoio ao Empreendedor e “o reforço do potencial empreendedor da sub-região através de iniciativas em rede, com elevada amplitude e transversalidade sectorial, que garantam o necessário suporte à dinamização e apoio ao empreendedorismo local” (CIMPIN, 2011: 6). Inscreve-se numa estratégia de superação das dificuldades expressas pelo PIN:

Inexistência de lógicas regionais, que informem a articulação das ações dos múltiplos agentes no terreno; a miríade de soluções que se apresentam ao empreendedor, a que se associa paradoxalmente a sua falta de visibilidade regional e por vezes municipal; a falta de escala da maior parte das iniciativas, que limita o seu impacto e a falta de mecanismos de avaliação e monitorização do desempenho (CIMPIN, 2011: 12).

De facto, apesar das cerca de 60 entidades de tipologias diversificadas⁷⁵ que desempenham serviços de apoio no PIN, verificou-se a necessidade de constituir uma rede de organizações multifacetadas, que trabalhem em conjunto, capacitadas para prestarem um apoio efetivo aos empreendedores (CIMPIN, 2011), ou seja, passar de uma profusão de iniciativas de promoção e apoio ao empreendedor, para um sistema coerente de suporte à criação de novas empresas (ibidem), numa lógica de complementaridades regionais efetivas e de valorização dos recursos, nomeadamente das Incubadoras locais e outros serviços de apoio já existentes.

A Associação Pinhais do Zêzere, a ADIP e a BLC3 desenvolvem atividades de promoção de empreendedorismo, tendo sido destacado, no âmbito do Plano supramencionado, o seu papel prévio no apoio às fases de pré-capacitação e capacitação do empreendedor (CIMPIN, 2011). Compõem a Rede Regional de Apoio ao Empreendedor e são destinatárias das ações, nomeadamente no âmbito do *Projeto 2*, a

⁷⁵ Escolas, associações empresariais, associações de apoio social, associações de desenvolvimento local, entidades de apoio ao emprego e os municípios (CIMPIN, 2011).

adotar para capacitar as entidades locais, dotando-as de competências para efetivarem um apoio adequado aos empreendedores (CIMPIN, 2011).

Também a Lousitânea é parceira da CIMPIN na prossecução deste intento (Lousitânea).

A atividade da Associação para o Desenvolvimento Pinhais do Zêzere está desde a génese ligada à promoção do empreendedorismo e de negócios que possam fortalecer a economia local.

(...) quando apresentamos ações direcionadas para a criação de novas empresas há receptividade. Abordamos, explicamos como se começa, como se faz, como se chega lá, quem acompanha e somos capazes até de dar um produto chave na mão a quem queira recebê-lo. (...)

Por parte de quem nos ouve existem ideias interessantes e existem outros que ainda não abriram essa gaveta e abrem-na quando nós permanente e continuamente (...) vamos fazendo ações -porque já falamos de empreendedorismo não só agora porque está na moda (...), e aí as pessoas abrem os horizontes e criam negócios. Já temos criado várias empresas, que estão no terreno, de jovens que se aventuraram e acreditaram também no apadrinhamento que a Associação Pinhais do Zêzere vai fazendo. (...) O risco vamos atenuando com o apoio permanente.(...) Vão estando no terreno e bem. Depois quando eles estão no terreno a nossa função é promovê-los ao máximo através dos canais que temos à disposição.

Na citação acima conseguimos apreender o processo de acompanhamento realizado pela Pinhais do Zêzere – semelhante às congéneres - desde a conceção até à divulgação do produto final (pré-capacitação, capacitação e acompanhamento). O apoio disponibilizado e o potencial da região poderão explicar o facto de não serem apenas os habitantes locais que procuram aí implementar os seus negócios:

Estamos abertos a que venham outros interessados, e de facto vêm. Surge muita gente do Norte e de Lisboa a quererem abrir negócios cá através da Pinhais do Zêzere.

No entanto, é relevante salientar este apontamento:

(...) Por vezes como vêm dos grandes centros não têm muita noção da realidade local. Esta ideia de que o interior é interior em todas as suas vertentes e inclusivamente na capacidade de gerir e de ter instrumentos para desenvolver, que só lá [nos centros urbanos] é que estão os centros de decisão e os centros de inteligência e às vezes quando vêm cá pensam que vêm descobrir a pólvora e não vêm. Ficam surpreendidos porque não tem conhecimento do terreno.

Este facto tem que ver com a imagem-tipo disseminada (também pela comunicação social) do interior rural e que assume dois pressupostos: baseia-se na exacerbação de um conjunto de características negativas ao qual já aludimos e/ou é apresentado como um ideal-tipo de vida bucólico e natural, que parte de uma visão predominantemente museológica. É importante que a imagem dos territórios rurais seja mais fidedigna. A Pinhais do Zêzere assume o seu papel nesse desígnio, quando recebe novos investidores ou visitantes no território e quando o representa em feiras ou outros eventos nacionais ou internacionais (ibidem).

Quanto à tipologia dos empreendimentos é variada.

São diversificados. Aparece na vertente da floresta, do turismo e empresas ligadas à oferta de atividades radicais. Aparecem nestas áreas, no ramo do turismo rural, da hotelaria aparece, mas também na área da floresta bastante. (...)

Recebemos recentemente uma ideia que veio de umas pessoas de Lisboa interessante que era abrir um museu de borboletas, aqui na região de Pedrógão Grande. Estamos à espera que se concretize (...) Há diversificação e estamos abertos a todas as pessoas que venham de fora. Quanto mais vierem melhor.

Quanto à BLC3 é, também, um Centro de Incubação de Ideias e Empresas. Por isso, pretende promover o aparecimento de novas ideias de negócio e de uma nova geração empresarial de base tecnológica, que, partindo da inovação e criatividade dos empreendedores/investigadores, contribua para a valorização e diferenciação do território, gerando emprego qualificado e fixando massa crítica jovem.

(...) A Incubadora tem um modelo diferente das Incubadoras normais, porque também é para fixarmos pequenos projetos empresariais e na maior parte dos projetos (...) [as pessoas] têm menos de 35 anos. São todos jovens em termos de projetos empresariais. Em termos da Incubadora por exemplo, um projeto quando se quer desenvolver o primeiro ano é o mais difícil (...) no primeiro ano não cobramos nada às empresas ou projetos empresariais. Isto porque temos de ser diferentes e discriminar positivamente quem queira vir para estes territórios.

BLC3

A estas dinâmicas institucionais favoráveis ao desenvolvimento do território deverá acrescentar-se ainda outro fator positivo que é o facto de algumas decisões e políticas públicas atuais, mostrarem coincidência com as necessidades destes territórios e partirem de um conhecimento fundamentado deste perfil territorial, em resultado do aprofundamento recente das intervenções territoriais em áreas de baixa densidade (nomeadamente ao abrigo das Ações Integradas de Base Territorial (AIBT) do Quadro Comunitário de Apoio (QCA) III e da Iniciativa Comunitária LEADER). Estas estão na base da criação de instrumentos de política como o PROVERE – Programa de Valorização Económica dos Recursos Endógenos, uma das tipologias das Estratégias de Valorização Económica de Base Territorial, previstas nas Estratégias de Eficiência Coletiva (EEC) do QREN (2007-2013), que ao dirigir-se aos espaços de baixa densidade, propõe-se a promover a competitividade territorial através da dinamização das iniciativas empresariais a partir de um recurso territorial emblemático e a prosseguir a finalidade de fixar população (DPP, 2008), complementando, no combate à desertificação territorial, os instrumentos das EEC orientadas para a dinamização de novos pólos de competitividade e de *clusters* (ibidem).

Por fim, a captação de investimento e fixação no território de empresas poderá resultar também na melhoria das condições das famílias, quebrando ciclos de carência económica, que muitas vezes motivam o êxodo dos habitantes locais. A carência económica é aliás, como já dissemos, um denominador comum a este perfil de território (Carmo, 2008a).

(...) Somos um território com pessoas muito carenciadas, a nível económico, pessoas a viverem em condições de baixos rendimentos (...).

Associação Pinhais do Zêzere

Por fim, novas consciências, procuras e padrões de consumo brotam na cena mundial e são oportunidades para estes espaços:

A distribuição e comercialização de produtos com denominação de origem e consolidação de *marcas* locais à escala internacional, que parte da *diferenciação e autenticidade dos recursos* (ADXTUR).

Quanto mais autênticos, mais íntimos forem [os recursos] em termos de relação entre o homem, o território e uma determinada localização, quanto mais autenticidade houver nesta forma de construir produtos, sejam eles produtos turísticos ou alimentares, ou os serviços associados e atividades conexas, maior é a percepção de valor e de genuinidade desta oferta ou destas propostas.

ADXTUR

A re-localização das atividades económicas:

Desafia a visão hegemônica de que *bigger is better*, buscando uma economia de base humana e comunitária (*humanly scaled e community-based*), em que o valor dos recursos locais – naturais, humanos e financeiros – deve ser maximizado na produção de bens e serviços para atendimento inicial dos mercados locais. O objetivo é as comunidades, as regiões e as nações – nessa ordem, do menor para o maior – lograrem recuperar o controle sobre suas economias (...) (Monteiro, 2012: 20).

Na realidade, muitas organizações de caracteres diversificados⁷⁶ têm vindo a alertar para a importância do consumo de produtos produzidos no território, em vez daqueles que provêm de empresas multinacionais, utilizando o *slogan* “*Buy Fresh, Buy Local*, por exemplo, no sector alimentar:

Para além de “*local food*” também se aspira a produzir “*sustainable food*”, a partir do modo de produção biológico e de outras formas naturais que excluam o uso de químicos. As questões energéticas têm também peso neste processo e deseja-se reduzir drasticamente o número de quilómetros percorridos pelos alimentos (Cristóvão & Tibério, 2008: 2).

O que está em causa é um “processo de reconfiguração, diversificação e fortalecimento das economias locais” (Monteiro, 2012: 1).

Uma economia de base local forte significa sustentabilidade material, ou seja, desenvolvimento económico, mas também imaterial, adensando a identidade local, como defendem Covas e Covas (2008: 5):

Aumenta a identificação dos cidadãos com o seu território e esta motivação territorial ajuda a criar capital produtivo, social e simbólico (...) Os produtos de proximidade deixam as mais-valias na economia local que são, em princípio, reinvestidas no fortalecimento dessa mesma economia. Os produtos locais certificam os sistemas produtivos locais e os lugares onde ocorrem.

No entanto, é necessário que estas novas procuras globais encontrem no terreno a sua satisfação, o que poderá não estar a verificar-se. A maior parte das organizações poderá não possuir escala que lhes permita agarrar a oportunidade.

Tem havido esforços e ações concretas de intercâmbios ao nível internacional, não só com os Estados Unidos da América, mas com os países árabes, principalmente estes, para tentarmos entrar nos seus mercados através dos nossos produtos endógenos concretamente. É muito difícil, porque é uma questão de quantidade. Em termos de qualidade temo-la e é única e ímpar. O problema é a quantidade e a apresentação do produto, a questão de marketing e comunicação. Não existe [capacidade]. (...)

Surgiu há pouco tempo a hipótese de exportar mel para um dos países árabes e a questão não estava na qualidade do mel em si, que é inquestionável, a questão estava na apresentação do produto e do mel. É um mercado muito exigente, da alta finança e não conseguimos dar resposta.

Associação Pinhais do Zêzere

⁷⁶ “É um movimento fragmentado, desigual de espaço para espaço e no envolvimento de distintos grupos étnicos e sociais, que tende a juntar uma constelação de preocupações, interesses e objetivos e inclui ambientalistas, defensores da agricultura familiar, promotores de alimentos de qualidade e ativistas pela justiça social e contra a fome e a pobreza. É também um movimento que mobiliza milhares de organizações (sobretudo locais, mas não só), governos estaduais e locais, meios de comunicação, universidades, agências diversas e empresas” (Cristóvão & Tibério, 2008: 2).

Para solucioná-lo,

(...) É preciso unir vários territórios com o mesmo tipo de produto, diferenciado, e criar “produto” que chegue aquele mercado, que é um mercado muito interessante (...). Mas é preciso esse trabalho que não existe. Isoladamente não se consegue.

Associação Pinhais do Zêzere

A marca *Aldeias do Xisto* é um exemplo de um produto que ganhou escala proporcionada pela existência de múltiplas condições propícias - recursos territoriais, vontade política, financiamento, capacidade institucional e variados parceiros, entre outras.

Pinhal Interior Norte: Um Território para visitar

A Região possui um diversificado património cultural, natural, arqueológico, arquitetónico e paisagístico, possível de ser recuperado, valorizado e explorado. No Anexo 2, expomos, a nível concelhio, alguns dos exemplos deste património riquíssimo. A existência de espaços de recreio e lazer, como as praias fluviais, os percursos de montanha, as zonas de caça e pesca e o património gastronómico são outros fatores inconfundíveis que no sector do turismo distinguem positivamente este território.

A identidade local está bem patente nas Aldeias de Xisto⁷⁷ e nos produtos endógenos, alguns certificados com Indicação Geográfica Protegida (IGP) ou Denominação de Origem Protegida (DOP), por exemplo o queijo da Serra da Estrela (DOP), o queijo do Rabaçal (DOP), o mel da Serra da Lousã (DOP), a maçã Bravo de Esmolfe (DOP), a maçã da Beira Alta (IGP), o borrego da Serra da Estrela (DOP) e o azeite do Ribatejo (DOP) (AMPIN, 2008).

Neste domínio a marca territorial *Aldeias do Xisto* é vantajosa para o território.

A marca Aldeias do Xisto é importante. Porque muitas vezes quem nos visita fá-lo porque sabe que existe uma Rede e tem visitado outros locais na Rede. Já foi à aldeia do concelho X, à aldeia do concelho Y e agora vem até nós e irá seguidamente para outro local na Rede.

Lousitânea

(...) Ainda bem que existe esta marca. Finalmente uma marca (...) A marca está lá, a visibilidade está criada, e com sucesso. E que continue, que é assim que se deseja, é este território que se desenvolve através deste tipo de marcas (...).

Associação Pinhais do Zêzere

A Rede das Aldeias do Xisto foi, integrada com a criação de uma Rede de Praias Fluviais e de uma Rede de Percursos, uma das linhas estratégicas de desenvolvimento estabelecidas pela Ação Integrada de Base Territorial do Pinhal Interior (Medida II.6/FEDER), (ADXTUR, 2009). O Programa Rede das Aldeias do Xisto começou a ser implementado em 2001 pela CCDRC. É um projeto de âmbito regional, liderado pela ADXTUR, em parceria com alguns municípios da Região Centro e com vários operadores privados que atuam no território.

⁷⁷ <http://www.aldeiasdoxisto.pt/asaldeias/3/5> recuperado em 25/03/2013.

A base social tem vindo a alargar-se de uma forma consolidada e consistente e neste momento somos 187 associados, dos quais 19 municípios, (temos parceria com outros dois daí que se fale em 21). São membros do consórcio Aldeias do Xisto 19 municípios, 160 grosso modo agentes privados, desde aqueles que operam no sector turístico como é o alojamento, restauração e animação turística, mas também micro e pequenos produtores, artesãos, produtores de artesanato, lojas e associações locais, entre outras tipologias de associados.

ADXTUR

Conta ainda com parcerias internacionais, procurando:

(...) parceiros que abordem desafios que possam ser similares com os nossos e daí tentarmos estabelecer projetos-piloto e aprender conjuntamente.

(...) continuamos motivados por esse perfil de trabalho com outras entidades congéneres de outros países e portanto envolvendo-nos com os projetos INTERREG, ou associados com um instrumento que é conhecido como EEA GRANTS, com outros países não necessariamente da União Europeia.

ADXTUR

Selecionados os núcleos a incluir na Rede de Aldeias do Xisto, em função do seu valor patrimonial e social, começaram a ser realizadas intervenções com vista à sua reabilitação, especialmente a nível físico - imóveis públicos e privados e infraestruturas indispensáveis, mantendo, contudo, a sua autenticidade patrimonial. Portanto, o Programa visou/visa a recuperação das tradições, a valorização do património arquitetónico construído, a dinamização das artes e ofícios tradicionais e a defesa e preservação da paisagem envolvente (ADXTUR, 2009). Também não deixou alheios os habitantes locais e conferiu-lhes formação ao nível do atendimento turístico, tecelagem, pedreiros do xisto e gastronomia, “permitindo-lhes assim dar resposta adequada aos maiores níveis de exigência e de qualidade decorrentes da constituição da Rede das Aldeias do Xisto” (ADXTUR, 2009:8). Aliás é seu objetivo: “melhorar a qualidade de vida das populações das aldeias, elevando os seus níveis de autoestima, qualificando o seu tecido social e agregando-as num processo participativo de desenvolvimento que é, antes de mais, seu” (ADXTUR, 2009:19).

O objetivo principal é estimular o sentido de pertença, este é um projeto das pessoas e sobretudo estamos convencidos que esse é o modelo que é capaz de produzir melhores resultados. (...)

É inequívoco por parte dos habitantes o reconhecimento do que é o trabalho desta rede, o que se denota ao nível de autoestima, ao nível da perceção de que alguns dos recursos que há alguns anos atrás não eram reconhecidos como estratégicos ao dia de hoje são reconhecidos como tal. Há aqui uma apropriação, não só dos agentes, mas também das populações, daquilo que são os valores desta Rede.

ADXTUR

Trata-se essencialmente, como referimos, da criação e consolidação de uma marca, as “Aldeias do Xisto”, que procura conferir identidade ao território:

O foco principal para o nosso trabalho é precisamente mobilizar e fazer convergir ideias, interesses, objetivos, desafios. Fazer convergir as entidades públicas e privadas em torno de um conjunto de valores, de um conjunto de compromissos e até de confiança, que é conjunta e una, em torno da construção desta marca Aldeias do Xisto. (...)

Há uma identificação muito forte das populações e dos agentes com esta marca Aldeias do Xisto (...). Talvez o aspeto mais determinante do trabalho seja esse, esta ideia de identificação e estima por aquilo que é a origem e a cultura e a diferença que este território traz a quem cá vive e quem conversa em torno de valores que a marca também encerra.

ADXTUR

O Programa oferece, ainda, vários produtos turísticos aos visitantes, o que lhes permite permanecer mais tempo no território – a Rede de Praias Fluviais, a Rede de Percursos, o Plano de Animação das Aldeias e a Rede das Lojas Aldeias do Xisto (ADXTUR, 2009).

Alguns resultados obtidos pela ADXTUR, no âmbito do Programa Aldeias do Xisto, foram:

(...) Já foram realizados no território mais de 600 imóveis públicos e privados, maior parte até privados dentro das aldeias; estão ao dia de hoje integrados na rede 27 aldeias, cerca de 50 praias fluviais, temos mais de mil quilómetros de percursos pedestres e clicáveis marcados e homologados ou em fase de homologação. Temos registado um crescimento, consistente e sistemático, do n.º de dormidas nos parceiros, aliado ao aumento da oferta, portanto há mais alojamento total, mais alojamento dentro das tipologias do turismo em espaço rural, temos hotéis de 4 ou 5 estrelas que não existiam no território e que agora para além de existirem fazem parte desta rede de trabalho. Temos uma rede de lojas que até ao dia de hoje conta com 15 espaços comerciais, 10 nas aldeias e 5 em contexto urbano (Aveiro, Coimbra, Leiria, Lisboa e também em Barcelona). Ao nível do registo das dormidas tem aumentado de uma forma consolidada. (...) Há muito que fazer ainda, mas (...) tem havido maior procura, tem aumentado a oferta, tem aumentado a dotação estrutural associada ao usufruto turístico deste território.

Relevante é ainda a evolução ao nível da distribuição do investimento, com o aumento consistente de investimento privado na consolidação dos serviços afetos ao Programa.

Ao nível do investimento ou da relação entre o investimento público vs investimento privado devo dizer que no quadro comunitário 2000-2006 feitas as contas do total do investimento, cerca de 14 milhões de euros no projeto, 80% foi investimento público e 20% investimento privado. Nesta fase, até à data, o investimento passou de 14 para 25 milhões de euros e na relação investimento público/privado passou para 25% público 75% privado.

ADXTUR

A adesão dos agentes privados (e públicos) à marca não será alheia ao reconhecimento e notoriedade das Aldeias do Xisto por parte do mercado, bem como dos novos consumos ligados ao usufruto dos tempos livres e de um imaginário coletivo que procura a autenticidade das raízes longe do bulício da cidade e que valoriza sobremaneira a diferenciação e *genuinidade* dos locais e dos seus produtos.

Faz parte da nossa estratégia chegar a quem procura este tipo de consumos, responsável social e ambientalmente, com uma determinada origem e identidade associada a um determinado território. Quer as lojas Aldeias do Xisto, quer as propostas de serviços turísticos, quer as propostas de gastronomia nos restaurantes, procuram sempre o mais possível beber desta identidade para a partir daqui nos podermos posicionar junto do mercado, como “isto é nosso, é autêntico, é diferente, é uma experiência na primeira pessoa” (...) Não temos hipótese de competir com outro tipo de destinos se não for assim.

Mas o mais animador e promissor é a mais-valia que os novos povoadores representam, neste ou em qualquer outro programa que se dedique a este perfil territorial:

Temos em algumas aldeias, o que já não acontecia há 20 ou 30anos, novos residentes e nascimentos inclusive de filhos dos novos residentes.

Também a Lousitânea⁷⁸ intervém no âmbito desta marca - está inserida numa Aldeia do Xisto (Aigra Nova), gere a Loja das Aldeias do Xisto do Concelho de Góis,

⁷⁸ www.lousitanea.org

anima as quatro Aldeias do Xisto daquele concelho (Aigra Nova, Aigra Velha, Comareira e Pena), e gere alguns percursos pedestres incluídos na Rede de Percursos Pedestres Aldeias do Xisto. Contudo, persegue o objetivo primordial de promoção da Serra da Lousã.

Da intervenção realizada, desde 2003, destacam-se três domínios-chave: a proteção e conservação do ambiente através da educação ambiental, a recuperação de tradições, *saber fazer* e cultura local em colaboração com os habitantes e como referimos a promoção turística ligada à marca Aldeias do Xisto. A integração de todas estas atividades fez-se, recentemente, com a consolidação de um projeto que remonta (ao nível da ideia) aos objetivos iniciais da organização – o Eco-Museu Tradições do Xisto.

O Ecomuseu é um espaço dinâmico. Chamamos Ecomuseu Tradições do Xisto, a tudo aquilo que existe aqui (...) o Ecomuseu não é só o espaço físico possível de ser visitado, que é o núcleo sede do Ecomuseu, com a vertente mais cultural e das tradições. O Ecomuseu é o conjunto de tudo o que oferecemos - os núcleos interpretativos, os ateliers temáticos que vão ao encontro dos temas abordados nos núcleos, as atividades de carácter ambiental e cultural (...).

O núcleo sede tem uma exposição permanente de aspetos (instrumentos, atividades e costumes) que perfaziam o quotidiano dos habitantes das quatro Aldeias do Xisto do Concelho de Góis.

(...) É um espaço dinâmico onde todas as temáticas que lá se encontram vão ao encontro daquilo que era feito (...) nas quatro aldeias do Xisto de Góis. Cada temática está associada a um habitante, há o rosto do habitante e é o habitante que apresenta a temática ou uma história ligada à temática, também está associado a um objeto ligado à temática. É um espaço dinâmico porque se o habitante que nos deu, por exemplo, a cesta para o milho, ou outro objeto, precisar pode vir buscá-la, pode utilizá-la no seu dia-a-dia e depois devolve.

O EcoMuseu é ainda composto por diversos *Núcleos* que se enquadram na estratégia de atuação identificada:

(...) O núcleo de interpretação ambiental que é o espaço que faz maior referência a fauna e flora autóctone da Serra da Lousã e faz também referência à Rede Natura 2000 e ao território que esta abrange. Temos o Núcleo da Maternidade de Árvores, que é uma espécie de viveiro de espécies autóctones, onde o objetivo é ajudarmos estas árvores e arbustos a crescerem e quando estão na sua fase adulta, como lhe chamamos, são realizadas ações de voluntariado e são transplantados para a Serra da Lousã, com o objetivo de reflorestar a Serra. Temos ainda nesta aldeia [Aigra Nova] o Núcleo Asinino das Aldeias do Xisto, que é um espaço mais recente, foi inaugurado em Junho e tem três burros mirandeses e o objetivo é criar alguma dinâmica nas aldeias com os passeios a burro (...) Na Aigra Velha temos o Núcleo do Forno e do Alambique da família Claro, (...) que é um espaço aberto de visita, para se compreender como se faz a aguardente aqui na Serra.

Os conhecimentos adquiridos nos Núcleos depois são colocados em prática nos ateliers experimentais que a organização disponibiliza.

Para além destes espaços de visita, há os ateliers temáticos ligados ao espaço e estamos a falar do Atelier da Broa e do Queijo, por exemplo. Quem visita o Ecomuseu vê o processo de fabrico da broa, vê o processo de produção do queijo e pode sair e ir fazer a atividade prática: “Agora vamos fazer broa, vamos fazer queijo aqui na aldeia, e podemos almoçar também, vamos ter o Manjar de Aldeia”, onde a D. Lurdes, habitante da aldeia, é que faz a comida.

Em síntese, a organização disponibiliza experiências e aprendizagens que integram uma componente teórica e uma componente prática (ibidem), o que é diferenciador da sua atuação e está também muito relacionado com os novos consumos e públicos que procuram este destino de férias (ibidem).

É uma forma diferente de aprendizagem e acaba por ser uma forma mais real de perceber o local onde estamos inseridos.

Os ateliers são diversificados, a título de exemplo salientamos para além dos referidos ateliers da broa e do queijo, o atelier da desfolhada do milho, do mel e da castanha.

A partir da criação e consolidação do projeto EcoMuseu Tradições do Xisto a Lousitânea registou um aumento da procura e um maior número de visitantes estrangeiros, de várias nacionalidades, mas especialmente ingleses e holandeses (ibidem).

(...) Neste momento posso dizer que 50% do nosso público são portugueses, 50% são estrangeiros.

Os visitantes nacionais são grosso modo provenientes das grandes cidades.

(...) Querem deixar a cidade e vir passar um dia na Serra, vivenciando algo que nunca viram.

Mas a organização também recebe grupos de crianças, inseridos em atividades escolares, também estes provenientes das cidades. A participante realça ainda outro tipo de grupo, compostos por funcionários de empresas que, ao abrigo de preocupações com a gestão dos recursos humanos, são convidados pelas chefias a usufruírem da experiência (ibidem).

Também, a Associação para o Desenvolvimento Pinhais do Zêzere presta serviços no âmbito da promoção turística. Algumas das ações que têm vindo a desenvolver são: produção de material informativo e/ou promocional; participação em feiras locais, regionais e nacionais; realização de Concursos Gastronómicos; organização dos Passeios “*Pedalar pelo Interior – Pinhais do Zêzere*”; recente organização do evento *I Troféu de Carrinhos de Rolamentos*, atividade ligada à tradição cultural local; implementação do “*Passaporte que dá Descontos*” ou Passaporte Turístico e publicação do Guia Turístico⁷⁹. No conjunto estas atividades pretendem difundir:

(...) a imagem que este é um sítio bom, em que a natureza prevalece, em que há recantos fantásticos que não há noutros sítios e há cores de dia, cores de sol, cores de água, pelos vistos, que não há noutro lado. Nós estamos cá no terreno e achamos que é tudo muito natural, mas quem vem de fora acha que isto é tudo soberbo.

As dinâmicas ao nível da valorização do território enquanto destino turístico promovidas pelas organizações participantes no estudo, deixam claro o investimento que nas últimas décadas tem sido alocado a este sector no PIN. Contudo, nos testemunhos que colhemos alguns fatores a limar foram salientados. Vejamos.

Embora se registem incrementos na oferta hoteleira⁸⁰, ainda subsistem limitações na capacidade de alojamento, que carecem de ser resolvidas para que este território se afirme como destino de férias competitivo (à sua escala).

(...) As casas não são só de um proprietário, pertencem a famílias, são de irmãos que não fizeram partilhas, e ninguém aluga nada. Mas se esse investimento fosse feito era uma mais-valia, porque as pessoas ficavam cá mais tempo e deixavam mais dinheiro. O que nos preocupa é que, se os

⁷⁹ http://www.pinhaisdozezere.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=75&Itemid=138

⁸⁰ A este respeito devemos acrescentar que no Pinhal Interior Norte existiam, segundo dados da CCDRC, em 2012 treze estabelecimentos hoteleiros, dos quais 37,5% eram hotéis de 4 ou 5 estrelas. <http://datacentro.ccdrc.pt>

proprietários das casas não se preocupam com esta questão, as casas estão anos e anos sem ninguém acabam por entrar em deterioração. Então porque não fazer uma aposta? Se estão aqui. E há procura. (...) A nível de infraestruturas deveria melhorar-se o alojamento em espaço rural e haver mais oferta (...).

Lousitânea

Também é necessário que a oferta e qualidade do alojamento seja acompanhada pela existência de estabelecimentos onde os visitantes possam degustar a gastronomia local, o que tem demonstrado lacunas na oferta turística local.

Quando falo em restauração é comida típica local. Quem nos visita não quer comer hamburgers nem bitoques, quer saborear aquilo que é local.

Lousitânea

Os estabelecimentos de restauração a criar deverão ter por base a excelente cozinha típica regional (Anexo 2).

Também as limitações ao nível da rede viária, de telecomunicações e de transportes públicos inferem negativamente no turismo:

(...) Nós aqui até estamos relativamente bem servidos, comparativamente com outras aldeias, mas a ligação da Aigra Velha para a Pena continua em terra batida e a maior parte das pessoas que nos visitam chegam à Aigra Velha e voltam para trás (...). É algo que deveria ser resolvido o mais rápido possível porque é uma insuficiência que leva a que quem faz a visita não faça a ligação das quatro aldeias.

Lousitânea

Contudo, nem sempre estas fragilidades são negativas. Alguns públicos procuram-nas:

Estas debilidades são-no por um lado, mas por outro são também vantagens para alguns perfis de públicos. Dou-lhe como exemplo um projeto no nordeste francês onde se promovem dando conta que estão a instalar bloqueadores de sinal, neste território o sinal por vezes bloqueia naturalmente. Portanto, se isto são debilidades para aquilo que é a atuação económica geral, em concreto no setor turístico, por outro também têm algumas vantagens. Há pessoas que querem, de fato, fugir à rotina, fugir ao contacto permanente com a velocidade e com aquilo que são as características do mundo moderno.

ADXTUR

Apesar destas dificuldades, aspetos positivos são revelados pelos participantes.

A crise económica e financeira pode ser, mesmo que indiretamente, favorável para o território, enquanto destino de férias cujos custos implicados são relativamente baixos.

Também se nota, talvez reflexo da crise, uma maior procura, pelos visitantes, das áreas rurais, porque podem ter muito o que conhecer e visitar e poucos gastos.

Lousitânea

Uma procura que é alargada a turistas estrangeiros.

(...) Temos já duas atividades marcadas para o mês que vem onde dois dos grupos são ingleses, e até canadianos já vamos ter. Há uma procura cada vez mais internacional.

Lousitânea

Detém, ainda, virtualidades como destino de férias especializado, por exemplo, para os turistas seniores, desde que se construam infraestruturas e programas turísticos específicos que permitam recebê-los.

Importa a promoção de atividades de lazer destinadas à terceira idade. Aliás, fomentámos um programa (...) trouxemos logo 60 pessoas através do INATEL de Lisboa, para virem cá passar uns dias, e inclusivamente fomos passear com eles a sítios que para nós são banais e eles ficaram deliciados. E através desta experiência tivemos a ideia de fazer pacotes turísticos para a observação de montanha, de pastorícia, dos aromas... para nós é banal e para eles foi fenomenal.

Associação Pinhais do Zêzere

As pessoas gostam muito de vir para cá (...) estão no meio da natureza durante esse tempo, aproveitam as atividades e os eventos e acabam por ter poucos gastos. (...) Ainda bem que se está a apostar na questão do turismo em espaço rural, no turismo de habitação, porque mesmo as pessoas não ficando para sempre vão vindo e deixando dinheiro e isso é importante na gestão do território e das infraestruturas.

Lousitânea

Uma das condições propícias para a atividade turística no PIN é a existência da Entidade Regional de Turismo do Centro de Portugal (TCP), cuja missão é a valorização turística do território, visando o aproveitamento sustentado dos recursos turísticos através da dinamização do setor do turismo e dos seus agentes (TPC.I.P, 2013).

Em jeito de súpula

Partindo da matriz *SWOT*⁸¹ de diagnóstico prospetivo das áreas de baixa densidade (DPP, 2008: 6,7), mas aproximando-a das especificidades do Pinhal Interior Norte, apresentamos as forças e fraquezas internas e as oportunidades e ameaças externas referentes ao PIN.

⁸¹ Strengths Weaknesses Opportunities and Threats

Tabela 10: O Pinhal Interior Norte - Forças, Fraquezas, Oportunidades e Ameaças

| Forças | Fraquezas |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <p>Património histórico, cultural e natural de grande valor;</p> <p>Marcas de referência no turismo da Região Centro;</p> <p>Condições favoráveis para as atividades ligadas ao turismo e ao lazer;</p> <p>Qualidade dos recursos geológicos, hídricos, florestais, ambientais e paisagísticos existentes;</p> <p>Presença de diversos fatores de competitividade para produção agroalimentar e florestal;</p> <p>Potencial para o uso e desenvolvimento das energias renováveis;</p> <p>Presença de pelo menos um agente institucional (o município), com capacidade de iniciativa e de congregação de atores;</p> <p>Existência de Associação de Desenvolvimento Local experientes e de outras organizações que visam a salvaguarda e a valorização do território.</p> | <p>População envelhecida e em declínio;</p> <p>Níveis baixos de qualificação dos recursos humanos;</p> <p>Especialização em sectores tradicionais com dificuldades competitivas, resultantes de modelos de negócio esgotados e das dificuldades de reestruturação e modernização daqueles;</p> <p>Baixa cultura e iniciativa empresarial;</p> <p>Empresas de reduzida dimensão e com funcionamento atomizado;</p> <p>Insuficiência do mercado local;</p> <p>Persistência de algumas insuficiências infraestruturais, equipamentos sociais e serviços de proximidade (problema vem a densificar-se por via dos encerramentos e deslocalização de empresas e serviços);</p> <p>Localização periférica;</p> <p>Deficientes acessibilidades intra-regionais.</p> |
| Oportunidades | Ameaças |
| <p>Valorização das preocupações com a conservação e proteção da natureza;</p> <p>Reconhecimento pela U.E. da importância do meio rural;</p> <p>Investimento e promoção a nível regional de um sistema de apoio ao Empreendedor;</p> <p>Reforço no território de infraestruturas de apoio às atividades económicas ao abrigo de financiamento comunitário;</p> <p>Processo de reorganização dos atores regionais à volta das agências de desenvolvimento regional;</p> <p>Reprodução de intervenções destinadas à qualificação de mão-de-obra;</p> | <p>Declínio demográfico nacional;</p> <p>Dinâmica demográfica de envelhecimento;</p> <p>Crescente mobilidade internacional de recursos humanos qualificados que favorece o <i>brain drain</i>;</p> <p>Deslocalização de empresas e perda de emprego;</p> <p>Incapacidade de proteger os recursos naturais (principalmente a floresta).</p> |

Crescimento da importância do turismo decorrente do aumento da procura mundial de produtos turísticos, culturais, de lazer, agroalimentares e gastronômicos;

Aplicações das novas tecnologias de informação a novos serviços/atividades em meio rural;

Propensão para o retorno às origens de migrantes;

Captação de *novos rurais*.

Adaptado de IESE (2008), Estudo de Avaliação de Impactos das Intervenções do QCA III, com incidência específica nos territórios de Baixa Densidade, na dinamização empresarial, citado DPP, 2008:6, 7).

Após a análise antecedente poderemos confirmar as hipóteses de investigação que nos acompanharam na caracterização e compreensão do Pinhal Interior Norte no domínio do Desenvolvimento Territorial. Este território enquadra-se na tipologia dos territórios de baixa densidade, apresentando as características que os definem (DPP, 2008: 3,4):

- i. Baixa densidade demográfica;
- ii. Escassez de atividades económica e fraca capacidade de atração de investimentos exógenos;
- iii. Dependência de financiamento externo;
- iv. Insuficiente dimensão da maioria dos seus centros urbanos, mesmo os mais importantes;
- v. Número reduzido de entidades com atribuições e competências de proximidade;
- vi. Insuficiente disponibilização de oportunidades de emprego; e,
- vii. Exiguidade dos mercados locais, o que limita as condições de valorização de mercado das respetivas produções.

Ressaltam os aspetos negativos que apresenta, incluindo indicadores que comprometem a sustentabilidade territorial - reduzido número de habitantes, envelhecimento populacional, aumento da população dependente, baixas qualificações, carência económica, taxa de desemprego elevadas, escassez de atividades económicas, debilidades na rede viária, diminuição e insuficiência dos serviços de proximidade -, que se correlacionam num verdadeiro ciclo de causalidade negativa afeto a este perfil territorial (DPP, 2008). Contudo, não é menos verdade que o território apresenta um conjunto de características, já documentadas, positivas e com virtualidades de superação das dificuldades, e que se poderão inscrever na visão: *Pinhal Interior Norte – um local de excelência para viver, para investir e para visitar*.

4.3- Atores institucionais - explorando os contributos para o desenvolvimento territorial

Se a tónica das dificuldades de desenvolvimento se centra na baixa densidade, parece certo que a superação terá de se fazer por um processo de adensamento, concretizável se validado por intensas relações de entreajuda e cooperação, entre diferentes territórios e entre organizações distintas, numa perspetiva multiescalar e multisectorial.

O desenvolvimento do interior alcança-se na medida em que se atingem determinados *limiares de densidade* - densidade socioeconómica, demográfica, cultural, urbana, profissional ou de equipamentos. É através da intensificação das *inter-relações* entre os *territórios* e, dentro de cada território, da intensificação das inter-relações organizativas dos diferentes *atores locais* que se consolida um processo de adensamento do desenvolvimento (Reis, 1997: 1).

Conscientes da importância, que ultrapassa o cariz utilitário, que as instituições/organizações locais detêm para estes territórios, quisemos conhecer e demonstrar as dinâmicas de promoção do desenvolvimento dos atores institucionais participantes em três pontos fulcrais de análise:

- 1) Funções, atividades realizadas e linhas de intervenção futuras, no âmbito do desenvolvimento territorial;
- 2) Cooperação com outros atores institucionais;
- 3) Incentivos à participação e capacitação das populações locais.

No domínio da exploração do Ponto 1, expomos na tabela seguinte alguns dados que nos permitem situar as diferentes organizações participantes e confrontá-las entre si.

Destaca-se a heterogeneidade que as diferentes organizações demonstram face aos indicativos anteriores. Em comum tem apenas o fato de todas elas serem entidades privadas sem fins lucrativos e dependerem, grosso modo, de financiamento externo, nomeadamente ao abrigo dos Fundos Comunitários afetos às suas áreas de intervenção.

Tabela 11: Organizações Locais Participantes – Ano de Constituição, Enquadramento, Estatuto e Abrangência.

| | Ano de Constituição | Enquadramento | Estatuto | Abrangência |
|---------------------------------------------|------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------|
| ADIP | 1996 | LEADER | IPSS ADL | Concelho de Poiares |
| ADXTUR | 2007 | Programa Aldeias do Xisto (AIBT- PI), Medida II.6 FEDER | Entidade privada sem fins lucrativos | Região do Pinhal Interior |
| Associação Pinhais do Zêzere | 1994 | LEADER | ADL | Castanheira de Pêra, Figueiró dos Vinhos, Pampilhosa da Serra e Pedrogão Grande |
| Lousitânea | 2003 | Associativismo Informal de base local no âmbito da proteção da natureza e do património, apoiado por financiamentos comunitários/ nacional e locais. Marcas <i>Serra da Lousã</i> e <i>Aldeias do Xisto</i> . | Entidade privada sem fins lucrativos | Todos os concelhos inseridos na Serra da Lousã. |
| BLC3 | 2011 | Valorização e financiamento (comunitário/ nacional) do desenvolvimento de tecnologias competitivas e iniciativas empresariais (I&D). | Entidade privada sem fins lucrativos | Arganil, Góis, Oliveira do Hospital e Tábua |

A Associação de Desenvolvimento Integrado de Poiares e a Associação para o Desenvolvimento Pinhais do Zêzere enquadram-se, enquanto Associações de Desenvolvimento Local, no âmbito do Programa de Iniciativa Comunitária: Ligação Entre Ações de Desenvolvimento da Economia Rural” (PIC LEADER), que desenvolvemos anteriormente (Capítulo 2.1.5).

A Lousitânea – Liga de Amigos da Serra da Lousã insere-se num enquadramento diferente: nasce informalmente no seio de um grupo de amigos que tinham interesse em dinamizar a Serra da Lousã, e aos quais não seriam alheias as preocupações ambientais que surgidas após 1970 se vêm a adensar no quadro mundial e também em Portugal,

especialmente desde 2000, com a implementação da Agenda 21 Local. Ao mesmo tempo poderá inserir-se no âmbito da *nova cultura rural* emergente (Covas e Covas, 2008), que se manifesta, por exemplo, através das novas procuras e nichos de mercado; do incremento da consciência ambiental; do aumento da relevância atribuída aos tempos de lazer e da valorização do sector do turismo favorecendo a descoberta de territórios e suas amenidades. Tem nas marcas territoriais – Serra da Lousã e Aldeias do Xisto as matrizes da sua intervenção.

A BLC3, por sua vez, compreendendo um contexto temporalmente mais próximo da atualidade, é uma organização que apresenta as novas dinâmicas e necessidades de uma sociedade do Séc. XXI globalizada e que vê os fatores *conhecimento, tecnologia e inovação* e a relação entre eles como garante de competitividade territorial. É um centro tecnológico de inovação e investigação aplicada e incubadora de ideias e empresas. Contudo, ao contrário de outros que ao abrigo de políticas públicas setoriais e outros tipos de financiamento, foram criados artificialmente com custos elevados e poucos benefícios e que não obtiveram êxito devido aos escassos vínculos com a região em que se localizaram (Mafra & Silva, 2004), a BLC3 está intrinsecamente relacionada com o terreno, parte dele, fundamenta-se nele (BLC3). Pode residir neste fato o fator primordial de diferenciação que a BLC3, com dois anos de existência formal, revela. Nos excertos seguintes demonstramos a dinâmica distintiva da organização. Atentemos.

A BLC3 tem funcionamento (...) como entidade há dois anos e teve de se fazer muita coisa – formar os jovens - os jovens desempregados não tinham formação neste tipo de área (...); depois conseguir projetos, aprovar projetos, gerir projetos, unir as pessoas e as entidades, ganhar credibilidade, criar imagem, criar marketing. Foram dois anos a fazer isto. (...)

Os resultados obtidos estarão certamente relacionados com as características da organização, como afirmam os responsáveis.

(...) outras [empresas] procuram-nos pela nossa capacidade de resposta. Primeiro é fácil marcar reunião connosco e falar connosco. Acham sempre difícil quando vão às Universidades falar em projetos técnicos, é o tempo para marcar uma reunião, o tempo para depois pensar no projeto, depois o tempo para fazer o orçamento, e o tempo para ir para frente. Aqui eliminamos muito [desse tempo]. Criámos uma estrutura dinâmica. O tipo de estrutura da BLC3 é muito dinâmica e de fácil resolução. Fizemos uma alteração nos estatutos, e tentámos explicar aos associados – universidades - que muito do que fizemos foi simplificar as burocracias, porque estas têm de ser entidades dinâmicas, práticas e com capacidade de resolução a curto prazo.

O dinamismo, a capacidade de resposta prática, de decisão em tempo útil aliados ao conhecimento técnico e empresarial dos responsáveis são os outros fatores que diferenciam positivamente a BLC3. A este respeito, salientamos esta afirmação, que merece atenção:

Costumo dizer que existem duas velocidades: existe a velocidade de desenvolvimento de mercado normal (e quando falo de mercado é em sentido lato, portanto, tudo o que nos rodeia), e temos a nossa própria velocidade. Se a nossa velocidade for superior à de mercado conseguimos ser diferenciadores e andar à frente. O problema é que a burocracia e a cultura que temos em Portugal criam uma série de procedimentos que nos retiram esta velocidade.

Mas nem a conjuntura negativa abalou os intentos do grupo de trabalho:

(...) Temos a noção que começámos o projeto na pior altura nacional: no final de fundos comunitários (é extremamente difícil quando se tem projetos novos como é que se arranja

financiamento para esses projetos); em que as empresas não querem investir, a Banca está numa situação muito má (...). Mesmo começando na pior altura para encetar uma estrutura destas os resultados foram extremamente positivos e interessantes, agora exige grande esforço pessoal e motivação (...).

Por fim, a ADXTUR tem como objeto promover o desenvolvimento turístico da Rede Aldeias do Xisto, como já explicado anteriormente.

Em súpula, ressalta que a criação das diferentes organizações apresentadas responde a necessidades diferenciadas quer internas, quer externas ao território, aproveitando as janelas de oportunidades que as candidaturas a projetos financiados pela Comunidade Europeia geram. A dissemelhança ao nível do enquadramento da origem – informalidade vs. formalidade, política pública de âmbito nacional ou de âmbito comunitário, âmbitos de demarcado interesse evolutivos (a recuperação do património, o turismo, o ambiente, I&D, etc.) e o ano de constituição – que acontecerá com outras organizações no terreno, é um aspeto interessante de análise e profícuo para o desenvolvimento territorial.

Por outro lado, verificamos que as áreas de intervenção das organizações têm também domínios bastante diversificados – do município, à junção de vários municípios limítrofes, a toda a região PIN e até a outros locais exteriores a esta sub-região.

Em seguimento do exposto, na tabela seguinte, debruçamo-nos sobre os campos de ação atuais e futuros.

Tabela 12: Organizações Locais Participantes – Âmbitos de Intervenção e Linhas de Intervenção Futuras.

| | Principais Âmbitos de Intervenção | Linhas de Intervenção Futura |
|-------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| ADIP | Ação Social ⁸² ; Formação/Educação; Promoção da Cultura Local. | Apresentadas candidaturas para intervenções no âmbito da ação social; Formação dirigida para empresas. |
| ADXTUR | Desenvolvimento turístico da Rede das Aldeias do Xisto; Promover o desenvolvimento regional. | Produzir vantagem económica a partir dos recursos do território, preservando-os; integrar no Programa um número maior de agentes e a internacionalização do projeto. |
| Associação Pinhais do Zêzere | Divulgação e Promoção Turística; Formação/ Educação; Promoção do Empreendedorismo e de negócios. | Alcançar a autossustentabilidade e investir em áreas ainda inexploradas e com grande potencial como a floresta. |
| Lousitânea | Proteção do Ambiente e Educação ambiental; Recuperação e Preservação da Cultura Local; Promoção Turística da Serra da Lousã e Aldeias de Xisto de Góis; “ <i>Fazemos um trabalho de desenvolvimento local</i> ” (Lousitânea) | Manter as parcerias, as linhas de financiamento e a equipa atuais; alargar a oferta de serviços; aumentar a procura dos serviços da organização e ampliar a atuação a outros concelhos . |

⁸² O Departamento de Ação Social, da ADIP, encarrega-se especialmente da Área da Infância e Juventude disponibilizando os serviços de Creche, Jardim de Infância, Centro Atividade Tempos Livres e Colónia de Férias, para crianças com idades compreendidas entre os 4 meses e os 15 anos de idade e Área Sénior com as valências de Centros de Dia, Centro de Convívio, Lar de Idosos, Serviço de Apoio Domiciliário, Cantina Social e Colónia de Férias, que abrangem adultos e idosos com idades a partir dos 50 anos de idade.

| | | |
|-------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| BLC3 | Desenvolvimento das Biorrefinarias (2. ^a e 3. ^a Geração) e da Bioeconomia e Smart Regions; Promoção do Desenvolvimento do Território. | Manter as linhas de ação de investigação e desenvolvimento tecnológico e do território e construir um <i>bom lobby internacional</i> na área das biorrefinarias, dos bioprodutos e bioindústria. |
|-------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|

Apesar dos seus diferentes serviços, todas estas organizações atuam diretamente no desenvolvimento do território - este é a principal função que assumem. Fazem-no de modo diverso, como já vimos anteriormente, mas dedicando-se a áreas de extrema importância, como a promoção do empreendedorismo e da formação, a preservação ambiental, patrimonial e cultural, o desenvolvimento turístico da região, o crescimento económico com base em I&D + I e a ação social.

As linhas de ação a desenvolver no futuro, mencionadas pelos participantes, não deixam mais uma vez de espelhar a heterogeneidade das organizações participantes, mas podemos integrá-las nos seguintes grandes intentos: manter as condições atuais (equipa, parcerias, projetos e financiamentos) e procurar aumentar a escala das intervenções (ampliar o público-alvo e o número de parceiros intervenientes; internacionalizar os projetos; abranger domínios inexplorados e com potencial, aumentar as áreas (físicas) de intervenção e procurar a autossustentabilidade).

Na análise ao território é significativa a existência (ou inexistência) de união que os agentes territoriais conseguem efetivar em torno de objetivos comuns e de um trabalho baseado em relações de parceria e proximidade. O que verificamos, em resultado do nosso trabalho prático, é que todos os atores institucionais aqui representados assumem basear a sua ação numa intensa rede de interajuda, entre organizações, de características multissectoriais e até multiescalar, incluindo organizações extra território, e em alguns casos entidades internacionais.

Veja-se a respeito, o caso da ADIP:

O trabalho desenvolvido, sendo de forte incidência comunitária, decorre em constante articulação com parcerias (formais e informais), nomeadamente com o Município, Juntas de Freguesia e Tecido Empresarial cujo objetivo é maximizar/potenciar os recursos existentes a nível local.

O nosso trabalho associativo desenvolve-se sempre em perspetiva de Parceria. Assim, no processo de constituição da ADIP apostou-se desde logo, num conjunto de associados que representam serviços e instituições potenciadoras de uma rede de parcerias locais e regionais. É por isso que esta Associação integra as autarquias, os estabelecimentos de ensino da rede pública e privada, para além das coletividades e empresas de referência.

A ADIP estabelece, ainda, colaboração com as instituições que pertencem à Rede Social do Concelho de Vila Nova de Poiares, sendo membro do CLAS – Conselho Local de Ação Social do Concelho de Vila Nova de Poiares.

A eficácia da nossa intervenção integrada depende fortemente de uma Rede Social coesa e partilhada, à qual pertencemos, para que a distribuição e prestação de bens e serviços possa ser regular, sistemática e focalizada.

Também na base da atuação da Lousitânea estão as parcerias que consegue efetivar com outras entidades, essenciais à prossecução das suas atividades. Destacaram-se neste domínio a parceria com a CIMPIN, com a ADXTUR no âmbito da Aldeias de Xisto e

outras entidades especialmente no Concelho de Góis (ibidem). Contudo, o maior parceiro da organização é a Câmara Municipal de Góis, seguida das Juntas de Freguesia locais.

O nosso maior parceiro é o Município de Góis que também colabora connosco na criação de atividade e na gestão de todo este processo, que não é fácil, e que deixa ao nosso cuidado a dinamização das quatro aldeias. Quando avançou este projeto da Rede das Aldeias do Xisto, com a recuperação das aldeias, houve uma participação financeira também por parte dos municípios, entre outras entidades. Acreditamos que tendo havido essa aposta e (...) não estar aqui ninguém a criar programas e a fazer gestão [do projeto] acabava por ser uma aposta em vão. O que é que interessa termos casas recuperadas no exterior e termos estradas boas se as pessoas chegam cá e não tem nada para ver, não sabem a história, não sabem o que fazer? Foi uma aposta por parte do município estarmos aqui, mas também retribuimos com o produto final desejado.

Estas redes de colaboração são essenciais enquanto recurso territorial para a sustentabilidade e desenvolvimento, sendo fulcrais como potenciais elos de ligação a outras entidades externas.

(...) Não temos qualquer dúvida: o futuro deste território depende da capacidade dos agentes – quem vive, quem trabalha, quem tem alguma atuação nestes territórios – de cooperarem, acordarem desafios conjuntos e de procurarem juntar aquilo que é a sua capacidade de ação com novas energias, novos conhecimentos e competências que, por vezes, não estão nestes territórios, estão noutros locais e estabelecer estas ligações é fundamental. (...) Neste território é um pouco mais fácil juntar os intervenientes, há uma consciência de que juntos conseguimos fazer valer qualquer coisa, isto também é relevante e também é mobilizador das energias e dos recursos. **ADXTUR**

Algumas destas entidades externas de enorme importância para o Desenvolvimento Territorial são as Universidades e as Organizações de I&D. Os atores institucionais que colaboraram neste estudo mantêm com algumas destas entidades relações de proximidade e de parceria, reconhecendo a *mais-valia* destas interligações (Associação Pinhais do Zêzere, ADXTUR, BLC3 e Lousitânea).

(...) Temos ainda protocolos assinados com várias Universidades e outros estabelecimentos de ensino. A Lousitânea recebe ao longo de todo o ano estágios na área do turismo, área ambiental e de animação, que acabam por ser uma mais-valia para nós. Os alunos vêm aprender (...), mas trazem coisas novas e acaba por ser uma troca de experiências.(...) **Lousitânea**

A união de esforços é também necessária para ultrapassar alguns dos constrangimentos que se impõe às organizações locais – carência de financiamento, inelegibilidade para candidaturas a Fundos, ausência de condições físicas, logísticas e de recursos humanos facilitadoras da intervenção, especialmente tendo em conta que este território é bastante disperso e que estas organizações estão, em norma, dependentes de financiamento externo.

(...) Alguns não se candidatam a determinados programas comunitários, porque não podem, mas através das parcerias que têm connosco fazemos esse trabalho para eles, e é feito de forma desinteressada, só para que possam aceder (...) nós funcionamos um pouco como o toca e foge (...). É uma ideia errada pensar que não existe esse tipo de cumplicidade entre as instituições.

Associação Pinhais do Zêzere

A reciprocidade, solidariedade, proximidade, cooperação e confiança são, segundo os dados recolhidos, determinantes na base das relações interinstitucionais.

Há parcerias estabelecidas entre várias instituições e que funcionam. Há uma grande cordialidade entre técnicos das várias instituições, entre técnicos dos vários municípios e fora mesmo do

território. Vamos para Alvaiázere, Penela, Ansião, Góis e há cordialidade. Há grande capacidade de colaborar, participar e fazer. (...)

(...) Muitas instituições precisam da Pinhais do Zêzere, muitas, mas a Pinhais do Zêzere também precisa de muitas delas. Há uma reciprocidade entre todas, que não é interesse, é colaboração entre as partes, e flui. (...)

(...) Existe colaboração mesmo muito estreita. (...) Estamos interessados em fazer um trabalho que seja relevante, de âmbito social, económico, em relação à terceira idade, cultural, etc. E existe necessidade de estarmos em relação. Neste território ninguém pode viver isoladamente.

Associação Pinhais do Zêzere

A responsável pela Lousitânea acredita que sem a rede de parcerias que a organização possui a realização de algumas atividades, por falta de financiamento e logística, ficaria comprometida (ibidem) e dá vários exemplos, um dos quais ilustra os valores acima referidos: quando recebem os grupos etnográficos no domínio de programas de animação específicos (da castanha, do milho, etc.), ao invés de fazerem um pagamento do serviço (mais difícil devido ao financiamento limitado da organização) irão colaborar na organização de eventos promovidos por esses grupos no futuro, colmatando a necessidade demonstrada por aqueles a esse nível (ibidem).

Importa perceber, ainda, para além das relações entre organizações, as relações entre estas e as populações locais.

As populações locais são reconhecidas por todos os intervenientes como parceiros-chave na prossecução da promoção e sustentabilidade do território. Contudo, é evidenciado que a adesão a alguns projetos de intervenção, bem como a compreensão da finalidade das organizações e o estabelecimento de confiança entre as partes é um processo que se vai construindo no dia-a-dia no terreno e que está muito dependente dos resultados demonstrados e do respeito revelado pelos habitantes locais e seu modo de vida.

Vamos agora na 8.^a Montra Gastronómica (...) Foi um caminho muito lento porque as pessoas não têm muita abertura a estes novos conceitos (...) e quando vão percebendo no fim de 5/6 anos que afinal é capaz de haver algum proveito nisso então começam a aderir mais.

Associação Pinhais do Zêzere

(...) Não é um trabalho que se faça de um dia para o outro, é um trabalho de muitos dias, muitos meses ... hoje podemos dizer que somos uma família. E isso é muito importante, muito difícil de conquistar e temos de ter muito cuidado também com as ações que promovemos, porque qualquer coisa pode deitar tudo a perder. Estamos a falar de uma população envelhecida, uma população que vivia nestas aldeias onde praticamente ninguém aparecia, estavam isolados de tudo. E hoje em dia (...) durante o verão passam aqui 50, 60 ou 100 pessoas por dia (...)

Lousitânea

Aliás, o aspeto diferenciador da Lousitânea e que muito enriquece o projeto da organização é a forte ligação que estabelece com os habitantes locais e o respeito que lhes dedicam e que fica demonstrado na sua abordagem. Os habitantes das aldeias têm uma ligação com a organização, como nos disse a participante – São (habitantes e técnicos) uma família. A consolidação desta relação é um processo moroso, que exige acompanhamento diário, proximidade, entajuda e confiança.

(...) [O trabalho de promoção do desenvolvimento] só é possível se conseguirmos estar com as pessoas, de outra forma sem eles não se faz nada.

[Queremos] que eles sintam que são precisos e que reconhecemos o seu valor. Se queremos o apoio deles e que eles participem é porque isso é necessário e não se pode perder.

Não são colocados de parte, são incluídos (...) muitas das atividades são realizadas conjuntamente com os habitantes locais, eles fazem parte da nossa equipa de trabalho para receber os nossos visitantes.

(...) É neste âmbito que queremos continuar a trabalhar: trabalhar com a população local, para a população mas com a população e temos de o fazer enquanto eles cá estão.

(...) Funcionamos aqui como uma família (...). Temos feito o possível para ao nível da população das quatro aldeias aumentarmos a sua autoestima e para que eles vejam que são capazes.

E deixa uma questão em aberto:

(...) Mas e nas outras aldeias onde não existe Lousitânea ou outra associação? Acredito que seja muito difícil e que esse trabalho não esteja a ser feito.

Lousitânea

Podemos verificar que apesar da incidência territorial e das preocupações transversais com o desenvolvimento, as organizações representadas são heterógenas em funções, âmbitos de ação, linhas de intervenção futuras e demais posicionamentos. Contudo, privilegiam na ação o trabalho em redes de colaboração e alicerçado em parcerias que lhes permitem superar os constrangimentos, que as limitações de recursos, de contexto e outras, trazem à intervenção. Estão ainda sensibilizadas e conscientes da importância de incluir as populações nas ações que colocam em prática. A este respeito evidencia-se que a visão das populações como meras destinatárias da ação foi substituída, na maior parte dos casos, por uma visão daquelas como agentes ativos do seu próprio desenvolvimento.

Estas organizações estão no terreno e dão o seu melhor (Lousitânea) para o desenvolvimento integrado e sustentável do PIN. Apesar dos constrangimentos respondem às necessidades locais e algumas das suas ações encontram ressonâncias inesperadas num plano supralocal e mesmo internacional.

Sabemos que o que fazemos aqui no local não tem um impacto mundial. Não tem hoje, mas talvez se o continuarmos a fazer poderá ter esse impacto: ser feito aqui nesta aldeia mas expandir-se para o global (...) há pessoas de outros países que nunca imaginávamos que nos contactassem. Recebemos há cerca de 3 meses um contacto de um Museu em França no âmbito da sua inauguração, que ocorrerá no próximo ano. O Museu terá como temática o carnaval, então andavam a fazer uma recolha de tradições de carnaval pelo mundo. Como é que chegaram à Aigra Nova e ao entrudo da Aigra Nova? É porque se calhar estamos a fazer o entrudo nesta aldeiazinha mas já está a ter repercussões.

Lousitânea

4.4 - Estarão as políticas públicas a responder às necessidades do território? Uma discussão a partir dos discursos dos atores institucionais.

O desenvolvimento territorial relaciona-se com as progressivas transformações que ocorrem nos territórios quer sejam positivas ou negativas, inerentes a forças internas ou externas. Visa a promoção da sustentabilidade territorial, enquanto conceito integrador do desenvolvimento económico, coesão social e preocupações ambientais, vértices essenciais para a *sobrevivência* futura dos territórios. É, ainda, o objetivo primordial das políticas públicas de desenvolvimento, exigindo uma elevada coerência na conceção e implementação dessas políticas (CEMAT, 2011). No domínio do enquadramento atual, marcado quer pela crise económica, como por acentuados desequilíbrios regionais, é prioridade promover o desenvolvimento dos territórios, de modo integrado e sustentável. Deste modo, no âmbito das políticas de desenvolvimento territorial é necessário reduzir as disparidades regionais, apoiar o desenvolvimento policêntrico equilibrado, revitalizar regiões em declínio demográfico, aumentar a eficiência das redes de transporte, prevenir e reduzir danos provocados por riscos naturais, proteger e melhorar o meio ambiente, apoiar práticas agrícolas e florestais sustentáveis, promover o equilíbrio entre a preservação do património cultural existente, a atração de novos investimentos e o apoio às comunidades residentes e trabalhadoras nas regiões e aumentar a participação generalizada nos processos de desenvolvimento territorial (CEMAT, 2011).

Mas, estarão as políticas a responder às necessidades dos territórios e dos seus habitantes? Estarão as políticas a responder ao que deve ser o seu principal objetivo - diminuir o desequilíbrio entre regiões e/ou promover a coesão territorial? Os conceitos disseminados de territorialização das políticas, governança territorial e projeto de território encontram aplicabilidade na prática? Partimos destas questões para através dos discursos dos atores institucionais participantes discutirmos a concordância entre a política atual e o território.

Fizemo-lo à luz de três premissas orientadoras:

- i. Relação entre os atores institucionais e o Poder Central, Regional e Local;
- ii. Papel dos atores institucionais na construção das políticas com ressonância territorial;
- iii. Adequação das políticas às necessidades, de desenvolvimento e sustentabilidade, territoriais.

A relação entre os atores institucionais e o Poderes Públicos assume características diferentes consoante o Poder Público a que nos referimos.

Facto é que todas estas organizações encontram no poder local um parceiro essencial na prossecução dos seus objetivos, demonstrando a singular importância que este assume para os territórios, especialmente os de baixa densidade. A relação baseia-se na colaboração, cooperação e proximidade.

[Um relacionamento] íntimo e próximo, constante e permanente com as autarquias locais, juntas de freguesia, municípios que fazem parte da rede (...) A estratégia de cada um destes Municípios, naquilo que se reporta a uma abordagem territorial mais macro, está sempre articulada com aquilo que é ação da ADXTUR.

ADXTUR

Ao nível do poder local, podemos referir que desde a constituição da entidade até aos dias de hoje o Município de Vila Nova de Poiares têm sido um parceiro fulcral no desenvolvimento da atividade da ADIP, tendo igualmente sido uma base de apoio logístico e financeiro.

ADIP

[Com a administração] local [a relação] é cordial, já foi até menos cordial, agora é muito cordial. (...) É de parceria, não há subordinação. Há uma colaboração muito estreita (...). Portanto, existe uma cordialidade muito grande entre as estruturas da direção, que neste caso são os municípios, com a Pinhais do Zêzere, horizontalmente.

Associação Pinhais do Zêzere

Já com o Poder Central a maioria das organizações manifesta uma relação incipiente.

A relação com a administração pública central é residual, e consiste essencialmente no apoio financeiro em projetos a que nos candidatamos.

ADIP

A ADXTUR é a exceção mantendo uma relação mais próxima com a Administração Central.

Com a administração central também temos uma relação privilegiada em alguns aspetos. Somos convidados inúmeras vezes para apresentar o nosso modelo, o nosso caso prático, e com isto trazer um suporte àquilo que é a análise das circunstâncias e até da capacidade operacional em termos de implementação das políticas públicas.

ADXTUR

No extremo oposto, os representantes da BLC3 denunciam alguns entraves na relação colocados pelo Poder Central. A citação seguinte esclarece-o.

A BLC3 tem uma série de condicionantes paralelas, de vontades e de motivação que fazem o projeto BLC3 ser diferente. Não é fácil replicar este tipo de projeto e é preciso ter pessoas, é preciso ter ideias, é preciso ter projetos, é preciso levar esses projetos a ultrapassarem as Barreiras de Lisboa. O que chamamos de Barreiras de Lisboa ... estes projetos são olhados sempre com desconfiança, nós perdemos 80% das reuniões a explicar e justificar a BLC3 aqui nesta região e depois 20% a explicar os projetos. Eles nos projetos nunca têm problemas, a questão deles é onde está a BLC3. (...) Isso nós notamos muito e até na revisão dos projetos nunca colocam questões técnicas, colocam sempre questões burocráticas. Na maior parte dos projetos na revisão que submetemos a financiamento é isto que identificamos. (...)

Chamamos Lisboa porque é sempre o que é central. Há sempre muitos anticorpos, resistências.

Quando chegamos [a reunir com o poder central] e dizemos que somos de Oliveira do Hospital é uma tragédia logo, então se dissermos que somos de Oliveira do Hospital e temos aqui um centro de investigação, ainda mais...

Quando nos apresentamos como sendo do interior, então, as dificuldades aumentam brutalmente.

BLC3

Finalmente, com a administração regional,

Ao nível da administração regional a ADXTUR tem relações de proximidade muito consolidadas com a CCDRC nas suas várias competências, desde o nível de construção de política para o próximo Quadro Comunitário, numa relação de parceria.

ADXTUR

Também a representante da Lousitânea refere que, proporcionado pelas redes de cooperação interinstitucionais, mantém relações próximas com a CCDRC, discutindo nas

reuniões de parceiros diretamente com os responsáveis por aquele órgão questões relativas ao território e seu âmbito de atuação.

Sempre que achamos que as coisas estão menos bem fazemos chegar essa informação. (...) Ao nível da CCDR ou tudo o que está ligado ao Turismo do Centro nós conhecemos as pessoas ligadas à direção e muitas vezes estas questões até são expostas diretamente, nomeadamente quando temos reuniões de parceiros (...) As coisas são discutidas e fazemos chegar as informações assim, e via email também. (...) Somos ouvidos.

Lousitânea

Estes quesitos levam-nos até ao campo das políticas públicas e do papel dos atores institucionais na construção dessas políticas. Como estão no terreno, conhecem as dificuldades e as potencialidades locais, bem como a dinâmica dos territórios de pertença, importa, numa perspetiva de se validarem melhores políticas – mais adequadas às necessidades e por isso mais propícias a obterem mais eficientemente os resultados a que se propõem -, que as organizações locais tenham capacidade de influenciar as políticas públicas com incidência territorial e participem ativamente na sua construção, implementação e avaliação. Vejamos.

A ADXTUR demarca-se das restantes,

No território, somos um interface privilegiado para aquilo que é quer a definição, quer a implementação, quer avaliação dos resultados dos instrumentos de política pública para este território. (...) Portanto, grosso modo, a nossa relação prende-se com (...) articulação com as autoridades nacionais e regionais ao nível da definição de política, mas também de acompanhamento, avaliação e do feedback no fundo à operacionalização das políticas.

ADXTUR

Contudo, as organizações participantes demonstram que a capacidade de influência que detêm sobre as políticas existe, mas essencialmente ao nível das estruturas locais onde se inserem (Rede Social, CLE, CIMPIN).

A ADIP, enquanto Associação de Desenvolvimento Local e IPSS, tem ao longo dos anos feito parte de diversos projetos concelhios, sendo membro do CLAS – Conselho Local de Ação Social e do CLE – Conselho Local de Educação, tendo deste modo dado o seu contributo para as políticas públicas ao nível do concelho.

ADIP

Sempre que se faz algum plano estratégico para qualquer um dos municípios, (...) na CIMPIN, a Pinhais do Zêzere está lá presente, a dar as suas opiniões. Temos insistido por exemplo na necessidade de existirem parques empresariais e centro de negócios nos territórios (e estamos a trabalhar neles) e nesses centros de negócios terem protocolos de cooperação entre investigação e desenvolvimento, entre universidades (...) Temos proposto a promoção da revitalização dos centros históricos e do comércio tradicional (...) temos sempre participado dando opiniões na criação dos planos estratégicos e todos nos escutam. Não só a este nível como também a nível social.

Associação Pinhais do Zêzere

Quanto à adequação das políticas públicas com as necessidades do território a perceção da maioria das organizações participantes é que ainda não existe uma convergência que potencie o desenvolvimento e a sustentabilidade desejados.

Face à crise económica que o país atravessa e à escassez de verbas, consideramos que as políticas públicas não estão a responder às reais necessidades de desenvolvimento do território, ainda que reconheçamos que existem algumas medidas positivas que têm colmatado alguns problemas, nomeadamente ao nível da ação social. Nos últimos tempos as medidas têm sido mais nacionais que territoriais, o que agrava as assimetrias das regiões do interior, nomeadamente do Pinhal Interior Norte, onde nos inserimos.

ADIP

(...) se nós olharmos para o que há atualmente não há nada. Fala-se muito em valorizar o território, fala-se muito no interior, mas não há projetos concretos (...).

BLC3

No entendimento do representante da Associação Pinhais do Zêzere existe adequação entre as políticas públicas e as necessidades de desenvolvimento do território, mas não deixa contudo de destacar que falta financiamento (ibidem) e que algumas decisões políticas não favorecem o Interior Rural, podendo mesmo constituírem-se como entraves ao desenvolvimento desejado.

Há um grande esforço de quem pode dirigir os destinos deste território em aplicar essas ações. O que falta é o financiamento, em alguns casos.

Há uma A13 aqui. E uma autoestrada quando se faz aqui e muito bem, não é para ter portagens (...) existem alternativas, mas esta é a mais veloz, chega mais depressa (às cidades). Nesta altura o que necessitávamos é que se desloquem depressa os serviços e os produtos para o litoral e que os mesmos do litoral também se desloquem rapidamente para cá, para criar as empresas aqui nestes sítios.(...)

Não sentimos a crise de ideias e de iniciativa, pelo contrário. Está a haver é uma crise de condições para gerir todas elas, e depois há questões que tem haver não só com financiamento mas também com políticas propícias, programas disponíveis para podermos incrementar no território(...) Por sermos interior há uma luta constante.(...)

Associação Pinhais do Zêzere

Em relação à temática a representante da Lousitânea faz notar que muitas das políticas não têm trazido vantagens para o território e algumas têm mesmo prejudicado os habitantes locais. Aponta o problema para a falta de concordância entre as políticas públicas e as reais necessidades do Território: é necessário ir ao local. Falta terreno aos burocratas do poder central. Falta adequar os discursos aos ouvintes, falta perceber o território para depois criar medidas que respondam com efetividade aos problemas sentidos *in loco*.

(...) Ou não se consegue chegar a informação à população, a esta população deste território (até pode chegar à população de Coimbra, à população de Lisboa), mas talvez porque com esta população tem de se ter outro tipo de atitude, outro tipo de linguagem, e por isso, talvez, as coisas não saíam do papel e quando saem não tem aquela abrangência que nos permita dizer “esta ação foi colocada em prática”.

(...) Por vezes [as ações/políticas] não vão ao encontro das necessidades. Até podemos fazer uma análise SWOT do território, e verificamos uma necessidade, mas se formos lá fora falar com o S.º Manuel ele pode dizer-nos isso não é necessidade nenhuma. Interessa é a palavra dele. Estão a ser feitas ações, mas provavelmente deveria existir uma forma diferente de “chegar” junto das populações.

Lousitânea

Algumas decisões políticas têm prejudicado o interior do país e demonstram a compreensão e/ ou conhecimento diminutos da realidade vivida por estes territórios, tomemos como exemplo a reorganização das freguesias.

Esta questão das Juntas de Freguesia e da extinção de algumas Juntas. Até podemos pensar “Aquele junta ali tem poucas pessoas, vamos deslocá-la para a aldeia vizinha”, mas aqui a aldeia vizinha é capaz de ficar a 50 km e depois as pessoas que vivem ali na aldeia são capazes de não ter um meio para se deslocarem à aldeia que eles chamam de aldeia vizinha.

Lousitânea

O hiato entre litoral e interior, que julgávamos já ultrapassado, continua a existir.

Repare, eu digo que a Alemanha tinha um problema cultural e um problema económico e de desenvolvimento, tinha o Muro de Berlim, mas era uma estrutura física. Foi fácil deitá-la a baixo e unir as partes. Em Portugal temos uma estrutura invisível que separa o interior do litoral e em que na prática cada vez mais se está a criar políticas de desertificação do interior e não do seu desenvolvimento, nem de valorização dos recursos.

BLC3

As medidas aplicadas (*note-se que não têm relação com o Governo que está*⁸³) que deveriam sanar as assimetrias regionais, parecem antes estar a consolidá-las. De facto, as desigualdades entre territórios são cada vez mais densas. Uma visita ao terreno é elucidativa.

Repare Portugal já é pequeno, e nós ainda estamos a torná-lo mais pequeno, porque não estamos a valorizar os territórios. E parece que só estamos a fixar a atenção no litoral e nas grandes cidades. E isso ainda nos vai fazer mais pequenos do que somos. E nós sabemos que para sermos competitivos à escala global temos que ter dimensão. Sem dimensão não há possibilidades.

BLC3

(...) Nós aqui do Pinhal Interior constatamos que na Região de Leiria o horizonte e a velocidade são outros. Há recetividade, absolutamente...mas nós temos consciência e noção que a velocidade é outra. Não porque o litoral tenha mais competências que o interior, mas tem condições propícias.

Associação Pinhais do Zêzere

A este respeito, Fernandes (2009: 193) esclarece: “Temos um poder político que, convencido de que é democrático, vai-se distanciando cada vez mais do povo, sem encontrar formas de atender aos problemas imensos com que as populações se confrontam, parecendo posicionar-se mesmo, por vezes, contra elas”. O mal-estar vivido, na atualidade, é manifesto na contestação social que prolifera e que demonstra o desagrado (e o desespero) de milhares de pessoas que não concordam com as medidas tomadas pelos Governos e que prejudicam o interior, e dos quais encontramos ecos na Comunicação Social. Como acrescenta Estanque (2006: 5):

A crise de contratualização, que está em curso nas democracias modernas no quadro da globalização neoliberal, consiste na aparência de compromissos, através de condições impostas ao parceiro mais fraco do contrato (Santos, 2006: 304). Daí o desmantelamento do contrato social e o crescimento desregulado das subclasses e dos sectores excluídos, que se traduzem no enfraquecimento da democracia representativa e na dificuldade de pôr em prática a sua variante participativa.

Como resolvê-lo? Lopes (2002: 21) denota a importância do *princípio da subsidiariedade e a assunção sem reservas da relevância da dimensão espacial nas políticas económicas e, mais globalmente, nas políticas de desenvolvimento*. O “novo” modelo de ação pública assente na territorialização das políticas deverá ser efetivado para além do uso discursivo e tendo em conta a realidade espacial específica dos locais, ultrapassando, em definitivo, o centralismo do Estado. Os dados recolhidos confirmam a urgência em aproximar-se (o mais possível) os centros de decisão dos contextos de vida dos cidadãos e dos territórios, através do reconhecimento efetivo do princípio da subsidiariedade e da governança territorial, enquanto processo que visa a promoção de uma maior coordenação nas políticas e a cooperação e corresponsabilização entre atores a partir de uma visão territorial partilhada, a que chamamos projeto de território. A coesão territorial poderá ser concretizada a partir daqui.

⁸³ Associação Pinhais do Zêzere, entrevista.

A preocupação com os desequilíbrios regionais e com os problemas de desenvolvimento do interior têm décadas, existem políticas de desenvolvimento, os instrumentos de política são aplicados, há financiamento que lhe é acoplado, há instituições com diferentes escalas e sectores com a finalidade de o promoverem, há conhecimento produzido. Então porque não chega o desenvolvimento aos territórios do interior? Será que as dificuldades advêm do modelo selecionado para a promoção do desenvolvimento? Será que o foco de intervenção, que enfatiza o turismo como a (única) saída para estes territórios, não estará a comprometer a sustentabilidade territorial? Será o turismo capaz de impulsionar a vinda de novos moradores? Este modelo não tem por trás uma disposição urbanocêntrica sobre o rural? Será incompatível a promoção do desenvolvimento económico e a criação de emprego, com a fruição do espaço natural, do património e da cultura?

Ficam as questões para reflexão futura. A este respeito atentemos ao que nos é dito pelos participantes.

[Valorizam] a gastronomia, a cultura rural, e é uma espécie de fazer disto um museu.

Um museu vivo, fazem disto um museu vivo. Como se as pessoas andassem aqui a serem moldura do museu deles...

Essa é a estratégia que nós combatemos.

É irritante ver uma outra coisa fazem do interior uma espécie de museu baseado no folclore e na gastronomia. E depois o turismo da natureza que não tem ninguém. Os Presidentes de Câmara gastam uma fortuna a fazer uma praia fluvial bestial, endividam a Câmara e o retorno que retiram é nulo. Porquê? Não fixa ninguém, a população passa por lá no mês de Julho e Agosto (...). Gastam milhões e milhões e a estratégia não foi orientada para fixar pessoas.

BLC3

Os investimentos no turismo – praias fluviais, museus, entre outros – levam ao endividamento das Câmaras Municipais e acabam por não trazer o retorno pretendido, especialmente pela sazonalidade das visitas. Os responsáveis pela BLC3 reforçam:

O objetivo principal deve ser fixar pessoas.

BLC3

O representante da ADXTUR demonstra, contudo, uma visão dissemelhante, chamando atenção para a noção de *permanência equivalente a tempo residente*.

A capacidade de atrair novos residentes é sobretudo qualitativa, não é em grande quantidade, mas a nossa preocupação principal é atrair para este território mais vivência e mais utilização, é um fator que não está muito registado em Portugal, que podemos até chamar-lhe a permanência equivalente a tempo residente, ou seja nós se tivermos mil pessoas que venham 15 dias por ano, isto é, se calhar, mais relevante do que termos 40 habitantes permanentes. Com o uso que se dá ao território, com aquilo que temos de fazer a partir do conceito descobrir, experimentar e depois investir é possível fazermos alguma coisa, mas será sempre uma atração de carácter qualitativo e não em quantidade.

ADXTUR

Esta noção de *permanência equivalente a tempo residente* poderá vir a colocar em causa o território enquanto espaço que transcende a fisicalidade. José Reis explica esta visão de território (Reis, 1997:)

O território é essencial no funcionamento das economias e das sociedades, na formação de dinâmicas coletivas, no exercício das políticas públicas e na organização do Estado. Mas, nesta noção, o território não é uma simples realidade geográfica - um suporte físico da vida. Pelo contrário, os territórios são meios de vida, patamares de organização coletiva, contextos de ação e de iniciativa - são recursos em que as pessoas se reconhecem e que, por isso, utilizam. Os territórios são também a base precisa para que se exerçam solidariedades e se mobilizem capacidades. Eles formam-se pela proximidade e consolidam-se pelas relações de que são parte. Um território não integrado em relações importantes, insularizado, remetido para a sua natureza básica de espaço geográfico não é, verdadeiramente, um território - é apenas um espaço confinado.

A verdade é que a diversidade funcional dos espaços rurais, correlacionada com a atividade turística, pode conduzir à conflitualidade resultante de interesses e procuras diferenciados: habitantes e visitantes utilizam de forma diferente o mesmo território, e segundo Valente e Figueiredo (2003:1): “a esta dicotomia de visões está associada por sua vez, uma crescente competição de diferentes modelos de desenvolvimento para um mesmo território”. Se os visitantes desejam que os territórios permaneçam ambientalmente intactos (mundo rural visto como *reserva cultural e ambiental*), os habitantes ambicionam um crescimento económico, que estimule a oferta de empregos e serviços. Os visitantes caracterizam-se pela visão estética sob o território, enquanto os habitantes detêm uma visão utilitária (Valente & Figueiredo, 2003). A conflitualidade manifesta nestas visões é resultante do próprio modelo de crescimento económico seguido nas últimas décadas, um modelo que opõe espaço desenvolvido a espaço subdesenvolvido, espaço urbano a espaço rural, futuro a passado (Valente & Figueiredo, 2003), ao qual já aludimos. Este modelo de desenvolvimento traduziu-se numa subalternização dos territórios de cariz rural em relação aos urbanos, sendo que, na maioria, as áreas rurais foram marginalizadas pelos processos de urbanização e modernização.

Concluimos esta discussão com a certeza partilhada com Reis (1997: 5)

Algumas das opiniões urbanocêntricas que por vezes enformam as visões dominantes julgam que no interior há apenas lugares visitáveis. O desafio que vale a pena aceitarmos é o de termos a certeza que o interior não é apenas visitável, é também, cada vez mais, habitável.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Chegados aqui estamos em condições de declarar algumas considerações sumárias em relação a este perfil territorial, que se enquadram na nossa intenção de detetar caminhos para intervenção e investigação futuras.

Quanto à intervenção ao longo do trabalho e especialmente no último capítulo demos conta de estratégias ou caminhos de superação, baseando-nos na visão *Pinhal Interior Norte- um território para viver, para investir e para visitar*, norteadora de vários documentos de referência territoriais. Apresentamos em seguida algumas ideias-síntese do discutido.

A afirmação – regional, nacional e quiçá internacional - dos espaços de baixa densidade, e do Pinhal Interior Norte, objeto deste estudo exploratório, passa pelo aproveitamento dos recursos locais, especialmente daqueles que são diferenciadores face aos restantes territórios. Os recursos a aproveitar não são apenas aqueles que servem o referencial da atividade turística. O turismo tem detido, como esclarecemos, um lugar de destaque nas políticas, programas e outras intervenções nesta região, contudo a sua atratividade é inferior a outros *locais* no país, com os quais dificilmente pode competir - como é o caso do Algarve e da Região Autónoma da Madeira que se destacam (quer em dados de 2009, como de 2002) como as regiões com maior intensidade turística, bem como a Região Autónoma dos Açores (INE, 2011).

Todavia, o PIN e os restantes espaços de baixa densidade têm um conjunto de virtualidades económicas, ao nível de nichos de mercado com potencial (CIMPIN, 2011), que não devem ser desaproveitados devido a um modelo de desenvolvimento que não lhes é propício. Existem, a este respeito, condições criadas no território que permitem receber novos negócios e empresas. É certo que muito há ainda a fazer, por exemplo, ao nível das acessibilidades que se mantêm inoperantes e da própria “rigidez” da base económica local, onde o sector terciário se tem afirmado (DPP, 2008).

Mas é facto que o processo de terciarização do tecido produtivo das regiões portuguesas não obistou que a indústria transformadora conservasse um peso decisivo em algumas delas (INE, 2011). A existência de indústria transformadora agregada à captação e manutenção de mercados externos são elementos essenciais para o crescimento económico das regiões e para o seu desenvolvimento. Verificamos insuficiências no PIN a este nível, que devem ser comutadas. Importa, para o efeito, a existência de indústrias de baixa ou média baixa tecnologia, mas especialmente, como referimos, as empresas industriais mais intensamente tecnológicas (média alta e alta tecnologia). Com elas, e outras iniciativas no âmbito de nichos potenciais, o mercado de trabalho local tornar-se-á mais denso e capaz de incorporar mão-de-obra, incluindo a qualificada, impedindo o *brain drain*. Por outro lado, “melhores” empregos representam também salários maiores, o que tem virtualidades no combate às carências económicas ainda muito vincadas (Carmo, 2008a). A floresta é, no domínio económico, um recurso indispensável. Estes ganhos territoriais poderão contribuir para alavancar mudanças positivas, por exemplo, ao nível da rutura com a excessiva dependência (especialmente de financiamento) do que é exterior.

O território tem condições de atratividade que lhe permite captar novos moradores e novos investidores, interessa, como dissemos, que estejam garantidas condições de ordem vária, consoante o público, que permitam a fixação – oferta de emprego e emprego qualificado, mercado imobiliário dinâmico e acessível, acessibilidades físicas e virtuais e rede de transporte públicos eficiente, disponibilização de serviços públicos (saúde, educação e administração) e de equipamentos sociais, desportivos e culturais, entre outros.

Para *desbloquear* o ciclo de causalidade negativa (ou vicioso) dos territórios do interior (DPP, 2008) é necessário que os fatores de atração se sobreponham aos fatores de repulsão, o que poderá passar por medidas (efetivas) de discriminação positiva, que também visem colocar os territórios do litoral e do interior em patamares mais aproximados e oferecer aos investidores/empreendedores/empresários do interior condições de partida mais equitativas. Não esqueçamos que a situação destas regiões é complexa e que está intimamente relacionada com opções políticas que as lesaram, como refere Reis (1997: 3): “Quando se fala do interior, não se pode cometer a ligeireza de esquecer que foi das lógicas de desenvolvimento das últimas décadas que resultou o seu subdesenvolvimento”. A este respeito, o PIN é definido no Relatório do PNPOT como uma das áreas mais problemáticas do país em termos de perspetivas de desenvolvimento (MAOTDR, 2007). As assimetrias territoriais e sociais continuam a adensar-se e a coesão territorial, enquanto desenvolvimento harmonioso de todos os territórios (CCE, 2008), é apenas miragem.

É importante que se assuma como prioridade a necessidade de promover a fixação de população. O interior é habitável. É também necessário que a governança territorial e a territorialização das políticas públicas se efetivem para além dos discursos ideológicos provenientes da Europa e que de um modo geral não se confine o Território a local meramente físico (Reis, 1997). E não podem nunca ser *dispensadas* as pessoas. As pessoas – os habitantes – são fulcrais, até na perspetiva do turismo, porque a não existirem tudo o que ficará nesses destinos turísticos são artificialidades imitáveis, como museus, perderão conteúdo, riqueza, dinâmica, identidade. E são (ou deverão ser) elas próprias agentes de desenvolvimento e parceiras na construção do *projeto de território* que lhes sirva, ao abrigo dos ideais democráticos e de liberdade (Melo, 2003).

Cabe ao Estado Central prestar atenção a estas regiões, que até podem situar-se *longe* de Lisboa, mas não devem ser marginalizadas. O país diminui a sua escala, necessária numa perspetiva de competitividade e sustentabilidade, se se limitar às zonas urbanas do litoral. O país precisa do interior. O interior não é só um espaço que se debate com as dificuldades aqui discutidas, apelidado de assistido, marginalizado, em *morte lenta*, há também um interior, que se vem a afirmar, como centro alternativo de desenvolvimento e de qualidade de vida. Que pode fazer a diferença. Mas agora cabe ao Estado Central uma posição de responsabilidade face a esta fração territorial: não é porque há menos pressão de voto que os problemas podem ser protelados infinitamente, não é a diminuição do número de habitantes uma explicação razoável para a perda consistente e gravosa de bens, equipamentos e serviços dos que ainda (teimosamente) lá estão. Se tal posição não for assumida poderá estar-se a condenar o interior ao abandono e a processos profundos de exclusão e a pôr, em definitivo, em causa a justiça social.

Pelo contrário, é necessário: “dar idênticos direitos de «cidadania» ao litoral e ao interior, à Região Centro e ao Alentejo, às áreas metropolitanas e às zonas de grande capacidade turística, às zonas rurais de baixa densidade, em suma, dar lugar próprio a cada componente do nosso sistema regional” (Reis, 1997: 4).

O abandono e o despovoamento têm de ser combatidos, através de um processo de adensamento territorial - socioeconómico, demográfico, cultural, urbano, profissional e de serviços/equipamentos - que envolva a solidariedade e inter-relações entre diferentes regiões e dentro de cada região a cooperação entre atores locais, capazes de ultrapassar as *deseconomias de distância* que se instalaram nessas regiões e que se caracterizam pela fragmentação, atomização e *insularização* territorial (Reis, 1997). O capital institucional assume neste domínio grande importância. Os atores institucionais locais são promotores de desenvolvimento e das *densidades* territoriais.

Neste enquadramento, as linhas de investigação a perseguir terão que ver especialmente com as políticas públicas e sua aplicabilidade ao território: a avaliação destas políticas e dos impactos que detêm no *local*; a medida em que se efetiva, para além do uso discursivo, a participação e envolvimento das organizações locais mas também dos habitantes e da sociedade civil em geral num verdadeiro processo de *policy-making* e *decision-making*, a coerência entre as políticas e o *projeto de território* que emerge localmente, isto é, a análise dos processos de governância territorial e a territorialização das políticas e a sua aplicação no Território. Portanto, a nosso ver uma das linhas mais promissoras de investigação é a *avaliação de impacte territorial*, que visa “identificar os impactes que todos os tipos de políticas públicas, medidas e projetos públicos territorialmente relevantes possam ter no território, especialmente em termos de sustentabilidade e coesão territorial” (CEMAT, 2011: 4). Esta pode assumir duas formas: uma avaliação ex-post de impactes territoriais relativa a políticas aplicadas no passado, de modo, a perceber como estas influenciaram a evolução do território e a avaliação ex-ante de impactes territoriais que visa antecipar os impactes de futuras políticas. Ambas se enquadram na expectativa de melhorar a intervenção, especialmente pública, a realizar nestes espaços caracterizados pela baixa densidade.

Por outro lado, como dissemos, é necessário perceber os públicos que têm sido atraídos para o território, por exemplo para o PIN, e aqueles que nele se fixaram nos últimos anos. Deste conhecimento, através do desenho de perfis, poderá perceber-se quais as condições de atração reais e preexistentes à decisão e que deverão ser aumentadas/melhoradas/divulgadas/mantidas para possibilitar a fixação de população, que possibilite reverter a atual tendência de abandono e despovoamento já analisada.

Por fim, reforçamos um item que ao longo deste percurso se foi evidenciando: é necessário recentrar os discursos em aspetos positivos. Urge disseminar um discurso novo que não se baseie em pressupostos urbanocêntricos, e que possa contribuir para aumentar a autoestima das populações locais e do Território.

Pelas limitações da investigação – tempo, recursos e reduzido número de entidades envolvidas – sabemos que este estudo exploratório é um singelo contributo para a problemática. Mas foi realizado com o empenho de quem se reconhece neste perfil territorial *sem preconceitos*.

BIBLIOGRAFIA GERAL

- Agência de Desenvolvimento Turístico das Aldeias de Xisto [ADXTUR] (2009).** Estratégia de Eficiência Coletiva Rede das Aldeias do Xisto – Candidatura PROVERE.
- Alves, Teresa (2001).** Os serviços nas áreas rurais: novos modos de vida ou novas formas de ruralidade? Atas do *1º Congresso de Estudos Rurais “Território, Sociedade e Política: Continuidades e Rururas”*, Vila Real (16 a 18 de Setembro), Portugal. Recuperado em 2/03/2012 de <http://home.utad.pt/~des/cer/CER/DOWNLOAD/4013.PDF>
- Amaro, Rogério Roque (2003).** Desenvolvimento - um conceito ultrapassado ou em renovação? Da teoria à prática e da prática à teoria. *Cadernos de Estudos Africanos*, 4, pp. 35-70.
- ANIMAR (1998).** Declaração de Amarante. Desenvolvimento Local: Uma Oportunidade de Futuro. Vialonga: Teses da MANIfesta 98, pp. 1-11. Recuperado em 10/02/2012 de <http://www.animar-dl.pt/index/manifesta>
- Área de Investigação e Conhecimento e da Rede Social, Instituto da Segurança Social, IP [ISS] (2005).** Tipificação das situações de exclusão em Portugal Continental. Recuperado em 21/03/2013 de http://www.miniweb.com.br/geografia/Artigos/geo_mundial/PDF/segsocial.pdf
- Associação de Municípios do Pinhal Interior Norte [AMPIN] (2008).** Programa Territorial de Desenvolvimento para a região do Pinhal Interior Norte (2008-2013). Candidatura ao “Mais Centro – Contratualização com subvenção Global”. Recuperado a 20/03/2013 de http://www.maiscentro.qren.pt/private/admin/ficheiros/uploads/PTD_PINHAL%20INTERIOR%20NORTE.pdf
- Cabugueira, Artur (2000).** Do Desenvolvimento Regional ao Desenvolvimento Local. Política Económica Regional. *Gestão e Desenvolvimento*, 9, pp. 103-136.
- Cabugueira, Artur (2001).** *O Capital Humano – Contributo Reflexivo para o Estudo da Relação entre a Educação, a Economia e o Desenvolvimento Humano*. Dissertação para a obtenção de Grau de Doutor em Ciências da Educação, Universidade de Trás-Os-Montes e Alto Douro, Portugal.
- Camões, Pedro (2012).** O Design de Investigação. In Silvestre, Hugo & Araújo, Joaquim (ORG). *Metodologia para a Investigação Social* (Capítulo VI, pp. 103 – 119). Escolar Editora, Lisboa.
- Carmo, Renato Miguel do (2008a).** Capital social e policentrismo : para uma análise reflexiva das políticas públicas. Atas do *VII Colóquio Ibérico de Estudos Rurais -*

Cultura, Inovação e território, Coimbra (23 a 25 de Outubro), Portugal.
Recuperado em 14/02/2012, de
http://www.sper.pt/actas7cier/PFD/Tema%20VI/6_9.pdf

Carmo, Renato Miguel do (2008b). Da escala ao território: para uma reflexão crítica do policentrismo. *Análise Social*, XLIII (4), pp. 775-793.

Carmo, Renato Miguel do (2011). Até onde vão os mercados? Contornos de uma sociologia da periferia. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 95, pp. 105–118.

Comissão Europeia [CE] (2008). Livro Verde Sobre a Coesão Social Territorial: Perspetivas Futuras. *Inforegio* (Panorama): Dezembro, 28 (Versão PT). Recuperado em 14/02/2012 de
http://ec.europa.eu/regional_policy/sources/docgener/panorama/pdf/mag28/mag28_pt.pdf

Comissão das Comunidades Europeias [CCE] (1997). Acompanhamento pela União Europeia da Cimeira Mundial sobre Desenvolvimento Social. Comunicação da Comissão ao Conselho e ao Parlamento Europeu. Bruxelas (COM 96) 724 final. Recuperado em 13/03/2012 de <http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=COM:1996:0724:FIN:PT:PDF>

Comissão das Comunidades Europeias [CCE] (2008). Livro Verde sobre a Coesão Territorial Europeia. Tirar partido da diversidade territorial. Comunicação da Comissão ao Conselho, ao Parlamento Europeu, ao Comité das Regiões e ao Comité Económico e Social Europeu. Bruxelas (COM 2008) 616 final. Recuperado em 14/03/2012 de http://www.dgotdu.pt/ue/LivroVerdeTC_pt.pdf

Comunidade Intermunicipal do Pinhal Interior Norte (2011). Plano de Ação Territorial para a Promoção do Empreendedorismo 2011-2015.

Conferência Europeia dos Ministros responsáveis pelo Ordenamento do Território do Conselho da Europa [CEMAT] (2011). Glossário *Desenvolvimento Territorial*. Direção-Geral do Ordenamento do Território (TRAD). Recuperado em 12/03/2012 de
<http://www.coe.int/t/dg4/cultureheritage/heritage/cemat/versionglossaire/Portugais.pdf>

Costa, Dália (2012). A Recolha de Dados: Técnicas Utilizadas. In Silvestre, Hugo & Araújo, Joaquim (Orgs). *Metodologia para a Investigação Social* (Capítulo VIII, pp. 141 -170). Escolar Editora, Lisboa.

Coutinho, Clara (2011). Metodologia de Investigação em Ciências Sociais e Humanas: Teoria e prática. Edições Almedina, Coimbra.

Covas, António & Covas, Maria das Mercês (2008). A “agrocultura glocal”: os produtos “glociais” amigos do mundo rural. Atas do *VII Colóquio Ibérico de*

Estudos Rurais - Cultura, Inovação e território, Coimbra (23 a 25 de Outubro), Portugal. Recuperado em 17/02/2012 de http://www.sper.pt/actas7cier/PFD/Tema%20V/5_2.pdf

Cristóvão, Artur; Loureiro, Armando & Baptista, Alberto (2008). Dinâmicas Associativas em Territórios Rurais: o caso de Tondela. Atas do VII Colóquio Ibérico de Estudos Rurais - Cultura, Inovação e território, Coimbra (23 a 25 de Outubro), Portugal. Recuperado em 14/02/2012 de http://www.sper.pt/actas7cier/PFD/Tema I/1_3.pdf

Cristóvão, Artur & Tibério, Manuel Luís (2008). “Comprar Fresco, Comprar Local”: será que temos algo a aprender com a experiência americana? Atas do VII Colóquio Ibérico de Estudos Rurais - Cultura, Inovação e território. Coimbra (23 a 25 de Outubro de 2008), Portugal. Recuperado em 14/02/2012 de http://www.sper.pt/actas7cier/PFD/Tema IV/4_4.pdf

Departamento de Prospectiva e Planeamento e Relações Internacionais [DPP] (2008). PROVERE - Programas de Valorização Económica dos Recursos Endógenos: Das ideias à ação: Visão e Parcerias. Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional.

Diniz, Francisco & Nogueira, Fernanda (2002). Promotores Públicos e Privados no LEADER II: O Caso das NUTS Douro e das Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores. *Gestão e Desenvolvimento*, 11, pp. 255-278.

Direção Geral do Ordenamento do Território [DGOT] (1988). Carta Europeia do Ordenamento do Território. Ministério do Planeamento e da Administração do Território /Secretaria de Estado da Administração Local e do Ordenamento do Território. Recuperado em 13/03/2012 de <http://www.estig.ipbeja.pt/~sirb/carta%20europeia%20de%20ordenamento%20do%20territorio.pdf>

Estanque, Elísio (2006). A questão social e a democracia no início do século XXI. *Oficina do CES*, (264), pp. 1-21. Centro de Estudos Sociais, Coimbra. Recuperado em 14/02/2012 de <http://www.ces.uc.pt/publicacoes/oficina/ficheiros/264.pdf>

Entidade Regional Turismo Centro de Portugal I.P. [TCP] (2013). Plano de Atividades e Orçamento 2013.

Feio, Paulo Areosa & Chorincas, Joana (2009). Governação Territorial e Inovação das Políticas Públicas. *Prospectiva e Planeamento*, 16, pp. 137-157.

Fernandes, António Teixeira (2005). Para uma Sociedade Inclusiva no Exercício da Plena Cidadania. *Livro de Atas de Conferência Nacional*. Ministro da República para a Região Autónoma dos Açores (Ed.), Ponta Delgada, Portugal. Recuperado em 1/03/2013 de <http://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/20457/2/teixeirafernandes6000085758.pdf>

- Fernandes, António Teixeira** (2009). Democracia e Cidadania. *Sociologia* [Revista da Faculdade de Letras, Universidade do Porto], 19, pp. 181-199.
- Ferrão, João** (2000). Relações entre mundo rural e mundo urbano: evolução histórica, situação atual e pistas para o futuro. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 33, pp. 45-54.
- Ferrão, João** (2002). Portugal, três geografias em recombinação: Espacialidades, Mapas Cognitivos e Identidades Territoriais. *Lusotopie*, 2, pp. 151 – 158.
- Ferrão, João** (2004). A emergência de estratégias transnacionais de ordenamento do território na União Europeia: (re) imaginar o espaço europeu para criar novas formas de governança territorial? *EURE*, XXIX (89), pp. 43-61.
- Ferrão, João** (2010). Governança e Ordenamento do Território. Reflexões para uma Governança Territorial Eficiente, Justa e Democrática. *Prospectiva e Planeamento*, 17, pp. 129-139.
- Figueiredo, Elisabete** (2003). O Sol na Eira e Chuva no Naval - Que rural propõem as políticas de desenvolvimento ? Atas do V Colóquio Hispano-Português de Estudos Rurais - Futuro dos Territórios Rurais numa Europa Alargada, Bragança (23 e 24 de Outubro), Portugal. Sociedade Portuguesa de Estudos Rurais; Sociedade Espanhola de Economia Agrária & Instituto Politécnico de Bragança (ORG).
- Flick, Uwe** (2005). *Métodos Qualitativos na Investigação Científica* (Artur Parreira, TRAD). Coleção Manuais de Gestão. Edição Monitor – Projetos e Edições, Lda, Lisboa.
- Gomes, Catarina Antunes** (2006). A insustentável Leveza dos Territórios: Uma Crítica à territorialização das Políticas Públicas. *Cadernos do Observatório dos Poderes Locais*, 7, pp. 1 – 29. Recuperado em 20/02/2012 de http://www.opl.com.pt/uploads/publicacoes_opl/8/ficheiro/Cadernoopl7.pdf
- Guerra, Isabel** (2003). O território como espaço de ação coletiva: paradoxos e virtualidades do “jogo estratégico de atores” no planeamento territorial em Portugal. In Boaventura Sousa Santos (ORG). *Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa* (Cap. 7, pp. 289-308). Edições Afrontamento, Porto.
- Guerra, Isabel** (2006). Participação e Ação Coletiva – Interesses, conflitos e consensos. Príncípia Editora, Estoril.
- Henriques, Adosinda Maria** (2001). Uma alternativa associativa para o desenvolvimento rural? Atas do 1º Congresso de Estudos Rurais “Território, Sociedade e Política: Continuidades e Ruturas”, Vila Real (16 a 18 de Setembro), Portugal. Recuperado em 03/03/2012 de <http://www.sper.pt/ICER/DOWNLOAD/4019.PDF>

- Hespanha, Pedro** (2004). Do Abandono ao Esquecimento. In Jacinto, R. & Bento, V. (Ed.). *Fronteira, Emigração, Memória*. Centro de Estudos Ibéricos, Guarda.
- Instituto Nacional de Estatística, IP [INE]** (2010). Sobre a Pobreza, as Desigualdades e a Privação Material em Portugal. Recuperado em 10/04/2012 de http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_publicacoes&PUBLICACOESpub_boui=100334100&PUBLICACOESmodo=2&xlang=pt
- Instituto Nacional de Estatística, I.P. [INE]** (2011). Retrato Territorial de Portugal 2009. Recuperado em 10/04/2013 em <http://www.ine.pt>
- Instituto Nacional de Estatística, I.P. [INE]** (2012). Censos 2011 - Resultados Definitivos. Recuperado em 10/04/2013 em <http://www.ine.pt>
- Julião, Rui Pedro** (2001). *Tecnologia de Informação Geográfica e Ciência Regional - Contributos Metodológicos para a Definição de Modelos de Apoio à Decisão em Desenvolvimento Regional*. Dissertação para a obtenção do Grau de Doutor no Ramo Geografia e Planeamento Regional, especialidade de Novas Tecnologias em Geografia, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, Portugal.
- Lopes, António Simões** (1995). *Desenvolvimento Regional. Problemática, Teoria e Modelos*. 4.^a Edição. Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.
- Lopes, António Simões** (2002). Globalização e Desenvolvimento Regional. *Gestão e Desenvolvimento*, 11, pp. 9–25.
- Lopes, António Simões** (2006). Encruzilhadas do Desenvolvimento: falácias, dilemas, heresias. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 75, pp. 41-61.
- Lopes, José Mário** (2012). *A (re) invenção do Local: o papel das Associações de Desenvolvimento Local e do programa LEADER*. Dissertação para a obtenção do Grau de Mestre em Sociologia - Políticas Locais e Descentralização, Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra, Portugal.
- Lopes, Raul** (2001). *Competitividade, Inovação e Territórios*. Celta Editora, Oeiras.
- Mafra, Francisco. & Silva, J. Amado** (2004). *Planeamento e Gestão do Território*. Coleção Inovação e Governação nas Autarquias (Sociedade Portuguesa de Inovação (Ed). Principia, Porto. Recuperado em 22/05/2012 de http://www2.spi.pt/inovaut/docs/Manual_X.pdf
- Marques, Célia** (2010). *Um contributo para o desenvolvimento do Pinhal Interior Norte*. Dissertação para a obtenção do Grau de Mestre em Planeamento do Território – Inovação e Políticas de Desenvolvimento, Secção Autónoma de Ciências Sociais, Jurídicas e Políticas, Universidade de Aveiro, Portugal.

- Mateus, Diogo** (2011). Observatório do Ordenamento do Território - uma Ferramenta que Tarda. Revista *Território e Ambiente Urbano*, 51, pp. 1-4. Recuperado em 17/02/2012 de <http://www.urbe-nupi.pt/>
- Matos, Ana Raquel** (2010). De longe se faz "parto"! Os movimentos de protesto sobre o encerramento de maternidades em Portugal enquanto modalidade legítima de participação cidadã nas decisões políticas. *O Cabo dos Trabalhos*: Revista Eletrónica dos Programas de Mestrado e Doutoramento do CES/ FEUC/ FLUC, nº 4, disponível em <http://cabodostrabalhos/ces.uc.pt/n4/ensaios.php>.
- Melo, Alberto** (2003). A ação local dos cidadãos como meio de resistência à nova vaga de colonização global: o caso da Associação In Loco no Sul de Portugal. In Boaventura de Sousa Santos (ORG). *Produzir Para Viver: Os Caminhos da Produção Não Capitalista* (Cap. 11, pp. 373-402). Edições Afrontamento, Porto.
- Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas & Direção-Geral dos Recursos Florestais** (2006). Plano Regional de Ordenamento Florestal do Pinhal Interior Norte (PROF PIN) - Relatório. Acompanha o Decreto Regulamentar n.º 9/2006 de 19 de Julho.
- Ministério do Ambiente do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional** (2007). PNPOT: Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território, **Relatório**. Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, Lisboa. Recuperado em 10/05/2012 de http://www.territorioportugal.pt/pnpot/Storage/pdfs/PNPOT_Relatorio.pdf
- Ministério do Ambiente do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional** (2007b) – PNPOT. Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território, **Programa de Ação**. Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, Lisboa. Recuperado em 11/05/2012 de http://www.territorioportugal.pt/pnpot/Storage/pdfs/PNPOT_PROGRAMA_DE_A_CCAO.pdf
- Monteiro, Alcides** (2004). O que as move? Ensaio de uma tipologia sobre as iniciativas de desenvolvimento local (idl's) e as suas orientações na/para a Ação. *Atas dos Ateliês do V Congresso Português de Sociologia*, Braga (12 a 15 de Maio), Portugal. Recuperado em 10/02/2012 de http://www.aps.pt/cms/docs_prv/docs/DPR4616d9cf88ba3_1.pdf
- Monteiro, Ana Carolina** (2012). *Re-localização e Inovação Social: um estudo exploratório – O caso da BALLE*. Dissertação para a obtenção do Grau de Mestre em Intervenção Social, Inovação e Empreendedorismo, Faculdade de Economia e Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação, Universidade de Coimbra, Portugal.
- Moreira, Sandrina & Crespo, Nuno** (2010). Sobre a Natureza Multidimensional do Desenvolvimento. In Romão, A.; Ferreira, M. E.; Silva, J. R. (ORG). *Livro de*

Homenagem ao Professor Doutor Adelino Torres (pp. 817 – 838). Coleção Económicas (14) – 2.ª Série. Almedina, Lisboa.

Moreno, Luís (2003). O LEADER em Portugal Continental: contexto e elementos de uma análise geográfica de conteúdos. Atas do V Colóquio Hispano-Português de Estudos Rurais - Futuro dos Territórios Rurais numa Europa Alargada, Bragança (23 e 24 de Outubro), Portugal. Sociedade Portuguesa de Estudos Rurais; Sociedade Espanhola de Economia Agrária & Instituto Politécnico de Bragança (ORG). Recuperado em 09/02/2012 de <http://www.sper.pt/VCHER/Pdfs/LuisMoreno.pdf>.

Mourato, João (2011). A dimensão cultural da avaliação da política pública do Ordenamento do Território. *Plataforma Barómetro Social*, 5ª série. Recuperado em 19/05/2012 de <http://repositorio.ul.pt/handle/10451/4653>

Neto, Paulo & Natário, Manuela (2009). O novo paradigma de desenvolvimento rural : Os pólos de excelência rural (*Working Paper* 2009/03). Centro de Estudos e Formação Avançada em Gestão e Economia (CEFAGE), Universidade de Évora (<http://www.cefage.uevora.pt>).

Oliveira, Catarina (2004). Paisagens e Patrimónios. Novos caminhos para os Territórios Rurais: A Experiência de uma Associação de Desenvolvimento Local no Alentejo. *II Congresso de Estudos Rurais*, Angra do Heroísmo (29 de Setembro a 3 de Outubro), Açores, Portugal. Recuperado em 10/02/2012 de http://www.sper.pt/IICER/temas3.htm#_Toc115858345

Pacheco, Elsa (2003). As Distâncias em áreas de Baixa Densidade de Ocupação Territorial. *Revista da Faculdade de Letras: Geografia*, I série, XIX, pp.173 – 179.

Pais, Carina & Gomes, Bruno (2008). O Espaço Rural no âmbito das Políticas de Desenvolvimento – O Caso do Pinhal Interior. Atas do VII Colóquio Ibérico de Estudos Rurais - Cultura, Inovação e território, Coimbra (23 a 25 Outubro), Portugal.

Peixoto, Paulo (2010). Redes de cidades e inovação social. *Oficina do CES*, (351), pp. 1-17. Centro de Estudos Sociais, Coimbra. Recuperado em 25/06/2012 de http://www.ces.uc.pt/publicacoes/oficina/ficheiros/2825_351.pdf

Pereira, Luís (2010). *Reinventar a Democracia pela Sustentabilidade: o Desafio da Agenda 21 Local na Promoção da Participação Pública – o Caso de Vila Franca de Xira*. Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em Sociologia, Especialidade Sociologia Urbana, do Território e do Ambiente, Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), Portugal.

Pereira, Margarida (2009). Desafios Contemporâneos do Ordenamento do Território: para uma governabilidade inteligente do (s) Território (s). *Prospectiva e Planeamento*, 16, pp. 77-102.

- Pereira, Margarida & Pisco, Paulo** (2008). Coesão e Equidade Social e Territorial: Importância Estratégica dos Equipamentos Coletivos. *Encontro Anual: Os Dez Anos da Lei de Bases da Política de Ordenamento do Território e de Urbanismo*. Associação para o Desenvolvimento do Direito do Urbanismo e da Construção (ORG), Lisboa (12 de Dezembro), Portugal. Recuperado em 1/03/2012 de <http://www.adurbem.pt/images/stories/ficheiros/encontro/Pereira.pdf>.
- Pinto-Correia, Teresa** (2007). Multifuncionalidade da paisagem rural: novos desafios à sua análise. *Inforgo*, pp. 67 – 71.
- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento** (2011). Relatório do Desenvolvimento Humano de 2011 – Sustentabilidade e Equidade: um futuro melhor para todos. Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (TRAD). Recuperado em 2/04/2012 de http://hdr.undp.org/en/media/HDR_2011_PT_Summary.pdf (Síntese) e de http://195.23.38.178/cig/portalcig/bo/documentos/HDR_2011_PT_Complete.pdf (Documento Completo)
- Quesado, Jaime** (2011). Um Choque Territorial. *Território e Ambiente Urbano*, 51, pp. 1-4. Recuperado em 17/02/2012 de <http://www.urbe-nupi.pt/>
- Quivy, Raymond & Campenhoudt, Luc Van** (1992), Manual de Investigação em Ciências Sociais. Gradiva, Lisboa.
- Ramos, Isabel & Correia, Teresa** (2010). Coesão Territorial e Diversidade: Mudanças Emergentes. In Dentinho, T. P. & Viegas, J. M. (COORD). *Desafios Emergentes para o Desenvolvimento Regional* (pp. 307-333). Princípia, Parede.
- Reis, José** (1997). Interior, desenvolvimento e território. *Jornada da Interioridade, Perspetivas de Desenvolvimento Interior*. Promovido pelo Presidente da República.
- Reis, José** (2003). Globalização e inovação: Uma discussão sobre as densidades urbanas. *Conferência Internacional “Inovação Tecnológica e Globalização: Implicações para os Países de Desenvolvimento Intermédio”*, Lisboa (Outubro). CET – Centro de Estudos Territoriais e DINAMIA – Centro de Estudos sobre a Mudança Socioeconómica (ORG).
- Reunião Informal de Ministros do Desenvolvimento Urbano e Coesão Territorial** (2007). Agenda Territorial da União Europeia. Direção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano (TRAD). Recuperado em 14/02/2012 de <http://www.dgotdu.pt/ue/VFFAgenda%20Territoria-2009-1-10.pdf>
- Reunião Informal de Ministros do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional** (2007). 1.º Programa de Ação para a Implementação da Agenda Territorial da União Europeia. Sessão sobre Coesão Social. Presidência Portuguesa da União Europeia, Ponta Delgada, Açores. Direção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano (TRAD). Recuperado

- Roca, Zoran & Mourão, Jorge** (2001). "Identidade Local, Globalização e Desenvolvimento Rural: à Procura de Verificação Empírica". Atas do 1º Congresso de Estudos Rurais "Território, Sociedade e Política: Continuidades e Ruturas", Vila Real (16 a 18 de Setembro), Portugal. Recuperado em 03/03/2012 de <http://home.utad.pt/~des/cer/CER/DOWNLOAD/1001.PDF>
- Rover, Óscar & Henriques, Adosinda Maria** (2006). A gestão democrática em debate: O programa LEADER e a sua relação com a sociedade civil local. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 75, pp. 117 – 137.
- Seers, Dudley** (1979). Os indicadores de desenvolvimento: o que estamos a tentar medir? (Margarida da Gama Santos, TRAD.). *Análise Social*, Vol. XV (60), 4.º, pp. 949-968.
- Sociedade Portuguesa de Inovação [SPI]** (2008). Plano Estratégico e de Ação para a Região do Pinhal Interior Norte (2007-2013).
- Sousa, Maria José** (2009). *Agenda 21 Local. O Caso de Estudo do Norte Alentejano*. Dissertação para a obtenção do Grau de Mestre em Ciências e Tecnologias do Ambiente, Faculdade de Ciências, Universidade de Lisboa, Portugal.
- Sousa, Paulo Renato** (2010). *As Encruzilhadas do Despovoamento: Interior, Jovens e Emprego. O caso do concelho de Castro Daire*. Dissertação para a obtenção do grau de mestre em Sociologia, Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra, Portugal.
- Valente, Sandra & Figueiredo, Elisabete** (2003). Habitantes e Visitantes – uma Luta Inevitável. Atas do V Colóquio Hispano-Português de Estudos Rurais - Futuro dos Territórios Rurais numa Europa Alargada, Bragança (23 e 24 de Outubro), Portugal. Sociedade Portuguesa de Estudos Rurais; Sociedade Espanhola de Economia Agrária & Instituto Politécnico de Bragança (ORG). Recuperado em 10/02/2012 de http://www.academia.edu/322801/Habitantes_e_visitantes_uma_Luta_Inevitavel
- Vieira, Raluca** (2009). *Entre ficar ou partir - As Expectativas dos Jovens do Interior e o Desenho das Políticas*. Dissertação para a obtenção do grau de mestre em Sociologia: Políticas Locais e Descentralização – As Novas Áreas do Social, Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra.

LEGISLAÇÃO UTILIZADA⁸⁴

Decreto-Lei n.º 208/82, de 26 de Maio - Planos Diretores Municipais

Decreto-Lei n.º 338/83, de 20 de Julho - Planos Regionais de Ordenamento do Território

Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/ 86 – Estabelece os três níveis da NUTS em Portugal.

Decreto-lei n.º 46/89 de 15 de Fevereiro - Sentida a necessidade de compatibilização entre as diferentes matrizes de delimitação das NUTS e das regiões e zonas agrárias, regulamentadas pelo Decreto-Lei n.º 190/86, de 16 de Julho, procedeu-se aos respetivos trabalhos de ajustamento.

Lei n.º 48/98 de 11 de Agosto - Estabelece as bases da política de ordenamento do território e de urbanismo. Lei de Bases da Política de Ordenamento do Território e do Urbanismo.

Decreto-lei n.º 380/99 de 22 de Setembro - Desenvolve as bases da política de ordenamento do território e de urbanismo, definindo o regime de coordenação dos âmbitos nacional, regional e municipal do sistema de gestão territorial, o regime geral de uso do solo e o regime de elaboração, aprovação, execução e avaliação dos instrumentos de gestão territorial.

Decreto-Lei n.º 244/2001 de 8 de Setembro - Estabelece as regras gerais de aplicação da intervenção estrutural de iniciativa comunitária de desenvolvimento rural LEADER+, para o período de 2000-2006.

Decreto-Lei n.º 127/2005 de 5 de Agosto – criação das Zonas de Intervenção Florestal (ZIF)

Decreto Regulamentar n.º 9/2006 de 19 de Julho - aprova o Plano Regional de Ordenamento Florestal do Pinhal Interior Norte (PROF PIN)

Lei n.º 54/2007 de 31 de Agosto - Primeira alteração à Lei n.º 48/98, de 11 de Agosto, que estabelece as bases da política de ordenamento do território e de urbanismo.

Lei n.º 58/2007 de 4 de Setembro – Aprova o Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT). O seu Relatório e Programa de Ação são publicados em anexo ao diploma.

Despacho n.º 725/2007 – Referente aos SUB – Serviços de Urgência Básica.

Resolução de Conselho de Ministros n.º 109/2007 – Aprova a Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (ENDS)

⁸⁴ Organizado por data de publicação

Lei n.º 45/2008 de 27 de Agosto - Estabelece o regime jurídico do associativismo municipal, revogando as Leis n.º 10/2003 e 11/2003, de 13 de Maio

Portaria n.º 394-A/2012 de 29 de Novembro - tem por objeto a reorganização dos Agrupamentos de Centros de Saúde integrados na Administração Regional de Saúde do Centro, I. P.

PÁGINAS WEB REFERIDAS⁸⁵

<http://www.uc.pt/feuc/noticias/old/2012/dez12/20121218-2> - Nota publicada no dia do falecimento de António Simões Lopes (José Reis, FEUC)

http://www.drapc.min-agricultura.pt/base/legislacao/files/resolucao_cm_34_86.htm - Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/ 86

<http://www.publico.pt/sociedade/noticia/mais-valia-fecharem-o-interior-1552444> - Notícia Jornal Público

<http://www.instituto-camoes.pt/cooperacao/cooperacao-para-desenvolvimento/objectivos-de-desenvolvimento-do-milenio-dp1> - Objetivos de Desenvolvimento do Milénio reconhecidos na Declaração do Milénio, adotada em 2000, por todos os Estados Membros da Assembleia Geral das Nações Unidas.

http://hdr.undp.org/en/media/HDR_2011_PT_Summary.pdf - Acerca do Índice de Desenvolvimento Humano

http://www.cidadessustentaveis.info/index.php?option=com_content&view=article&id=41&Itemid=66 - Acerca da Agenda 21 Local

http://www.onu.org.br/rio20/img/2012/03/Rio+20_Futuro_que_queremos_guia.pdf - Acerca da Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável, que ocorreu no Rio de Janeiro (20 a 22 de Junho de 2012), Brasil.

<http://www.onu.org.br/rio20/declaracao-de-ban-ki-moon-a-assembleia-geral-da-onu-sobre-os-resultados-da-rio20/> - Declaração de Ban Ki-moon à Assembleia Geral da ONU a propósito dos resultados da Conferência Rio + 20.

http://europa.eu/legislation_summaries/regional_policy/provisions_and_instruments/g24208_pt.htm - Comunicação da Comissão aos Estados-Membros, de 14 de Abril de 2000, que estabelece as orientações relativas à iniciativa comunitária de desenvolvimento rural LEADER +.

<http://www.minhaterra.pt/spip.php?rubrique18> - Federação Minha Terra, acerca da Abordagem LEADER

⁸⁵ Organizado por ordem de apresentação neste documento.

http://www.dpp.pt/pt/ENDS2015/Documents/ENDS_2015-ParteI_Estrategia.pdf - Página do Departamento de Prospectiva e Planeamento e Relações Internacionais, do Ministério do Ambiente e Ordenamento do Território acerca da Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável - ENDS 2015.

<http://www.dgotdu.pt/pc/documentos/POLISXXI-apresentacao.pdf> - Documento do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional onde apresenta a Política de Cidades POLIS XXI – 2007/2013.

<http://www.portaldahabitacao.pt/pt/ibc/apresentacao/> - Programa Nacional Iniciativa Bairros Críticos lançado pela Secretaria de Estado do Ordenamento do Território e Cidades.

<http://www.cimpin.pt> – Comunidade Intermunicipal do Pinhal Interior Norte

<http://www.ine.pt> – Instituto Nacional de Estatística

<http://datacentro.ccdrc.pt/Viewer.aspx> - O *DataCentro* é a plataforma informática do sistema de monitorização e avaliação da situação da região Centro. Trata-se de uma aposta da CCDRC num serviço público de informação, único ao nível da região, de fácil utilização e direcionado para um público-alvo diversificado.

<http://www.valsouza.pt/attachments/article/46/Regime%20Associativismo%20Municipal.pdf> - Lei n.º 45/2008 de 27 de Agosto.

<http://www.metromondego.pt/Comunica%C3%A7%C3%A3o/Not%C3%ADcias/2009/tabid/116/Default.aspx> - Interrupção do serviço ferroviário na totalidade do Ramal da Lousã.

<http://websrv2.estgoh.ipc.pt/portal2/ensino/licenciaturas> - Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Oliveira do Hospital.

<http://www.etpzp.pt/default.aspx?p=3&z=5> - Escola Tecnológica e Profissional da Zona do Pinhal

<http://www.epl-lousa.pt/cursos/curso-profissional-de-comunicacao1/>-

Escola Profissional da Lousã

http://www.etpsico.pt/cursos_prof.html- Escola Tecnológica e Profissional de Sicó

http://www.eptoliva.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=474&Itemid=100066- Escola Profissional de Tábua, Oliveira do Hospital e Arganil

<http://www.cearte.pt/courses.html>- Centro de Formação Profissional do Artesanato

<http://noticiasdocentro.wordpress.com/2012/11/30/governo-acaba-com-oito-agrupamentos-de-centros-de-saude-na-regiao-centro/> - Notícia acerca da reestruturação dos serviços públicos no interior de Portugal.

<http://www.centrodabiomassa.pt/> - Centro de Biomassa para a Energia

<http://blc3.pt/index.php/pt/sobre-nos/apresentacao-> Associação BLC3 –
Plataforma para o Desenvolvimento da Região Interior Centro

<http://www.adiber.pt/> - Associação de Desenvolvimento Integrado da Beira Serra

http://www.dueceira.pt/missao_duec.htm - Associação de Desenvolvimento do
Ceira e Dueça (DUECEIRA)

<http://www.terrasdesico.pt/associacao.php> - Terras de Sicó – Associação de
Desenvolvimento

<http://www.cm-gois.pt/content/index.php?action=detailfo&rec=325&t=ADESA> –
Informação acerca da Associação de Desenvolvimento Regional da Serra do Açor
(ADESA)

www.lousitanea.org – Lousitânea – Liga dos Amigos da Serra da Lousã.

<http://www.ionline.pt/portugal/tdt-falta-cobertura-ameaca-competitivid> *TDT.*
Falta de cobertura "ameaça competitividade" das Aldeias do Xisto, diz presidente da
Turismo do Centro (2/01/2012); www.publico.pt *Investimentos nas Aldeias Históricas e*
do Xisto não podem ser prejudicados no acesso à TDT (3/01/2012);
www.noticiasdacovilha.pt (4/01/2012) *Aldeias do Xisto sem TDT – Notícias acerca da*
“inaplicabilidade” da TDT nas Aldeias do Xisto.

[http://www.goisproperty.com/portugues/regiao%20de%20Gois/Resina-de-](http://www.goisproperty.com/portugues/regiao%20de%20Gois/Resina-de-pineiro.html)
[pineiro.html](http://www.goisproperty.com/portugues/regiao%20de%20Gois/Resina-de-pineiro.html) - Dados acerca do ofício de resineiro e da recolha e utilização da Resina
de Pinheiro, tradicional no território PIN.

[http://www.pampilhosaemimagens.com/sobralvalado/index.php?option=com_con](http://www.pampilhosaemimagens.com/sobralvalado/index.php?option=com_content&view=article&id=61&Itemid=80)
[tent&view=article&id=61&Itemid=80](http://www.pampilhosaemimagens.com/sobralvalado/index.php?option=com_content&view=article&id=61&Itemid=80) - Dados acerca do ofício de resineiro e da recolha
e utilização da Resina de Pinheiro, tradicional no território PIN.

<http://www.apren.pt/gca/?id=50> – Associação de Energias Renováveis (dados
acerca da Biomassa).

<http://www.adip-formacao.com/?com=contactos> - Associação de
Desenvolvimento Integrado de Poiares

<http://www.rutis.org/cgi-bin/reservado/scripts/command.cgi/?naction=7&usr=092>
– Universidade Sénior de Poiares (ADIP)

<http://www.cm-vilanovadepoiares.pt/?mostra=artesanato> - Acerca do Centro
Difusor de Artesanato e Recursos Endógenos (ADIP)

http://www.dueceira.pt/artesanatorede/main_artrede.php?prod=2&cat=12&id=39
&lingua=pt - Acerca do Centro Difusor de Artesanato e Recursos Endógenos (ADIP)

<http://www.aldeiasdoxisto.pt/asaldeias/3/5> - Programa das Aldeias do Xisto
(ADXTUR)

http://www.pinhaisdozezere.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=75&Itemid=138 – Associação para o Desenvolvimento Pinhais do Zêzere

https://www.ccdrc.pt/index.php?option=com_sectionex&view=category&id=5&Itemid=62&lang=pt – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro.

ANEXO 1 – GUIÃO DE ENTREVISTA



Guião de Entrevista

Nota

Esta entrevista insere-se no âmbito da dissertação final de mestrado em **Intervenção Social, Inovação e Empreendedorismo**, da Faculdade de Economia e da Faculdade de Psicologia e Ciência da Educação da Universidade de Coimbra, subordinada ao tema: *O Desenvolvimento Territorial no Pinhal Interior Norte: um estudo exploratório*.

O presente Guião integra os tópicos/questões a abordar ao longo da entrevista, que, com a devida autorização do entrevistado será gravada, e posteriormente transcrita e analisada. É garantida a total confidencialidade dos dados fornecidos, que apenas serão utilizados estritamente para os fins académicos mencionados, do mesmo modo que, caso o solicite, asseguramos o anonimato do inquirido.

As questões são agrupadas em três pontos de interesse para a investigação: o ponto 1 é constituído por questões relativas à organização onde o entrevistado exerce funções, em seguida, do ponto 2 constam os tópicos relativos ao Território de pertença, ou seja, o Pinhal Interior Norte, e por último, o ponto 3 é composto por itens mais gerais ligados à problemática do Desenvolvimento Territorial.

Direcionado às Associações de Desenvolvimento local do Pinhal
Interior Norte

| | | | |
|----------------------|---------------|-------------|------------|
| Entrevista n.º _____ | Duração _____ | Local _____ | Data _____ |
| ____/____/____ | | | |
| Inquirido/Ator | | | |
| Institucional _____ | | | |

Ponto 1 – A organização à qual pertence o inquirido

Qual a missão da ADL?

Na base do planeamento estratégico da ADL considera que há uma ação mais direcionada para os recursos do território ou para o que lhe falta alcançar, para as suas limitações e/ ou desvantagens?

Existe uma imagem positiva da ADL, quer por parte das populações quer de outras organizações que atuam no território? Se sim, como a justifica?

A organização tem estabelecidas parcerias? Quantas? Quais? Com que objetivos? Como avalia o resultado destas parcerias?

O impacto da ADL faz-se sentir apenas a nível local ou considera que existe um impacto externo mais amplo?

Como caracteriza o relacionamento da ADL com a administração pública central? E com o poder local?

Relativamente às políticas públicas qual o papel da ADL? Considera que a ADL absorve as políticas ou tem capacidade de as influenciar?

No entendimento da Organização que representa, existe adequação entre as políticas públicas e as reais necessidades de desenvolvimento do território? Considera que as populações estão satisfeitas com o rumo das políticas públicas? As políticas atuais são territorializadas?

Como percebe o futuro da ADL?

No contexto de crise económica e social atual, dos problemas que se colocam aos territórios *rurais ou interiores* e do contínuo recuo do Estado Central, como encara a sustentabilidade da ADL?

Ponto 2 – O Território Pinhal Interior Norte: Análise SWOT do Território

Faça uma apresentação sucinta do território PIN mencionando os seus aspetos mais positivos ou com maior potencial.

Faça uma apresentação sucinta do território PIN mencionando os aspetos menos positivos que este enfrenta na atualidade.

Se tivesse de colocar numa balança, de um lado, os aspetos positivos que identificou e do outro os aspetos negativos, para onde penderia a balança? Qual é a sua visão geral sobre as potencialidades e as fraquezas do território?

Considera que existe um *projeto de território* para o PIN? Explique. A ação da Associação de Municípios (AMPIN) e da Comunidade Intermunicipal do PIN (CIMPIN) tem contribuído positivamente nesse sentido?

Ponto 3 – O Desenvolvimento Territorial

Uma das questões mais pertinentes da atualidade quando falamos de desenvolvimento territorial é de certo modo entendê-lo no contexto da globalização. Simões Lopes (2002: 15) questionou-se: “*Até onde a sensibilização existe para que a globalização respeite os objetivos do desenvolvimento?*”. Lanço-lhe esta questão. Ou de outro modo como poderemos *fazer valer o desenvolvimento* no contexto das “tendências macroeconómicas dominantes do mundo globalizado atual” (Melo, 2003: 396)?

Comente a afirmação de que “*O desenvolvimento local sustentável é fortemente direcionado para a liberdade, pois tende a propiciar a autonomia, a consciência e a participação cooperativa da maioria*” (Melo, 2003: 397). Pode afirmar que as ações de desenvolvimento realizadas pela ADL se caracterizam pela participação, autonomia e capacitação das populações locais?

Existem territórios irrecuperáveis? Ou seja, o processo de despovoamento e de envelhecimento na maior parte das vilas e aldeias é inevitável? É inevitável o perecimento dos espaços rurais mais periféricos? Qual o futuro para os territórios, com características similares ao PIN?

ANEXO 2 – Algumas singularidades dos concelhos que compõem o Pinhal Interior

| | Prática Desportiva | Cultura | Locais/Eventos | Produtos Endógenos |
|-------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Alvaiázere | Campo de Ténis, Estádio Municipal, Piscina coberta, Piscina ao ar livre, Polidesportivos. | Museu Municipal, Casa da Cultura, Biblioteca Municipal, Espaço Internet, Universidade Sénior | Festival Gastronómico do Chícharo | Gastronomia: petingas, a sopa dos pobres, os enchidos, o serrabulho, o queijo, as migas de chícharo, a carne de alguidar, a carne de rebolão, a chanfana, o cabrito assado |
| Ansião | Prática de BTT com a Ansibikers – Associação de Praticantes de BTT | Casa-Museu de Fósseis de Sicó, 8 Ranchos Folclóricos, Biblioteca Municipal | Património Religioso; Complexo Monumental Santiago da Guarda (arquitetura manuelina e vila tardo-Romana dos séculos IV e V, Oficina de Arqueologia e Centro de Documentação); Ruínas da Torre da Ladeia; Quinta de Cima - Palácio Real do século XVI; Forno Medieval de Avelar; Paineis de Azulejo da Rainha Santa; Projeto de divulgação turística e etnográfica Ciclo do Pão; Casa-Museu de Fósseis de Sicó; 3 Moinhos visitáveis, Miradouros; 2 Relógios de Sol, várias Festas, Feiras e Romarias. | Queijo Rabaçal normal e em Azeite; Vinhos, Mel e Azeite Serra de Sicó; Ervas Aromáticas e aguardente de medronho, e ainda produtos artesanais resultantes da trapologia, tecelagem, latoaria, cestaria e cantaria (aproveitando as pedras calcárias do maciço central). Gastronomia: Migas, Chícharos, Favas Guisadas, Morcela de Sangue, Sopa à Lavrador, Sopa de Chícharo, Cacholada e Cabrito Assado, |

| | | | | |
|----------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Arganil | Piscina coberta, Diversos campos e pavilhões para a prática desportiva. | Bibliotecas, Casa Municipal da Cultura, Espaço Jovem de Arganil Ranchos, Tunas e Filarmónicas. | Aldeia de Xisto da Benfeita e a Aldeia Histórica do Piódão; Área Protegida da Serra do Açor; Mata da Margaraça, Praias Fluviais; Feira do Mont'Alto; Ficabeira – Feira Industrial, Comercial e Agrícola da Beira Serra; Romaria à Nossa Senhora do Mont'Alto. | Centro de Interpretação Turística; 8 percursos pedestres, Parques de Merendas, Praias Fluviais do Mosteiro e da Mega Fundeira e uma Parede de Escalada, que se situa na encosta da Cotovia, mesmo ao lado do Miradouro do Cabril. Gastronomia: Sangue de Porco Cozido; Morcelas, Farinheiras e Chouriças de Arganil, Broa de Milho, Tigelada e Chanfana. |
| Castanheira de Pêra | Piscina ao ar livre com ondas artificiais; | 2 Ranchos Folclóricos, Biblioteca Municipal, Espaço Internet | Praia Fluvial do Poço Corga (Praia Acessível), Santo António da Neve, Casa do Tempo (salas de exposição); Feiras dos Produtos da Indústria de Lanifícios onde o <i>uso</i> da Linguagem Oral é preservada pelos vendedores ambulantes de tecidos (o laínte da Casconha), Festas e Romarias. Praia da Roca. | Gastronomia: O cabrito assado, as trutas de escabeche, o serrabulho, o queijo e o requeijão, o arroz de cabidela de cabrito, os bolos de erva-doce, e o Mel de Urze típico da Serra da Lousã. |
| Figueiró dos Vinhos | Estádio Municipal Afonso Lacerda, Pavilhão Gimnodesportivo, Piscina Municipal, Campos de Ténis, Minicampo de futebol, Parque Radical, Circuito de Manutenção, Centro Hípico, Clube Náutico, Clube Centro Aventura, Outros Polidesportivos cobertos e descobertos. Gabinete de Desporto (provas de BTT, cicloturismo, futebol, atividades radicais, atividades aquáticas, entre outras) | Clube Figueirense (Auditório - sala de conferências, sala de cinema com projeções semanais, sala de teatro e como palco para a realização de espetáculos musicais e teatrais e a Sala polivalente - exposições de pintura, escultura, fotografia, desenho, banda desenhada e artesanato); Biblioteca Municipal; Centro de Artesanato (cestaria, olaria, pintura, entre outros); Loja do Artesão; Espaço internet; Casa Municipal da Juventude; Universidade Sénior. | Jardim Parque (obra de arquitetura ao estilo francês), a Mata Municipal do Cabeço do Peão; património religioso e o “Casulo” de José Malhoa, pintor ilustre. | Gastronomia: Os peixes como o Achigã, Boga, Carpa, Barbo e as Trutas permitem variadas confeções gastronómicas tradicionais, às quais se aliam os pratos de borrego e cabrito, a produção de mel serrano, enquadrado na Região Demarcada da Serra da Lousã e a doçaria conventual. |
| Góis | Clube de Ténis, Polidesportivo/ginásio, Campo de Futebol, Provas de Downhill, Todo o | Espaço Internet, Biblioteca, Casa do Artista, Casa Alice Sande, Filarmónicas, Escola de Música | Rotas do Azeite; da Farinha e Broa e a Rota da Cabra, Chanfana e do Queijo; Aldeias do Xisto de Góis - | Artesanato: Colheres de pau, objetos decorativos em estanho, fição artesanal de lãs, objetos |

| | | | | |
|-----------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| | Terreno e Enduro (Motoclube de Góis). | (Orquestra Ligeira). | Aigra Nova, Aigra Velha, Comareira e Pena; Passeios a Cavalo na <i>Casa do Linteiro</i> , Património construído histórico-religioso, miradouros, praias fluviais, festas religiosas e romarias. FACIG – Feira Agrícola Comercial e Industrial de Góis | decorativos em xisto (pinturas, miniaturas das tradicionais casas em Xisto), miniaturas (de alfaias agrícolas e de cortiços), trapologia, rendas e bordados. Gastronomia: Aguardente e Licores de Mel e Medronho, Azeite, Broa, Castanhas Piladas, Mel e Queijo de Cabra e Ovelha. Pratos Típicos: Chanfana, Cabrito Assado, Bucho Recheado, Sopa de Castanha, Papas de Nabos, Torresmos e Filhós. |
| Lousã | Pavilhões Municipais, Piscinas, Campos de Rugby e Futebol e Zonas de Lazer. | Museu Municipal Professor Álvaro Viana de Lemos; Cine-teatro; Ecomuseu da Serra da Lousã- Museu etnográfico Dr. Louzã Henriques; Biblioteca Municipal; Parque Municipal de Exposições. | Aldeias de Xisto: Casal Novo; Talasnal; Chiqueiro; Candal; Cerdeira; Vaqueirinho e Catarredor; Ermidas da Nossa Senhora da Piedade, Praia Fluvial e Castelo, outras praias fluviais, Percursos Pedestres e Património Construído de cariz histórico-religioso. Serra da Lousã. | Produtos tradicionais - Cestaria, trabalhos em xisto, cerâmica, bordados, bijuteria, trabalhos em papel e trabalhos em madeira. Licores, os vinhos, a doçaria, o mel DOP Serra da Lousã, os enchidos e as plantas aromáticas, medicinais e condimentares. Gastronomia - Migas, Chanfana, Cabrito, Tibornada no Lagar, Sardinha Albardada, Tigelada Lousanense e Serrabulho. |
| Miranda do Corvo | Piscina Municipal, Centro Hípico, Pavilhão Gimnodesportivo, Estádio Municipal, Campo de Ténis. | Biblioteca Municipal Miguel Torga; Sala de Cinema. | Aldeia de Xisto de Gondramaz, Percurso pedestre (percurso acessível); Santuário do Senhor da Serra, miradouros. Quinta da Paiva, Parque Biológico da Serra da Lousã | Artesanato – olaria, rendas, cestaria, latoaria, tecelagem Gastronomia - Negalhos e a Chanfana. |
| Oliveira do Hospital | Trilhos Pedestres, Complexo Municipal de Piscinas e Campos de Ténis. | 4 Museus; Biblioteca Municipal, Casa da Cultura (Exposições, Sessões de Cinema, etc), Agenda Cultural. | Ruínas Romanas da Bobadela, Património Religioso, Praias Fluviais; Roteiro do Queijo da Serra da Estrela; 8 Rotas definidas e 4 Percursos Pedestres, Igreja Moçárabe de São Pedro de Lourosa Festa do Queijo Serra da Estrela | Queijo da Serra da Estrela, Vinho do Dão. Gastronomia - Arroz de Míscaros, Carolos, Papas Laberça, Papas Mogango e Tigelada. |
| Pampilhosa da Serra | Piscina Municipal, Pavilhão Gimnodesportivo Municipal e Campos de Futebol | Museus, Ludoteca "Pampilho"/ Ludoteca Criativa, Biblioteca Municipal, Espaço Internet, | Festas, especialmente religiosas e Romarias, a Aldeia de Xisto de Janeiro de Baixo, Miradouros, Praias | Artesanato: Produção manual de toalhas e colchas de linho, trabalho com a lâ (tapeçarias), ferraduras |

| | | | | |
|------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| | | Ranchos Folclóricos. | Fluviais e Caminhos Pedestres. | para cavalos e burros, dobradiças para portas, fechaduras e chaves e cestaria Gastronomia: Sopa de Botelha, a Tiborna, o Bucho, o Cabrito Assado e a Truta. Filhós, o Bolo de Mel e a Tigelada. Produtos tradicionais: o Queijo de cabra, o Mel, a Aguardente de Mel e de Medronho. |
| Pedrogão Grande | Piscina, Pavilhão Gimnodesportivo, Campo de Ténis, Polidesportivo (ténis, futebol, andebol, etc.) ao ar livre, Parque Radical (Zona Skates, Pista para Bicicletas, Zona Verde e Parede de Escalada), Circuito Urbano de Manutenção Física, com equipamentos de fitness. | Biblioteca Municipal, Espaço Internet. | Este equipamento tem uma vista privilegiada sob as Albufeira do Cabril e Bouçã e para a Ponte Filipina do Cabril. | Artesanato: Objetos em cortiça e xisto. Produtos da região: Mel, Queijo de cabra (fresco ou curado), Castanhas, Azeite, Nozes, Vinho, Aguardente de Medronho. Gastronomia: Pudim de Pão, Cabrito, Sopa de Peixe, Bucho Recheado, Maranhos, Tigelada e Filhós |
| Penela | Centro de BTT; Campos de Futebol, Polidesportivos cobertos e descobertos, Piscinas Municipais Cobertas, Ginásio, Campo de Ténis. | Sociedades Filarmónicas, Biblioteca Municipal. | Grutas de Algarinho e Talismã, Centro de Interpretação do Sistema Espeleológico do Dueça, Património Religioso, Castelo de Penela, Vila Romana do Rabaçal, percursos pedestres e cicláveis, Aldeia do Xisto de Ferraria de São João, Piscinas Naturais, Miradouro da Serra de Stª Maria, relógio de sol, várias Festas e Romarias. | Produtos Regionais: Queijo Rabaçal; Mel (DOP Serra da Lousã); Vinho de Indicação Geográfica das Beiras, Noz especialmente comercializada na Feira de São Miguel, artesanato de vime e de mobiliário de corda |
| Tábua | Piscina Municipal, Salas Municipais de Desporto - Midões (com Ginástica de manutenção, voleibol e Kenpo Karaté) e Candosa (prática de aulas de Expressão e Educação Físico-Motora, Educação Física e Desporto Escolar), Estádio Municipal (atletismo e futebol). Competições de Ténis de Mesa. | Biblioteca Municipal, Casa-Museu Sara Beirão, Espaço Internet | Festas Religiosas, Romarias e Festivais de Folclore. Património Construído, Praia Fluvial do Alva e águas Mínero-Medicinais de São Geraldo e da Várzea Negra. Pertença à Região Demarcada do Queijo da Serra da Estrela e à Região Demarcada do Vinho do Dão. | Queijo da Serra, Bucho à moda de Tábua, “Tibornada ou “Lagarada”, Torresmos e Arroz de <i>Fersura</i> , vinho do Dão das Quintas <i>Borges e Irmão</i> e o da Quinta Grande, Chouriço Doce, Tigelada Doce de Abóbora. |

| | | | | |
|-----------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------|
| Vila Nova de Poiares | Complexo Polidesportivo Municipal (Pavilhão Polidesportivo, Piscinas Municipais, com piscina interior e exterior, Ginásio, Court de Ténis, com campo de treinos e Polidesportivo de relva sintética) | Centro Cultural de Poiares (Biblioteca, Auditório/Cineteatro, Museu, Sala de Congressos e Salão de Festas), Ranchos Folclóricos, Centro Difusor de Artesanato e Recursos Endógenos (ADIP). | Animação no âmbito de Vila Nova de Poiares Capital Nacional do Artesanato e da Gastronomia; Capital Universal da Chanfana e Património construído e religioso e Romarias | Gastronomia – Os negalhos, a chanfana e o arroz de bucho são os mais pratos mais tradicionais |
|-----------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------|

Fonte: Produção própria com base nos dados disponibilizados nas páginas web dos municípios (consultadas de 25/03 a 2/04 de 2013).

Todos os municípios apresentam variadas Associações ligadas à cultura e ao desporto.

